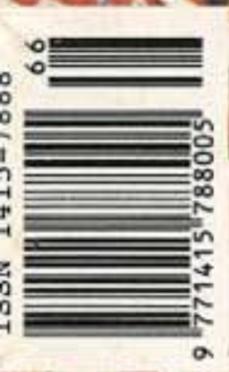


AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO/2002 Nº66 R\$ 8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ESPECIAL  
João Amazonas (1912-2002)



Frente Lula Presidente

# A VERDADEIRA MUDANÇA

O Desmonte  
Trabalhista  
Sérgio Miranda

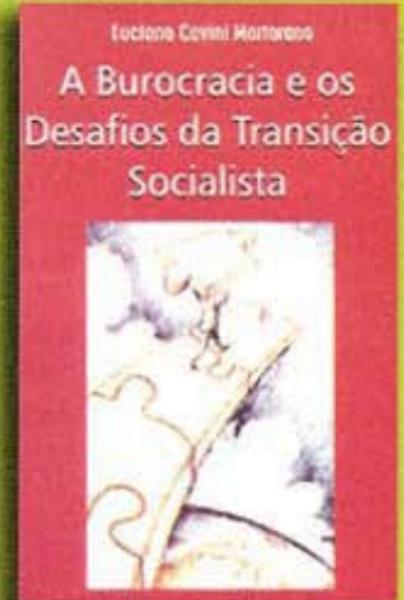
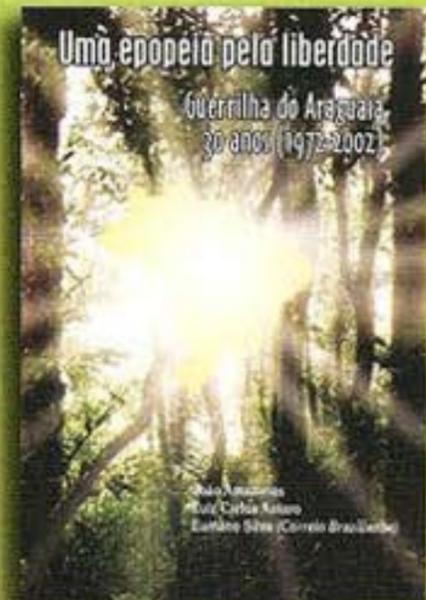
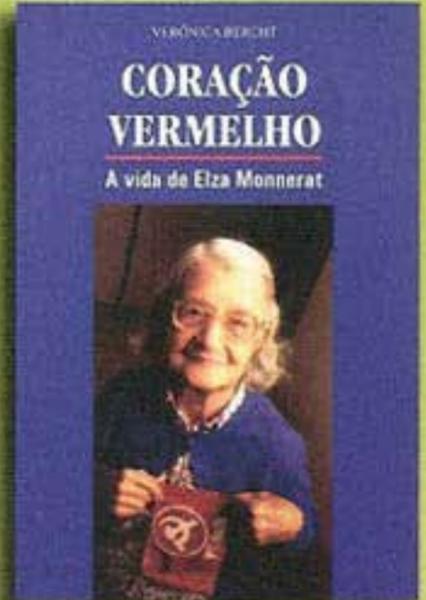
A Ameaça  
da Alca  
Aldo Rebelo

O Programa  
do Novo Rumo  
Renato Rabelo

**Não perca os lançamentos**



# Anita Garibaldi



**Novo rumo para o Brasil:** documentos e resoluções do 10º Congresso do PCdoB

A resolução do 10º Congresso intitulada Um Novo rumo para o Brasil expressa uma compreensão avançada da natureza da crise que o capitalismo brasileiro atravessa e aponta os rumos claros de um programa de reconstrução nacional. Esta proposta ganha força na sociedade. Além das resoluções o livro apresenta um conjunto de intervenções que orientam e organizam o Partido e informam os militantes interessados em mudar o Brasil.

**360 pág. R\$ 25,00**

**Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**  
Verônica Bercht

Coração Vermelho conta a história de uma menina alegre, trabalhadora, montanhista que sonhou ser revolucionária. Tornou-se dirigente do PCdoB, participou de todo o processo de preparação da Guerrilha do Araguaia; foi presa e torturada, mas em mais de meio século de militância nunca perdeu a alegria, a determinação e a ousadia da juventude.

**168 pág. R\$ 18,00**

**Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002)**

Luiz Carlos Antero, João Amazonas e Eumano Silva

Com objetividade explica por que depois de 30 anos a Guerrilha do Araguaia provoca tanto interesse e ocupa mais espaço na mídia. João Amazonas fala de como viviam os guerrilheiros; Eumano relata o que o povo da região fala hoje e Luiz Carlos Antero mostra que o povo do Araguaia promove em cada gesto o reencontro com a história da guerrilha cujo programa não perdeu a atualidade.

**72 pág. R\$ 10,00**

**A burocracia e os desafios da transição socialista**  
Luciano Cavini Martorano

A desagregação do bloco socialista dez anos atrás desorientou grande parte dos marxistas. Luciano procura analisar as causas que levaram à derrota da primeira experiência socialista ao levar a deformação burocrática, afastando as massas da direção do processo da construção socialista. É uma importante contribuição ao debate para a retomada da iniciativa socialista do mundo.

**232 pág. R\$ 24,00**

# Um confronto histórico

A SUCESSÃO presidencial, já na sua fase decisiva, desenvolve-se sob a égide de uma crise financeira e econômica grave, que rege a disputa e a envolve num acirrado debate de idéias.

Diante da falência generalizada do modelo neoliberal imposto ao país pelos dois governos de FHC todos os candidatos apregoam alterações e mudanças, até mesmo José Serra – ele que é o candidato do Palácio do Planalto e do continuísmo. A consequência do fracasso do neoliberalismo é a divisão das classes dominantes que sustentaram e se beneficiaram da era FHC, e parte dessas forças do atraso agora estão incorporadas à candidatura de Ciro Gomes.

*Princípios* – que na última década travou uma luta teórica e política, em certo sentido pioneira, contra o projeto neoliberal e o governo de FHC – está novamente engajada na luta pela vitória do Brasil e do povo. Contra o continuísmo, a verdadeira mudança é representada pela Frente Lula Presidente, tanto por seu conteúdo programático de caráter democrático, popular e patriótico, quanto pelas forças sociais e políticas que a constituem. Lula, por ter uma vida inteira dedicada à valorização do trabalho e à defesa da nação, é o candidato em que o povo pode confiar. E seu vice, José Alencar, representa os setores produtivos do empresariado prejudicados por aquele projeto desnacionalizador e que defendem o desenvolvimento nacional.

Esta edição expõe a herança perversa dos oito anos de governos FHC: a soberania nacional aviltada pela tutela do FMI, a economia totalmente vulnerável e dependente de capitais externos, uma dívida pública gigantesca e o povo exposto ao desemprego, à violência e à miséria.

Publica também uma entrevista exclusiva com Lula e um artigo do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, no qual expressa a convicção e a fundamentação de que é possível vencer as eleições e, efetivamente, mudar os rumos do país com a conquista de um novo governo – que assegure a soberania nacional, a democracia e garanta ao povo brasileiro a vida digna que ele tanto merece.

## *João Amazonas continua na obra que deixou*

No dia 27 de maio último parou de bater o coração de João Amazonas de Souza Pedroso, um dos maiores líderes dos comunistas de nosso tempo. Sua existência de 90 anos é sintetizada em três palavras: honra, coragem e coerência. Uma vida longa e frutífera que, desde a metade dos anos 30, desempenhou importante papel nos principais acontecimentos da história nacional. O maior legado que deixou foi a construção do Partido Comunista do Brasil-PCdoB. Um partido, hoje, em crescimento e expansão, enraizado no povo brasileiro, respeitado pelas forças democráticas e populares e pelo movimento comunista e revolucionário internacional.

Como marxista-leninista sempre teve a convicção de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Sua capacitação teórica e acuidade crítica foram imprescindíveis em momentos difíceis da luta pelo socialismo.

Assim, em sua trajetória de dirigente partidário, valorizou a elaboração teórica e a luta de idéias. Em 1981 estimulou o PCdoB a criar, e ajudou a consolidar, nossa revista, que agora alcança sua edição de número 66. Desde a fundação, foi seu diretor e editor. A revista faz nesta edição uma homenagem ao seu criador.

Uma vida tão prodigiosa não se dissipa com a morte, e sua existência propaga-se na obra que deixou.

*Comissão Editorial*



*Princípios* travou  
luta teórica contra o projeto neoliberal.



Lançamento do Programa da Frente Lula Presidente.

## Brasil

**A mudança é uma exigência da maioria da sociedade brasileira**

*A Frente Lula Presidente propõe um novo rumo para o Brasil.*

Renato Rabelo

pág. 6

### **Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro**

*O Brasil saberá superar as atuais dificuldades e construir um destino de progresso e justiça social.*

Luiz Inácio Lula da Silva

pág. 14

### **Crise financeira e eleições**

*As razões da crise financeira atual e como ela se transformou em uma crise cambial.*

Lécio Moraes

pág. 20

### **Conseqüências da "privatização" na herança que nos entregam**

*FHC investiu na destruição das bases da política estatal soberana do Brasil.*

Haroldo Lima

pág. 27

### **Por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores**

*FHC desferiu golpes certos na Constituição Federal e no povo brasileiro para honrar as metas do ajuste fiscal.*

Sérgio Miranda

pág. 32



### **A Alca em campo minado**

*Nas condições atuais, a Alca seria uma aventura política e social.*

Aldo Rebelo

pág. 39



João Amazonas.

## especial

**João Amazonas (1912-2002) memória fotográfica**

pág. 44

### **João Amazonas vive!**

*O dirigente comunista brasileiro deixa um legado de lutas e contribuições teóricas, reconhecido pelos que almejam dias melhores para o Brasil e para a humanidade.*

José Carlos Ruy

pág. 50

## internacional

**Timor Leste: "Devemos ser solidários na sua reconstrução tanto quanto fomos solidários na luta pela sua independência"**

*Cabe também ao Brasil ajudar o novo país amigo.*

Aldo Arantes

pág. 55

**A nova situação no mundo após o 11 de setembro**

*Próximo de se completar um ano do evento, as análises dos Partidos Comunistas do Brasil, Grécia, Cuba, EUA, Portugal e Boêmia e Morávia expostas no Encontro Internacional realizado em Atenas.*

pág. 57

## história do Brasil

**Dez anos do impeachment de Collor**

*A elite e sua mídia se esforçaram para condenar Collor apenas pelo aspecto ético com o intuito de continuar seu programa liberalizante.*

Rodrigo de Carvalho

pág. 69



Fora Collor.

Patativa do Assaré.



## cultura

**O derradeiro vôo da avezinha de Assaré**

*Patativa do Assaré deixa um acervo de primeira grandeza para a cultura nacional e popular.*

Joan Edessom de Oliveira

pág. 74

**Um desabamento central da alma**

*Crítica do filme "O Príncipe", de Ugo Giorgetti.*

Manoel Rangel

pág. 77

## resenhas

**O FMI e a nova dependência brasileira, de Aldo Arantes, por Luis Fernandes**

pág. 80

**Uma história para Érica, de Jô Moraes, por Ana Magalhães**

pág. 81

## cartas dos leitores

pág. 82

Capa: Flávio Nigro

# A mudança é uma exigência da maioria da sociedade brasileira

Renato Rabelo



Ato de lançamento do Programa, em Brasília.

*O Programa da Frente Lula Presidente para as eleições deste ano tem como linha mestra a mudança. Luiz Inácio Lula da Silva intitulou o documento como “Programa de Mudança – o povo brasileiro não aceita mais a dependência atual”. Os fundamentos da nova proposta estão calcados na solução do impasse brasileiro, agravado sobretudo com a aplicação das políticas ultraliberalizantes, e no desarme da armadilha da subordinação externa aos círculos financeiros internacionais*

O lançamento no dia 23 de julho, em Brasília, do Programa de Governo da frente Lula Presidente – composta por PT, PCdoB, PL, PMN e PCB – impõe-se como um marco destacado na trajetória das eleições de 2002, no esforço atual que compreende a definição de um novo caminho para o Brasil.

### **Particularidade do Programa de 2002**

A experiência da construção de um programa de governo para o Brasil, iniciada principalmente entre comunistas e petistas, vem desde a campanha presidencial de 1989, logo após o final do período de ditadura militar. Esse Programa mantém um núcleo de caráter democrático e popular, o qual expressa três tendências objetivas transformadoras da sociedade brasileira – que se definem na dimensão nacional, democrática e social. O novo modelo de desenvolvimento tendo como base esse núcleo essencial compõe os programas de 1994, 1998 e este de 2002, que se desenvolveram conforme o curso da evolução política, econômica e social na última década e começo desta.

Os programas de 1994 e 98 correspondiam às fases de aplicação plena da política neoliberal. Esta ainda contava com apoio amplo da população, em função da relativa estabilidade monetária alcançada, apesar de, desde 1998, ter se iniciado as crises sucessivas cujo desfecho foi a desvalorização do real já no começo de 1999.

O Programa de 2002 situa-se em um contexto distinto dos anteriores. Hoje nos encontramos diante do fim das ilusões liberalizantes e monetaristas que permearam de forma absoluta toda década de 90. Por isso, o Programa recém lançado em Brasília, mantendo a matriz nacional, democrática e social torna-se ainda mais viável que os elaborados no passado – embora, de forma justa, adquira uma maior ampli-

tude política e social, em face das novas condições da crise em curso, expondo uma análise atualizada da realidade e indicando medidas e objetivos voltados para a situação presente.

### **Causa histórica da crise**

O Programa de Governo da frente Lula Presidente reafirma que as duas tendências históricas estruturais da sociedade brasileira – “a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda e riqueza”, agravadas com o advento das políticas ultraliberalizantes – são as causas das crises financeiras sucessivas que se acumularam nestes últimos anos, do estancamento econômico e do surgimento do desemprego estrutural e da extensão do subemprego com todas as suas seqüelas sociais.

O Programa sublinha acertadamente que as restrições internas se avolumaram em consequência da aplicação da política liberal-desnacionalizante, submetida ao domínio das finanças de mercado globalizado – que, por sua vez, tornaram mais pesadas as restrições externas.

Para compreender a profundidade dessas restrições o Partido Comunista do Brasil vai ainda mais adiante. O Partido, desde seu 10o Congresso, afirmou que a partir do primeiro governo de Fernando Henrique formou-se um pacto político dominante que respaldou uma grande intervenção política, justificada ideologicamente, na qual passava a ser inviável a aplicação de um projeto nacional de desenvolvimento

independente. A governabilidade perdia o sentido nacional.

Desse modo, em curto espaço de tempo, o país se tornou refém dos fluxos dos capitais de fora; e para garantia dessas entradas, passou a conceder, de forma absoluta, uma taxa de juros elevados e a depender do visto das agências a serviço do grande capital financeiro que determinam o “risco-país”. Porém, o mais significativo é que a crescente vulnerabilidade externa do Brasil levou-o a viver permanentemente dependente do aporte financeiro do FMI e do aval político – condição ainda mais relevante – deste Fundo e do Tesouro dos Estados Unidos, a fim de garantir os interesses dos grandes credores e investidores estrangeiros. O governo brasileiro perdeu assim a autonomia na condução da gestão financeira e da macroeconomia, transformando-se em um condomínio governamental constituído de participantes internos e do exterior.

O contexto em que se assenta o Programa 2002 situa-se no prolongamento da crise estrutural do país, agravada pelo longo período de estagnação do crescimento econômico indicando “o esgotamento de um ciclo econômico”, que se expressa no plano social e político em nosso país – conforme assinalava a Resolução Política do 10o Congresso do Partido. E no plano internacional, também concluía o 10o Congresso, que a política externa unilateral do governo norte-americano – baseada na força, voltada para o expansionismo e o hegemonismo – se relacionava com uma

etapa de recessão econômica global e sincrônica. Nos últimos cinco anos as crises financeiras brasileiras, dando provas da falência desses paradigmas ultraliberalizantes, tornaram-se repetitivas e cumulativas provocando grandes estragos. Hoje, a crise cambial atravessa um período de maior agravamento em consequência do entrelaçamento com a crise financeira mundial, cujo centro está nos Estados Unidos.

As opiniões de muitos economistas destacados sugerem que a hegemonia planetária do dólar volta a ser questionada, indicando possível esgotamento do ciclo de recomposição hegemônica iniciado desde 1971 – quando os Estados Unidos de modo unilateral revogaram os acordos de Bretton Woods e estabeleceram o sistema do câmbio flexível em 1973. Portanto, o Programa atual compreende e reflete as condições de fortes turbulências geradas por crises que podem estar anunciando o fim de um ciclo ou mesmo de uma época em nosso país, e que faz parte de uma crise global marcada pela semi-recessão econômica, por constante tensão, insegurança e instabilidade no plano mundial.

A hegemonia ideológica imposta pelo capitalismo contemporâneo vai sofrendo revés com o fim das ilusões neoliberais e o desnudamento dos seus mitos. Os fundamentos do “caminho único” estão abalados – a história teria seu fim com o capitalismo. A onipotência e a onisciência do mercado não existem; suas virtudes divinas não passavam de mera ficção. Têm sido sempre o Estado, o governo e a política que socorrem os mercados por seus desequilíbrios e, sobretudo, por sua lógica capitalista concentradora de riqueza e geradora de assimetria social. Ficou patente nesses últimos anos que os mercados financeiros não podem se auto-regular e estão sujeitos ao que se denomina de “risco sistêmico”. A realidade atual demonstrou que era falsa a idéia de uma “nova economia”. Esta prédica consistia em afirmar o desaparecimento dos ciclos de crise do capitalismo, difundida profusamente desde 1997 em função do crescimento contínuo seguido pela economia norte-americana. A situação atual vem revelando que todas essas assertivas exprimem uma visão ideológica eivada de fatalidade econômica e centrada numa apreciação fundada no deter-

minismo histórico.

O abalo de morte dessas concepções capitalistas, que floresceram após o desaparecimento da União Soviética, vem se sucedendo em virtude da falência das políticas neoliberais, tornando possível a abertura de uma situação alternativa para um novo caminho.

Desse modo, atualmente, o economista Joseph Stiglitz (prêmio Nobel de economia), entre outros, afirma que a existência de “uma única alternativa [ditada pelo FMI] é basicamente uma falácia”. Citando o exemplo da Malásia, da Rússia e principalmente da China, que “seguiu um rumo muito diferente”, conclui que esses países tomaram caminho independente, conseguindo uma melhor situação. E analisando o caso da Argentina, contrariando o senso comum dominante que defende como única solução para o colapso o aporte do dinheiro de fora pela via do FMI, afirma que esse país “não precisa” desse Fundo; simplesmente porque “o dinheiro oficial estrangeiro não é o que vai ajudar as empresas argentinas a começarem a aumentar a produção”, sendo isso o que mais falta a elas agora. Esse dinheiro nem entra no país, “será destinado ao próprio FMI, ao BID ou ao Bird”; os grandes credores e financiadores é que serão ressarcidos.

Renato Rabelo discursa em nome dos partidos da Coligação no ato de Brasília.



### Programa de mudança verdadeira

Esse cenário mundial e nacional de crises – que geram profundos dilemas de difícil solução, desequilíbrios e crescente instabilidade – vai formando um ambiente no qual prevalece a exigência de mudança e busca de alternativa. O Programa apresentado em 23 de julho tem como linha mestra a mudança. Em pronunciamento nessa data, Luiz Inácio Lula da Silva intitulou o

documento programático apresentado como “Programa de Mudança – O povo brasileiro não aceita mais a dependência atual”.

No Brasil a crise atual se manifesta através de grandes impasses de dimensão econômica, social e política, resultante do patamar que atingiu a dependência externa do país. A política neoliberal aplicada desde o começo dos anos 90 produziu maior concentração de capital, riqueza e poder; provocou uma exclusão real dos frutos do desenvolvimento de setores empresariais; passou pelas camadas médias e atingiu em amplitude principalmente as populares – provocando extensa exclusão social de cima a baixo na sociedade brasileira. É interessante notar que o regime prevalente de elevado nível de taxas de juros reais dissociou o interesse do empresário ou do assalariado, de um lado, e o dos detentores de ativos financeiros, de outro. Para os primeiros o que conta é a taxa de crescimento da economia; para os segundos, é a taxa de juros reais. Em consequência desse conjunto de fatores, o anseio por mudança do modelo dominante no Brasil adquiriu dois sentidos: primeiro, assumiu uma atividade cada vez mais proeminente à busca de novo rumo; e, segundo, a continuidade da política oficial progressivamente passou a ser rejeitada por larga maioria da população.

A reestruturação conduzida pela linha monetarista, ultraliberalizante, moldada pela dominação das finanças de mercado, liberalizadas e desregulamentadas, gerou maior concentração de riqueza e poder, impôs o autoritarismo como forma de governo, liquidou a Federação, acabou impondo uma governabilidade que não pode prescindir do aval do

FMI e aumentou como nunca a vulnerabilidade externa – mantendo o estancamento da economia que já vinha desde a década de 80. A justa tentativa de integração latino-americana iniciada pelo Mercosul entrou em crise. Cresce a ameaça de neocolonização por meio da proposta estadunidense da Alca. O impasse brasileiro tomou uma dimensão mais complexa e um sentido de maior gravidade. O Programa de Governo recém-lançado parte desse núcleo da situação objetiva em desenvolvimento para apresentar as soluções.

Dessa forma, o Brasil passou a viver envolto em intrincados dilemas econômicos, armadilhas financeiras, vindo a predominar um círculo vicioso perverso para a maioria da nação. Pode-se destacar o aumento da grave deformação econômica, da assimetria social e dos permanentes desequilíbrios financeiros assim resumidos:

**1** O regime de acumulação capitalista próprio de país dependente – cujo funcionamento é fortemente dominado pelo nível de endividamento – ganhou maior profundidade no Brasil da década de 1990, por sua relação subordinada ao capital financeiro; pela conseqüente constância de elevação da taxa de juros reais (na média destes três últimos anos a maior taxa de juros reais do mundo e, que, para servir ao montante da dívida pública contraída, são gastos mais de cem bilhões de reais anualmente); e pelos meios de que dispõem os círculos financeiros mundiais, diretamente ou por meio do FMI, para exercerem peso decisivo na condução das políticas econômicas em nosso país;

**2** O governo brasileiro se meteu numa armadilha da qual ele próprio não consegue sair, pelo grau dos compromissos assumidos com o “mercado financeiro”, ao transferir

---

*O Brasil ficou  
envolvido em  
dilemas econômicos,  
armadilhas  
financeiras, num  
círculo vicioso  
perverso para a  
maioria da nação*

---

para os capitais financeiros detentores da dívida pública – beneficiários de um regime de taxas positivas permanentes de juros reais – parte significativa do produto nacional (40% dos gastos orçamentários e 4% do PIB). Tal situação produziu um efeito cumulativo interno e externo, implicando na absolutização da existência de pesados superávits primários em nome da estabilidade e da austeridade fiscal, fazendo o país se afundar em prolongada semi-recessão;

**3** A política de estabilidade monetária constante do plano real, baseada em altas taxas de juros e pesada austeridade orçamentária, afetou inevitavelmente, no sentido desfavorável, as condições de acumulação do capital industrial. Essa orientação forçou elevada pressão deflacionária, provocando uma acelerada reestruturação industrial, mas à custa de elevado índice de desemprego estrutural e intensificação do ritmo do trabalho – gerando um efeito colateral de ampla precarização do emprego e da ampliação da atividade informal como necessidade vital de sobrevivência –, e até mesmo da estagnação de rendi-

mentos não financeiros;

4 A situação em que se manteve a média de larga defasagem entre a taxa de juros real e a taxa de crescimento do PIB nesses últimos oito anos no Brasil (taxa média de crescimento de 2% e taxa média de juros real de mais 12%), é a prova mais eloquente de que a política atual é insustentável porque a análise econômica elementar mostra que essa configuração é um obstáculo à acumulação do capital e, por conseguinte, do crescimento;

5 A realidade atual acumulou uma situação paradoxal na qual os próprios “mercados”, responsáveis pela crise atual, não têm mais confiança nas políticas desenvolvidas sob seu tacão na década de 90 no Brasil e na América Latina – é o que explica a crescente instabilidade financeira nesse continente e em nosso país. O criador não confia mais na criatura. Eles sabem que a política vigente não tem condições de resolver os imensos déficits públicos, retomar o desenvolvimento e reverter o elevado índice de desemprego.

Em suma, por essa situação exposta se impõe o rompimento com tal modelo. A mudança não é mais uma exigência somente das

---

*O desafio maior  
se encontra na  
saída política  
– ou seja, como  
conformar um  
novo pacto  
político*

---

correntes de esquerda, mas da maioria da sociedade. Em última instância, essa é a conclusão principal exposta pelo Programa, acerca da herança deixada pela reestruturação neoliberal desses últimos anos.

### **Proposta do novo Programa**

Os fundamentos da nova proposta programática apresentada em Brasília estão calcados na solução do impasse brasileiro, agravado sobretudo com a aplicação dessas políticas ultraliberalizantes e no desarme da armadilha de subordinação externa aos círculos financeiros internacionais. Porém, o legado perverso da década de 90, vai indicando o fim de um período histórico – dívidas extremadas, desnacionalização econômica sem precedência, longo período de estagnação e irrompimento de verdadeira guerra social –, que exige mudança de rumo.

O PCdoB afirma desde o seu 10o Congresso que a dimensão histórica da crise brasileira implica em decisões políticas de longo alcance, respaldadas por amplo movimento cívico do povo. Não depende simplesmente de uma saída “técnica” ou especificamente econômica. O desafio maior encontra-se na saída política – ou seja, como conformar um novo pacto político com as forças interessadas na mudança para estabelecer um novo “contrato social”, como denomina o Programa. A reunião de extensas forças políticas, tendo como centro as mais comprometidas com o novo rumo, o apoio em larga base social e principalmente na organização popular e o diálogo com os segmentos representativos da sociedade, constituem a forma necessária à abertura do caminho, tendo em vista a mudança.

O Programa propõe justamente o empreendimento de forte esforço consciente que se traduz numa grande mobilização nacional em favor do crescimento, da produção e da valorização do trabalho, de modo a erguer o Brasil com sua fisionomia própria – bases do novo Programa. Como também esse é o meio e a condição que permite a transição da situação atual de forte restrição externa e interna para a passagem ao novo projeto que supere o impasse, desarme a armadilha financeira que enlaça o país e responda ao anseio da maioria da nação.

No atual estágio político e eleitoral, a candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva – e a de seu vice, José Alencar –, por sua origem e trajetória, assim como as forças partidárias que o apóiam, por sua posição histórica e atual, é a que está realmente comprometida com a mudança visando ao novo rumo de soberania, democracia e progresso social. Além disso, esse é um núcleo de forças que pode aglutinar setores políticos e personalidades democráticas e patrióticas opositoras ao atual governo, interessados na renovação política e noutra destino para o Brasil.

Quanto ao projeto econômico apresentado pelo Programa ele é nítido e factível. A situação de crise amadureceu-o, justificando mais atualidade à proposta oferecida. Assim, a solução econômica existe e depende da solução política. Diante da falência das políticas neoliberais, as alternativas vão se impondo e se tornando reais. Na superação da fase que podemos denominar de monetarista, neoliberal, a nova ênfase econômica passa necessariamente pela retomada do desenvolvimento, ampliação do mercado interno, edificação de um sistema de crédito doméstico de médio e longo prazo,

ampliação da renda dos trabalhadores e diminuição efetiva da vulnerabilidade externa. Basta seguir a realidade recente.

Os exemplos da Ásia, após a crise econômica-financeira dessa região, são elucidativos – a nova ênfase econômica nesses países se voltou para a sustentação do desenvolvimento em função das poupanças domésticas e para a criação e fortalecimento dos seus sistemas de crédito interno.

O Brasil por possuir uma extensão continental e mais de 170 milhões de habitantes, dispor de vastos recursos materiais e humanos, contar com uma economia de porte médio, reúne condições relativamente ainda mais vantajosas para seguir um caminho próprio de desenvolvimento. O país por sua dimensão pode ter uma economia diversificada e auto-suficiente, planejar e desenvolver um projeto nacional, contando com meios para alargamento do seu mercado interno de massas e formação de significativa poupança doméstica, cabendo ao capital estrangeiro um papel complementar.

O centro da solução econômica nas condições atuais do Brasil está na reversão da equação, de sentido autofágico, da dinâmica da economia nesses últimos anos: conjunção de elevadíssimas taxas médias de juros reais com baixas taxas médias de crescimento do PIB. O caminho apontado pelo Programa consiste na combinação do alargamento do mercado interno, investimentos prioritários nos bens de uso popular, infra-estrutura e setores de ponta, com o incremento das exportações e substituição de importações.

Portanto, a premissa é crescer e para tanto é essencial estabelecer novas relações baseadas na soberania



Detalhe da mesa no lançamento do Programa.

na nacional e na autonomia da política econômica, com o sistema financeiro internacional, reduzindo drasticamente a dependência ao capital externo e baixando fortemente as elevadas taxas de juros. No quadro da mundialização financeira e em zonas de livre comércio centradas em uma grande potência econômica, impõe-se para o êxito do crescimento das economias nacionais da América Latina a construção de uma liderança ativa do Brasil na América do Sul dirigida no esforço da integração latino-americana, resgate do Mercosul e rejeição da Alca – por esta se constituir numa ameaça de neocolonização e não de integração do continente latino-americano.

Por fim, para o novo governo tornar realidade seu projeto mudancista, ele necessitará percorrer um período de transição, porque estará diante de uma situação herdada cheia de pesadas restrições internas e externas, por acordos internacionais estabelecidos que precisam ser vencidos para se abrir passagem à mudança.

O PCdoB afirma que na transição não cabem medidas voluntaristas,

sendo necessário considerar o nível determinado da correlação de forças e empreender o trânsito para o novo projeto considerando a situação concreta. Porém, o nosso ponto de vista firmado é que a frente que constituímos, encabeçada por Lula e Alencar, não deve assumir nenhum compromisso – por mais que haja o terrorismo de forças poderosas pressionando no sentido da continuidade – que seja obstáculo ao curso da mudança. A transição deve ser presidida pela orientação da mudança. Em nossa consideração a transição é necessária, objetivamente, como o meio de se viabilizar a aplicação do novo projeto, e não um fim em si mesma. Seria falso o Programa se esgotar na própria transição.

O Programa de Governo apresentado em julho e o pronunciamento feito por Lula, justificando essa proposta programática, são peças importantes no atual estágio da luta política em nosso país – a luta primordial pela busca de novo rumo para o Brasil.

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

## TRECHOS DO PROGRAMA DA FRENTE LULA PRESIDENTE

### **Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social**

Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso país. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do país no mundo, são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.

(...)

A imensa tarefa de criar uma alternativa econômica para enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado, evitando o comportamento predatório de monopólios e oligopólios. O controle social dará também mais transparência e eficácia ao planejamento e à execução das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, previdência social, habitação e nos serviços públicos em geral.

(...)

### **Política externa para integração regional e negociação global**

A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do país diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente prote-

cionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo.

(...)

### **[Sim ao Mercosul, não à Alca]**

A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, é plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, nosso governo desenvolverá ações de solidariedade para com a Argentina, que permitam a este país irmão superar suas dificuldades atuais e contribuir para uma aliança latino-americana consistente.

Essa política em relação aos países vizinhos é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da Alca se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. Essas medidas foram agravadas recentemente pelas condições definidas no Senado norte-americano para a assinatura do tratado e pela proteção à agricultura dos Estados Unidos. A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norte-americano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto (PIB) muito diferentes e desníveis imensos de produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a Alca não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas consequências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de com-

pensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da Alca não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil. Nosso governo se esforçará para construir um relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos, país com o qual mantemos importante relação comercial. Além disso, o Brasil deverá propor aos países do Continente relações fundadas no equilíbrio, na cooperação e em mecanismos compensatórios que favoreçam um desenvolvimento harmônico.

(...)

### **O desafio é ter uma economia menos vulnerável**

A questão chave para o país é voltar a crescer com equilíbrio em todos os ramos de atividade, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. A volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário, criando dificuldades para a retomada do desenvolvimento. O resultado é que a âncora fiscal que procura evitar o crescimento acelerado da dívida pública interna, pela via dos superávits primários, exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público. A âncora fiscal, ao ter como um de seus fundamentos uma carga tributária amplamente baseada em impostos cumulativos, acaba tendo um efeito limitador da atividade econômica e das exportações. Entretanto, esta é, do ponto de vista objetivo, a realidade que o futuro governo vai herdar e que não poderá reverter num passe de mágica. O problema de fundo é que o atual governo colocou o Brasil num

impasse financeiro, que nos obriga, com frequência, a contrair empréstimos novos para pagar empréstimos velhos. A superação desses obstáculos à retomada do crescimento acontecerá por meio de uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica.

(...)

#### **[Crescimento econômico]**

A rigidez da atual política econômica pode provocar a perda de rumo e de credibilidade. O Brasil já demonstrou, historicamente, uma vocação para crescer em torno de 7% ao ano. É essa vocação que o nosso governo vai resgatar, trabalhando dia e noite para que o País transite da âncora fiscal para o motor do desenvolvimento. O Brasil precisa navegar no mar aberto do crescimento. Ou será que estamos proibidos de buscar o porto seguro da prosperidade econômica e social?

Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. O primeiro passo para crescer é reduzir a atual fragilidade externa. O Brasil precisa de cerca de US\$ 1 bilhão por semana para fechar suas contas e até que um novo rumo seja estabelecido para a economia teremos de administrar a herança da equivocada política cambial e de abertura desordenada dos anos 90. Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura.

(...)

#### **Mobilização pela produção e pelo emprego**

A globalização não pode ser entendida como um milagroso atalho para o desenvolvimento. Os exemplos de políticas bem-sucedidas foram marca-

dos pela combinação de práticas internacionais com inovações nacionais. Nosso governo pretende construir estratégias próprias de crescimento do País, articulando investidores, trabalhadores e instituições nacionais com esse objetivo. Há muito tempo o Brasil precisa desse esforço consciente, de modo a erguer-se com sua própria fisionomia no mundo global. Havia condições para essa grande mobilização nacional nos últimos oito anos? Claro que sim. Mas, infelizmente, as políticas escolhidas foram outras. Ao contrário do que foi feito, nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e os consensos facilitados, o País poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, em que milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade. Desenvolver a economia solidária, combatendo a fome e a indigência, promover os pequenos negócios e as cooperativas, apoiar as micros e pequenas empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional, são caminhos viáveis para que o Brasil possa dar um salto de qualidade. A ampliação do nosso mercado interno e a geração de emprego e renda são passos fundamentais para a construção de uma Nação que seja respeitada no cenário internacional.

(...)

#### **[Sistema produtivo]**

Alguns dos maiores erros do atual governo foram a supervalorização das políticas macroeconômicas voltadas para a estabilização da moeda a qualquer custo, a abertura econômica desordenada e a remuneração privilegiada do capital financeiro, em detrimento de políticas voltadas para o desenvolvimento e a remuneração adequada do capital produti-

vo. Estabilidade macroeconômica é indispensável, é ponto de partida, mas não é suficiente. Não é o que faz a riqueza do País. A mola propulsora da nação é o seu sistema produtivo, são os trabalhadores bem capacitados e em constante progresso; é uma população com escolaridade cada vez maior; são os empreendedores dispostos a assumir riscos; são os seus cientistas e pesquisadores; são os profissionais que formam o corpo técnico e gerencial capaz de aplicar as melhores práticas na iniciativa privada e no setor público.

(...)

#### **O social como eixo do desenvolvimento**

No atual estágio do país, as prioridades relativas à dimensão social do desenvolvimento são as seguintes: **a)** ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego; **b)** melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo e de uma tributação não regressiva; **c)** crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção do emprego); **d)** combate à fome e à pobreza absoluta, com assistência social aos excluídos.

(...)

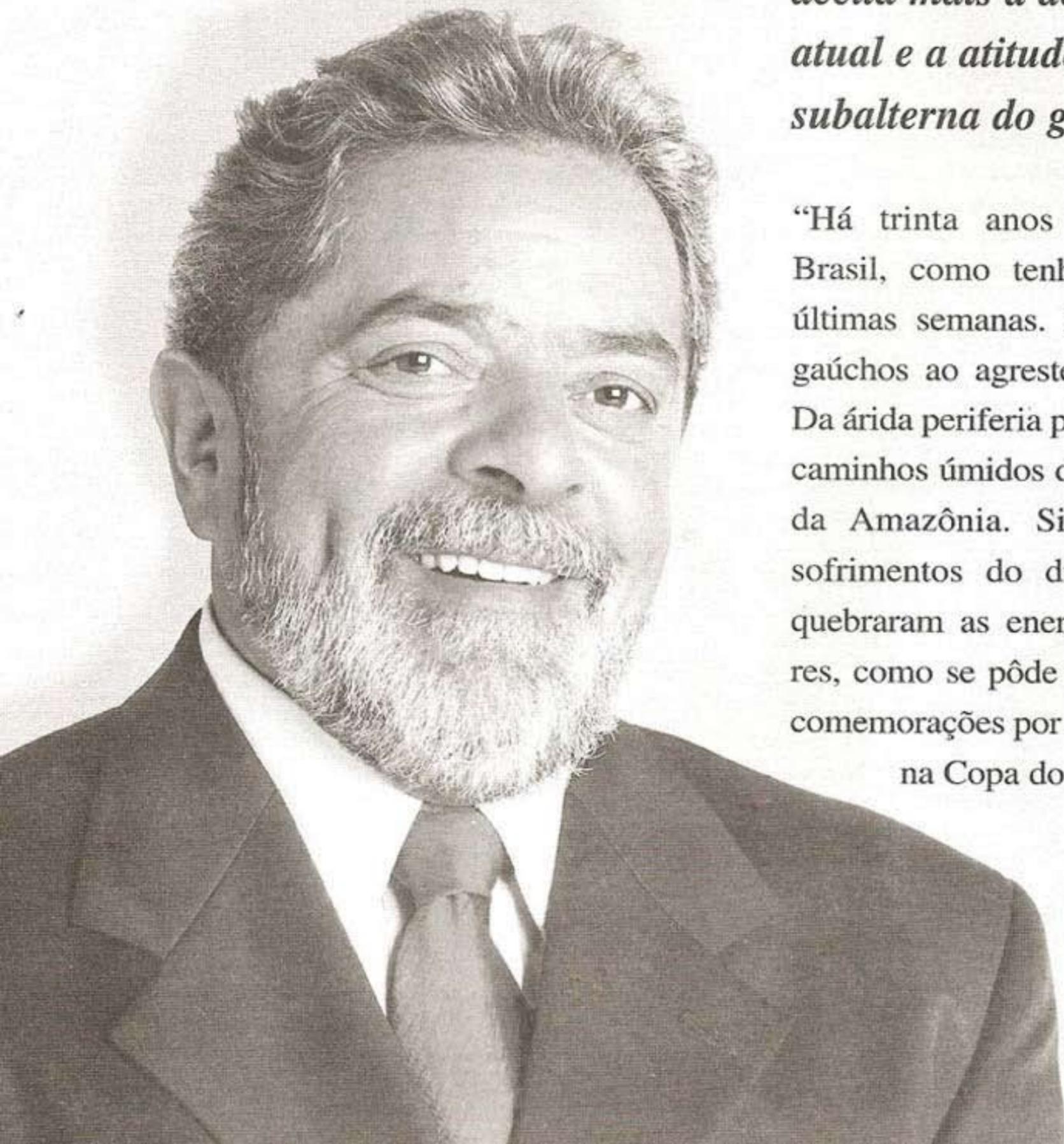
O aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais caracterizam a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais que urge corrigir. O sentido geral do nosso programa é diminuir esses grandes desequilíbrios, convertendo o social no eixo do novo modelo de desenvolvimento. (...)

# Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro

Luiz Inácio Lula da Silva

*O povo brasileiro não  
aceita mais a dependência  
atual e a atitude  
subalterna do governo*

“Há trinta anos percorro o Brasil, como tenho feito nas últimas semanas. Dos pampas gaúchos ao agreste nordestino. Da árida periferia paulistana aos caminhos úmidos do Pantanal e da Amazônia. Sinto que os sofrimentos do dia-a-dia não quebraram as energias populares, como se pôde verificar nas comemorações por nossa vitória na Copa do Mundo.



O OTIMISMO do povo persiste, apesar de todo o ambiente de crise que se vê na televisão, no rádio e na imprensa escrita. Os brasileiros que vivem com os pés bem plantados no chão da pátria acreditam que o Brasil tem todas as condições para superar as suas dificuldades e dar uma arrancada em direção a um futuro de crescimento e justiça.

Mais do que isso. Quando se viaja pelo Brasil real percebe-se que a cidadania está disposta a ir à luta para conquistar o destino que merecemos. Trata-se de um povo que não abaixa a cabeça face aos desafios do presente.

O otimismo popular, além de ser uma das melhores características da cultura nacional, tem razão objetiva de ser.

A agricultura e a agroindústria brasileiras, espalhadas por 8,5 milhões de quilômetros quadrados, encontram-se entre as mais avançadas e competitivas do mundo.

A nossa riquíssima biodiversidade – se for tratada com o respeito que a natureza merece – é uma fonte inesgotável de recursos.

Ainda somos uma nação industrial, mesmo depois da abertura indiscriminada dos anos 90 que destruiu setores importantes da nossa economia.

Produzimos aviões, automóveis e bicicletas. Centrais telefônicas, máquinas agrícolas, aço e calçados. Vacinas, remédios, alumínio e tecidos. Eletrodomésticos, derivados de petróleo, cimento, vidro e papel. Ou seja, o parque industrial brasileiro cobre desde setores tradicionais até áreas de ponta.

Temos, além disso, uma rede comercial moderna e de grande porte.

Contamos com uma classe trabalhadora experiente e qualificada que, ao longo da história, tem dado provas de capacidade produtiva e de virtude republicana.

Enfim, possuímos as condições

necessárias para o desenvolvimento de um robusto mercado interno de massas, com a inclusão de milhões de brasileiros hoje excluídos do consumo.

O que surpreende e provoca indignação, na verdade, é a atitude do governo, que virou as costas ao potencial do país e renunciou a qualquer estratégia nacional de desenvolvimento.

Sabemos não ser possível nem desejável fechar o Brasil ao mundo. Tanto no plano econômico quanto no político e cultural o Brasil está fortemente entrelaçado com outras nações e queremos que esses laços se aprofundem cada vez mais.

**M**as esses vínculos não serão nada positivos se continuarmos, como nos últimos anos, a reboque de projetos alheios aos interesses nacionais. Isto é, se nos limitarmos a aplicar de modo servil receitas dogmáticas de terceiros, que, aliás, não são aplicadas em seus países de origem.

A inserção do Brasil no mundo só será benéfica se o país tiver um projeto claro. Se souber aonde quer chegar, identificando com realismo o que serve e o que não serve aos seus objetivos estratégicos.

Somos a favor do livre-comércio, desde que os países possam competir em igualdade de condições. Nesse sentido, é preciso resgatar o Mercosul e, a partir dele, negociar a integração mais ampla das Américas. A liderança ativa do Brasil na América do Sul é vital para que o continente supere a crise e não se desagregue. Nossa ajuda aos países vizinhos deve ser concreta e imediata.

A proposta da Alca, tal como formulada hoje, representa menos uma verdadeira integração e mais uma forma de anexação.

Todos os países desenvolvidos tiveram, e têm, seu projeto nacional. E, a

partir dele integram-se ao mundo, seja em âmbito regional ou em escala planetária.

Claro que devemos aproveitar, e com toda ousadia, os espaços abertos pela mundialização. Mas temos ao mesmo tempo o direito – e o dever – de proteger nosso país dos riscos globais.

O povo brasileiro não aceita mais a dependência atual e a atitude subalterna do governo. Por todo lugar que vou, sinto que o orgulho nacional renasce. E não há nisso nada de xenofobia nem de nacionalismo estreito, sectário. A população exige que recuperemos a soberania para decidir de modo autônomo a política econômica e os destinos do país.

O governo cedeu a absurdas exigências externas e deixou o país estagnado. Não fez o que era necessário e possível para proteger a população, sobretudo os segmentos de baixa renda, dos efeitos perversos da globalização.

A evolução do PIB nos anos Fernando Henrique foi medíocre. No século XX, somente os governos de Wenceslau Brás, na I Guerra Mundial; de Washington Luiz, na crise de 1929; e o de Collor, fizeram o país crescer menos do que no período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% de expansão do PIB ao ano.

O Brasil precisa de pelo menos o dobro desse crescimento para gerar os empregos e a renda, necessários, tanto à classe média quanto às camadas populares.

O governo deixou de fazer as reformas, como a tributária, que o país precisava para sair da paralisia.

Não realizou negociações soberanas para ampliar o nosso mercado externo nem priorizou as exportações.

Não combateu a pobreza que atinge 53 milhões de brasileiros.

Não enfrentou o desemprego, que em 2000 já atingia 11,4 milhões de

trabalhadores brasileiros.

Não foi capaz de diminuir a corrupção nem o crime organizado.

Agora, outra vez movido por interesses eleitorais, o governo acaba de agravar a situação. Cometeu um erro crasso ao dizer que o resultado das urnas poderia nos levar a uma situação parecida com a da vizinha Argentina. A economia, já vulnerável pela própria política do governo, entrou novamente em retração.

Há uma percepção popular de que os preços da cesta básica começam a subir, mesmo não estando vinculados ao dólar.

Os pátios das montadoras de automóveis estão superlotados. As vendas de eletrodomésticos estão caindo.

A CSN, símbolo da industrialização brasileira, acaba de ser incorporada por um grupo estrangeiro.

O crescimento do desemprego já atinge quase dois milhões de trabalhadores só na grande São Paulo.

Há um recrudescimento do crime organizado, muitas vezes favorecido pela omissão governamental, como se pode observar no Espírito Santo.

O PT nunca se omitiu, e não se omitirá agora, diante da crise. Governamos com reconhecido sucesso e responsabilidade 50 milhões de brasileiros. Nossa coligação estará sempre disposta a defender o Brasil e a evitar o pior.

Mas não podemos nos contentar apenas com evitar o pior. Não podemos ter uma postura defensiva, recuada, agachada, diante da crise. O Brasil não pode acovardar-se. Até porque a atitude recuada não resolve nada, ela na verdade só alimenta a crise.

O único modo consistente e duradouro de evitar a crise é vencê-la. E isso se faz combatendo as suas causas. Enquanto a economia brasileira estiver estagnada e os juros continuarem nas alturas; enquanto a especulação for mais atrativa do que a produção e os

papéis valerem mais do que os empregos, seremos sempre vulneráveis.

A maneira de superar a crise é fazer o Brasil voltar a crescer. Sim, eu sei que os obstáculos existem e são poderosos, mas isso não significa que o Brasil deve render-se à crise.

Basta de passividade e de fatalismo. O país tem margem de manobra.

Temos de ser ao mesmo tempo responsáveis e criativos.

Não estamos condenados à vulnerabilidade, à insegurança e à miséria. Podemos nos defender com eficácia sem deixar de avançar. A seleção brasileira demonstrou nos gramados da Ásia que é possível ser defensivo e ofensivo ao mesmo tempo. Ou alguém acha que teríamos sido campeões do mundo se ficassemos apenas evitando os gols dos adversários?

As amplas forças sociais e políticas que apóiam a minha candidatura e a do senador José Alencar querem mudar o rumo do Brasil.

Sabemos que no mundo de hoje não é possível um desenvolvimento isolado, mas é preciso levantar a cabeça e confiar em nós mesmos.

Muitos nos perguntam como é possível crescer com as enormes restrições geradas pela vulnerabilidade da economia nacional e pela instabilidade internacional. Aqui é preciso deixar claro que a única verdadeira garantia para a superação da nossa fragilidade está exatamente na mudança do modelo econômico.

**P**recisamos superar a perigosa combinação de dependência do capital externo, juros altos, e baixo crescimento, que fazem aumentar continuamente a proporção da dívida pública com relação ao PIB. O Brasil só vencerá suas fragilidades se crescer, gerar empregos, exportar e disputar um espaço no mundo como nação soberana. É nessa dimensão

que o governo fracassou.

A premissa para crescer é diminuir a dependência de capitais externos voltados para a especulação e baixar juros. O caminho é combinar três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual; o alargamento do mercado interno; e o investimento em infraestrutura e nos setores de ponta.

Entre outras medidas, vamos direcionar as fontes de financiamento públicas, como o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil para o apoio a iniciativas científicas e tecnológicas adequadas às necessidades brasileiras.

Quando falamos em preservar os atuais instrumentos de controle macroeconômico, queremos reafirmar que, na transição para o novo modelo não nos faltará responsabilidade. Não se pode resolver em oito dias o que não foi resolvido em oito anos. Mas as mudanças começarão desde o primeiro dia do novo governo.

Nosso compromisso número um será com a geração de empregos, sem descuidar do controle da inflação. Por isso, ao lançar nosso Programa de Governo resolvemos destacar o projeto temático "Mais e Melhores Empregos".

O país precisa criar 10 milhões de empregos. Pode parecer um número exagerado, mas não é. Além da legião de desempregados que já existem, entram no mercado de trabalho a cada ano, 1,4 milhão de jovens.

Precisamos crescer a uma taxa média de 5% ao ano para gerar, por meio de políticas ativas de emprego e renda, os postos de trabalho necessários. O desafio é enorme, mas assumo o compromisso de perseguir essa meta com todas as minhas forças. Criar empregos será a minha obsessão.

A economia não deve ser um fim em si mesmo. Ela deve ser um ins-

trumento a serviço da vida.

Vamos investir na construção de moradias, setor intensivo em mão de obra. A construção civil, responsável por 13,5 milhões de empregos, tem a vantagem de não exercer pressões significativas sobre a balança comercial, uma vez que consome insumos, matérias primas e produtos elaborados no Brasil. Vamos investir em obras de infraestrutura, que também absorvem mão-de-obra, e estimular o capital privado a fazer o mesmo.

No campo vamos realizar uma reforma agrária pacífica e negociada que seja capaz de assentar centenas de milhares de famílias; com isso garantindo-lhes trabalho e sobrevivência digna.

Vamos apoiar a agricultura familiar e a empresarial, com assistência técnica e financiamento para o transporte, a armazenagem e a comercialização.

Nas pequenas cidades, vamos estimular o empreendedorismo das populações locais, de modo a que abram os seus próprios negócios. Valorizar as raízes do homem do campo em sua própria terra e reverter o esvaziamento do interior será também uma de nossas metas.

Quero apoiar de modo vigoroso a pequena e a média empresa, pois elas empregam grande quantidade de trabalhadores. É também compromisso de nosso governo estimular e amparar as iniciativas de economia solidária, como as cooperativas de crédito, consumo e produção, pois elas representam uma alternativa importante para que o desempregado saia, por sua própria iniciativa, da situação angustiante em que se encontra.

Outro compromisso fundamental será o combate à fome e à pobreza, que atingem 53 milhões de brasileiros.

É possível, desde que haja vontade política, fazer crescer em 30% ou até 40% a produção de alimentos apenas pelo uso de capacidade ociosa já ins-

talada na indústria alimentícia.

Por isso, lancei o projeto Fome Zero, a proposta mais consistente de combate à fome já elaborada no país.

Além de medidas estruturais, o Fome Zero prevê a distribuição de cupons para obtenção de comida subsidiada pelos mais necessitados. O aumento da produção que daí decorrerá, vai trazer de volta, na forma de impostos, uma boa parte do investimento social realizado, além de gerar empregos.

Muitos se perguntam de onde virá o dinheiro para a implantação de um programa como esse. Mas os cálculos que realizamos mostram que basta reduzir em alguns pontos percentuais a taxa de juros para obtermos os recursos necessários. Além disso, a transparência e o controle social evitarão o enorme desvio de verba que existe hoje.

**P**ara combater a pobreza, assumo também o compromisso de promover uma elevação gradual e sustentada do salário mínimo, com o objetivo de dobrar em quatro anos o seu valor real.

Não menos importante é o nosso compromisso de combater o crime organizado e a corrupção. Já apresentei ao país e ao próprio presidente da República um Programa Nacional de Segurança.

A educação e a saúde continuam a ser desafios enormes para o Brasil. O meu governo compromete-se a investir fortemente nessas áreas. Sem desconsiderar o papel complementar da iniciativa privada, faço questão de reafirmar aqui o meu compromisso fundamental com a saúde pública e a escola pública, da pré-escola à universidade.

Faço questão de me comprometer, igualmente, com o combate às discriminações. Adotaremos políticas afir-

mativas para garantir direitos iguais a todos sem distinção de gênero; etnia; raça; condição física; crença religiosa; ou opção sexual. Queremos eliminar as desigualdades, valorizando as diferenças.

Além dos compromissos que acabo de assumir, queremos, por meio de uma ampla negociação social, realizar cinco grandes reformas. A reforma agrária, de que já falei, a tributária, a previdenciária, a trabalhista e a política.

Sei que a viabilidade das propostas que constam do programa que tenho a honra de entregar hoje ao país depende não só de que os eleitores escolham meu nome e o de José Alencar em outubro próximo. É preciso um novo contrato social que envolva todos os setores do país. Por isso, ofereço este programa ao debate e à reflexão dos brasileiros e brasileiras. Ele foi elaborado ao longo de muitos meses, com a ajuda de centenas de técnicos e em diálogo intenso com a sociedade. Continuamos abertos a sugestões e dispostos a aperfeiçoá-lo.

Nosso povo já enfrentou grandes desafios e os superou. Nas décadas de 1930 e 40, aproveitamos a crise mundial para industrializar o país. Nos anos 50, construímos uma bela capital no meio do cerrado, símbolo da integração nacional. Nos 80, recuperamos a liberdade e a democracia depois dos terríveis anos de chumbo.

Se a maior riqueza de um país é o seu povo, tenho a certeza de que o Brasil saberá superar as atuais dificuldades e construir, em clima de paz, um destino de progresso e justiça social."

Brasília, 23 de julho de 2002. 

Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à Presidência nas eleições 2002 pela coligação PT-PCdoB-PL-PMN-PCB.

# “NOSSA CANDIDATURA ASSUME O CARÁTER DE UM MOVIMENTO EM DEFESA DO BRASIL”

*Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva*

*Desde 1989, PT e PCdoB estão juntos na luta pela conquista de um novo Brasil, tendo Lula como candidato a presidente da República. Como o senhor avalia o papel da aliança histórica nessa nova candidatura à Presidência?*

**Lula** – O Brasil caminha para um importante momento histórico. No último final de semana de junho, realizamos a Convenção Nacional do PT e selamos alianças políticas que nos dão enorme chance de vencer as eleições, governar bem e mudar o Brasil. Fechamos aliança mais uma vez com os companheiros do PCdoB, além do PL, do PMN e do PCB. Nossa coligação tem como base um programa de governo que vai resgatar as dívidas sociais fundamentais que nosso país tem com a grande maioria do povo brasileiro. Além disso, em todas as campanhas eleitorais sempre contamos com a atuação decisiva nas ruas dos militantes do PT e do PCdoB. O dia em que oficializamos a aliança com o PCdoB foi alegre, apesar de sentirmos muito a falta do saudoso companheiro João Amazonas, que durante tantos anos se dedicou a tentar unificar as oposições no Brasil. Tenho certeza de que os militantes do PCdoB – e de tantos outros partidos – vão continuar se beneficiando por muitos e muitos anos dos ensinamentos políticos que João Amazonas deixou. Sempre encontrei nele um homem tranqüilo, sereno e firme em suas avaliações de conjuntura política. O que continua agora com Renato Rabelo.

*Frente à crise e à instabilidade, o candidato do governo afirma que o Brasil deve continuar com o modelo neoliberal de FHC. A sua proposta de governo significa um novo rumo para o Brasil?*

**Lula** – O Brasil precisa de um presidente da República que tenha liderança política e capacidade de negociação para realizar um novo contrato social. Todo mundo sabe que comecei a formar as minhas convicções políticas e a desenvolver minha capacidade de negociação defendendo a democracia nas duras condições do regime militar. A principal razão para ser presidente do Brasil é dar um novo rumo ao

nosso país. Este é o meu maior sonho: contribuir com a minha vida e experiência política para melhorar a situação do povo brasileiro. Isso significa combater a miséria e acabar com a fome que ainda castiga quase 50 milhões de pessoas em nosso país. Significa possibilitar que a grande maioria do povo brasileiro obtenha cidadania, que os jovens não tenham de enfrentar as incríveis dificuldades pelas quais eu e tantas pessoas passamos na vida. Melhorar o Brasil significa dar ao nosso país o valor que ele merece, transformando-o na grande nação sonhada por gerações. Significa mudar de rumo, afastando nosso país da situação de vulnerabilidade a que foi levado pela atual política econômica. Significa retomar o desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social.

Não é fácil fazer tudo isso. Mas é preciso, antes de tudo, um presidente da República comprometido de corpo e alma com esses objetivos. E eu me preparei para isso e tenho esse compromisso. Deixei claro na Carta ao Povo Brasileiro (*ver texto ao lado*), entregue à nação recentemente, que será necessário uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em 8 anos não será compensado em 8 dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implantado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Para isso, vamos baixar os juros, incrementar as exportações e incentivar de modo planejado a substituição de importações, resolvendo a questão da extrema vulnerabilidade externa da economia brasileira. É nesse contexto que criaremos melhores condições para o cumprimento dos contratos firmados pelo atual governo, sem comprometer as metas sociais do nosso governo.

*O senhor considera a amplitude política e social de sua candidatura essencial à vitória da coliga-*

*ção e à garantia da governabilidade?*

**Lula** – A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm se somando ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o nosso país. Até o último momento vamos tentar unir as oposições, respeitando o direito legítimo de cada partido de lançar candidato próprio. Nossa idéia é preparar as condições para estarmos unidos em algum momento, no primeiro turno, no segundo ou no futuro governo.

*Como o senhor avalia a atual proposta da Alca?*

**Lula** – Sou um defensor da integração latino-americana, mas não apenas da integração econômica, comercial, mas também política e cultural. A proposta da Alca, nos termos atuais, é inaceitável. Não é um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, é uma proposta de anexação da economia da América do Sul e do Caribe à economia norte-americana. Sem o Brasil, a Alca não existe. Além disso, uma verdadeira integração inclui Cuba. Um projeto de integração pressupõe certa equidade entre os membros que participam da integração. Os Estados Unidos detêm a hegemonia tecnológica, militar, cultural e econômica, e não se propõem a ter uma política compensatória como a que a União Européia teve para a Espanha, Portugal e Grécia, por exemplo.

O povo brasileiro tem pago uma conta muito alta pela submissão do Brasil à globalização neoliberal comandada pelos Estados Unidos. Nosso país tem se rendido às exigências do FMI e do Banco Mundial e tem sido tímido perante a Organização Mundial do Comércio, e a organismos controlados pelos países mais ricos. Tudo indica que esse preço vai aumentar ainda mais se o Brasil se submeter à integração forçada na Alca. Um estudo feito pela embaixada brasileira em Washington constatou que as exportações brasileiras para os EUA pagam uma tarifa média de 45%, enquanto as norte-americanas para o Brasil pagam em média 15%. E a administração Bush quer discutir a Alca sem

colocar na mesa de negociações essas limitações impostas a praticamente todos os produtos nos quais o Brasil é mais competitivo. O que vamos discutir, então? Apenas a redução da TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul) ou da Lei de Informática, que acabamos de aprovar? Ou a simples anexação do Brasil aos Estados Unidos? O comércio tem de ser uma estrada de mão dupla, onde todos saiam ganhando e não somente alguns. O governo Bush tem tomado medidas protecionistas que ferem os interesses dos outros países e isso não pode ser consolidado num acordo geral de livre comércio. Enquanto os produtos norte-americanos, com raras exceções, entram livremente no Brasil, 60% das exportações brasileiras que vão para os Estados Unidos defrontam-se com algum tipo de obstáculo para entrar naquele país. São sobretaxas como a do aço e suco de laranja, quando não cotas de importação, como no caso do açúcar, ou ações antidumping e fito-sanitárias – tudo isso reduzindo o potencial exportador brasileiro.

*Como será sua política externa?*

**Lula** – O Brasil perdeu terreno no comércio internacional na década passada, justamente por conta de acordos comerciais desfavoráveis e do pouco empenho do governo para aproveitar a espetacular expansão comercial que se verificava em todo o mundo. Nesse sentido, não cabe entrar mais uma vez numa aventura comercial onde nada se oferece e muito se exige do Brasil. Nosso governo não vai ser submisso e defenderá firmemente os interesses do nosso país, fazendo valer o peso que o Brasil possui no contexto internacional. Nossa participação hoje é pequena, mas pode ser aumentada – o Brasil ainda é a 10ª maior economia do mundo. Não podemos ser tratados como uma república de bananas. Temos de ocupar o espaço que nos cabe e adquirir respeito. Vamos combater o protecionismo, tentar abrir os mercados para os produtos brasileiros e sobretudo defender nossa soberania. Isso vale para China, Índia, e Estados Unidos. Para o Brasil é mais interessante neste momento defender o Mercosul, que passa por uma crise, mas já foi muito importante para a dinamização do comércio entre seus membros. Reforçar o Mercosul significa atrair os países andinos para dentro do acordo, estreitar os laços com a União Européia e ampliar o comércio com a China, a Índia, com a Ásia de modo geral, com a África do Sul, e com todos os países em que haja espaço para ampliá-lo.

# Crise financeira e eleições

Lecio Morais

*A atual crise mostra uma das conseqüências que as reformas neoliberais implementadas na década de 90 tiveram para a economia e a política nacional, revelando nossa vulnerabilidade a movimentos de capitais financeiros e os limites e restrições externos – que hoje parecem condicionar o processo político brasileiro*

A partir de março deste ano iniciou-se, entre os credores da dívida pública federal um movimento de resistência ao seu refinanciamento (a “rolagem”). Esse processo começou a ficar público na segunda metade de

maio, sob a forma de elevação da taxa de câmbio do Real frente ao dólar e acabou por desencadear uma crise financeira no refinanciamento da dívida, logo transformada também em uma crise cambial.

OCORRENDO no início da campanha eleitoral, essa crise vem tendo graves repercussões políticas e econômicas. Em certa medida, ela é para os brasileiros uma crise inédita, pois mostra pela primeira vez uma das conseqüências que tiveram para a economia e a política nacional as reformas neoliberais implementadas na década de 90, que resultaram na liberalização do câmbio e na livre movimentação de capitais pelas nossas fronteiras. A revelação da nossa vulnerabilidade a movimentos de capitais financeiros e os limites e restrições externos, que hoje parecem

condicionar o processo político brasileiro, demonstram o grande alcance das transformações econômicas e políticas que as reformas neoliberais trouxeram ao país.

Meu objetivo neste artigo é discutir as razões dessa crise financeira, o mecanismo de como ela se transformou em uma crise cambial e as diversas soluções que são defendidas.

## **A crise: uma herança das políticas neoliberais**

A crise financeira iniciada no segundo trimestre tem duas fontes: a situação periclitante da dívida pública

interna e das contas externas brasileiras e a incerteza proveniente das eleições de outubro. Essas duas causas da crise terminam atuando uma sobre a outra, em um mecanismo cumulativo. O que pode confundir o observador é que hoje é difícil distinguir se se trata de um problema econômico, decorrente da política do governo FHC, agravado por erros de condução do Banco Central, ou se é uma ação política deliberada com o objetivo de impedir uma vitória de Lula para a Presidência da República.

No meu entender, a crise se iniciou pela recusa dos grandes credores

(especialmente os grandes bancos que concentram mais de dois terços dos papéis) da dívida federal em continuar rolando os títulos nas condições anteriores, premidos por duas motivações: a percepção do agravamento da situação da dívida interna e externa, considerando também a conjuntura internacional e a tentativa de se livrarem dos títulos públicos a vencer no próximo governo. Essa última motivação teria por origem a evidente insatisfação dos financistas com a candidatura oposicionista de Lula, bem como a postura, um tanto enigmática, que o próprio candidato oficial, José Serra, mantinha até então sobre que mudanças ele pretendia introduzir na política econômica de um seu eventual governo.

Desde março os grandes bancos começaram então a vender parte dos títulos federais de seus estoques, criando uma pressão desvalorizadora sobre a dívida pública. Em resposta, o Banco Central e o Tesouro Nacional trataram de diminuir o volume dos leilões de rolagem. O resultado foi os bancos terminarem por acumular muito dinheiro em caixa, até atingir cerca de 8 bilhões de reais por dia no final de maio. Parte desse dinheiro começou a ser utilizada, então, para compra de dólares, desvalorizando nossa moeda.

Esse movimento não é apenas econômico, mas também político. Pois, mesmo que não seja deliberado, o que pretendem esses grandes credores é reivindicar, principalmente dos candidatos, a garantia de continuidade de uma determinada política econômica, que beneficia esse grupo. Não se trata propriamente de uma conspiração, mas de uma confluência de comportamentos individuais que, na prática, funciona como um movimento coletivo de pressão, buscando defender interesses bem definidos.

As reivindicações dos bancos,

apoiadas por amplo setor do grande capital nacional e internacional e pela grande mídia, podem ser resumidas em: manutenção do regime de câmbio flutuante; uma política fiscal voltada para conseguir superávits primários necessários ao pagamento da dívida pública; garantia de que honrarão todos os contratos (ou seja, continuar pagando os títulos) e os acordos internacionais. Em junho, com a fuga de dólares e a diminuição do fluxo de entrada de divisas, inclusive pelo quadro de recessão nos EUA, logo se aditou àquela lista a “necessidade” de se prorrogar o atual acordo com o FMI, que vence em dezembro deste ano, para que vigore no período do próximo governo. Acrescenta-se também, como um arranjo institucional importante para manter as promessas dos candidatos, que se ultimem no Congresso Nacional as deliberações necessárias para criar um Banco Central “independente”, cuja diretoria seria nomeada já nesse governo.

Os meses de junho e julho viram os principais candidatos à época, Lula e Serra, sob intensa pressão, se pronunciarem sobre a “pauta de reivindicação”, concordando com ela. No entanto, apenas Serra já se comprometeu com o pretendido novo acordo com o FMI.

### **A situação da dívida pública: seu comportamento e o fracasso da estratégia de estabilização por meio de superávits primários <sup>(1)</sup>**

O Plano Real, desde o início, sempre teve como um de seus fundamentos uma política fiscal que eliminasse qualquer déficit público. O governo FHC sempre defendeu a necessidade do equilíbrio fiscal como condição fundamental para o país voltar a crescer de maneira estável e consistente. Fazer “equilíbrio fiscal” era entendido como

restringir despesas com investimentos e serviços públicos, especialmente benefícios previdenciários e a folha de pagamento dos servidores. Significou também uma forte expansão da arrecadação, especialmente através de contribuições sociais (criadas como a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF ou majoradas como a Contribuição para Financiamento da Seguridade - Cofins, a Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL etc) e das privatizações.

Mas até 1998, apesar de todo esse esforço, o objetivo do “equilíbrio fiscal” fracassou. A arrecadação avançou, a despesa federal foi detida, mas a dívida pública subiu espetacularmente. O país não conseguiu mais equacionar sozinho a sua dívida pública e a dívida externa (pública e privada), tendo de buscar a assistência do FMI.

A partir de 1998, então, alcançar superávits primários passou a ser o principal objetivo da política fiscal e de toda a política econômica do governo FHC. E os estados e municípios, agora manietados pela renegociação de suas dívidas com a União, foram também obrigados a fazê-lo.

O Acordo com o FMI, em dezembro de 1998, estabelecia a necessidade de um forte ajuste fiscal, traduzido na obtenção de elevados e persistentes superávits primários em todas as esferas do setor público – federal, estadual e municipal – cujo objetivo era, outra vez, deter o crescimento da dívida líquida do setor público, expresso em percentagem do PIB (relação dívida/PIB).

Mas apesar de nos últimos três anos terem sido superadas as metas de superávits primários estabelecidas pelo FMI, mesmo à custa de impedir o crescimento do país, a dívida líquida continua subindo em relação ao PIB. Nunca um governo provocou um rombo tão grande nas con-

**DÍVIDA LÍQUIDA E SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO (EM % DO PIB)**

	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	jun/02
<b>Dívida líquida setor público:</b>					
Metas	-	44,50	46,50	-	-
Valores alcançados	43,30	49,40	49,50	53,30	58,60
<b>Superávit primário setor público:</b>					
Metas	-	3,10	3,25	3,00	3,75
Valores alcançados	0,01	3,08	3,54	3,69	4,71

Nota: em 2002, o superávit real se refere ao 1º quadrimestre.

Obs.: após o ano 2000 não houve mais fixação de meta para a dívida líquida.

Fonte: Boletim do Banco Central

dívida de origem obscura que nenhuma lei mandava pagar.

Desde 1994 que a dívida federal líquida (Tesouro e Banco Central) cresce muito acima do crescimento do PIB, como se vê no gráfico abaixo.

Apesar de todo esse custo, representado por

tas públicas e em tão pouco tempo.

Se observarmos na tabela as metas iniciais do acordo com o FMI para a dívida do Setor Público (46,5% do PIB em 2000 e 44,5% em 2001), vemos que a realidade ficou distante. Os superávits primários sempre superaram a meta estabelecida, não atingiram seu objetivo principal de manter estável a relação dívida/PIB. O malogro do governo em impedir o crescimento galopante da dívida, significa o fracasso da política fiscal e de toda a política econômica do Plano Real. Mais ainda: significa o fracasso de sua solução para o equilíbrio fiscal e para o desenvolvimento do Brasil.

A solução não está em considerar os superávits insuficientes para o ajuste fiscal. O problema está na política econômica adotada até agora. A verdade é que nenhum ajuste fiscal con-

seguirá, por si só, ser suficiente para pagar a conta de uma política econômica equivocada e de alto custo fiscal.

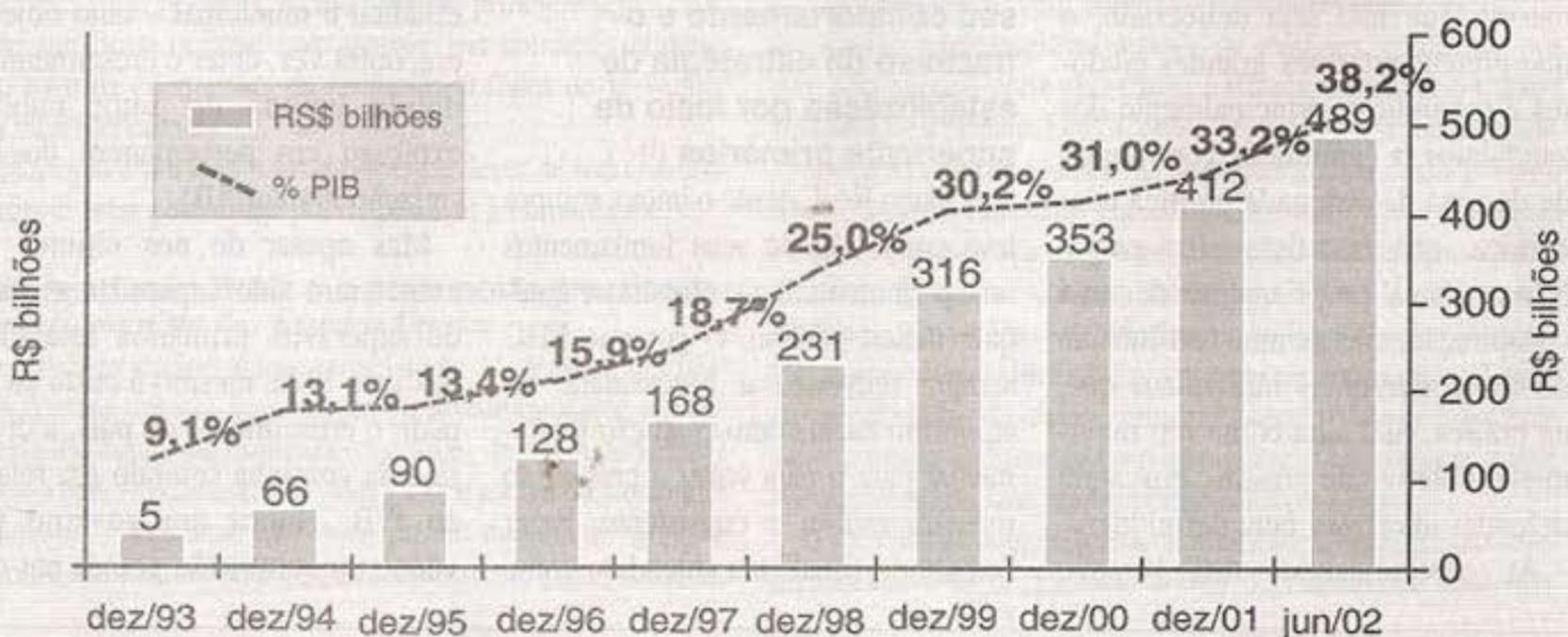
**A política econômica: a causa verdadeira do rombo fiscal**

Desde 1994 a política econômica teve por objetivo a atração de capitais estrangeiros com base na liberação comercial e financeira do país, na estabilidade da moeda frente ao dólar e na manutenção de uma taxa de juros atraente. Em meio a dificuldades internacionais crescentes, de instabilidade e encarecimento do crédito, essa política manteve taxas de juros insensatas que, se até 1998 pôde manter a ilusão de entrada de capitais externos, multiplicou a dívida pública. A isso se acrescentaram os compromissos com o Proer e o reconhecimento dos chamados "esqueletos",

um crescimento da dívida líquida federal de 26,3% do PIB entre 1993 e 1998, a política cambial da paridade do real com o dólar só foi abandonada quando o país quebrou, no segundo semestre de 1998. Sem o aval do FMI – no acordo celebrado em dezembro daquele ano – o Brasil não teria condição de ter refinanciado parte de seu passivo externo nem os títulos da dívida pública interna.

Mas o abandono da política cambial do câmbio fixo – o "populismo cambial" – também saiu muito caro. Ele só foi possível porque o Tesouro e o Banco Central arcaram com todo o prejuízo da desvalorização do Real de janeiro de 1999 em diante. Desde meados de 1998, o governo emitiu dezenas de bilhões de títulos vinculados à variação do dólar, substituindo parte da dívida existente e lançando

**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL E BANCO CENTRAL**



Fonte: Banco Central do Brasil

novos. Os investidores estrangeiros que tinham seus capitais no Brasil ou que, juntos com as empresas nacionais, tinham dívida em dólares, puderam adquirir esses títulos e se protegeram da desvalorização de janeiro de 1999 e das flutuações seguintes. Como o prejuízo foi transferido para o governo, a dívida deu um pulo significativo. Por isso o FMI e a equipe econômica tiveram de fazer dos superávits fiscais o objetivo central do governo.

Por essa razão, como mostra o Gráfico 1, a dívida federal líquida continuou subindo, quase no igual ritmo de antes. Embora não tivéssemos de sustentar mais uma taxa fixa de câmbio em relação ao dólar, a nova política da flutuação cambial tornou essa taxa tão instável, que manter empréstimos externos ficou muito caro e o setor privado desinteressou-se de tomá-los.

Por outro lado, o Tesouro e o Banco Central têm de continuar a oferecer para os investidores e devedores mais e mais títulos dolarizados para eles se defenderem da instabilidade do real. Os juros, se não se mantiveram tão altos como antes, são suficientemente elevados para que, a cada ano, a capacidade

do governo de gerar superávits não seja suficiente para pagá-los. Por isso a dívida continua a crescer. Em maio a dívida federal líquida (inclusive BC e estatais), de 34,7% do PIB, ultrapassou mais uma vez a meta definida para dezembro de 2002 (33,75% do PIB).

Agora a dívida atingiu um ponto tal que o seu tamanho faz os investidores desconfiarem de que o país não poderá pagá-la, nem seus encargos. E pior, o governo terminou por perder os dois instrumentos internos de manejar a taxa de câmbio, garantir o refinanciamento da dívida pública e defender as reservas: a elevação da dívida e a taxa de juros. Os credores não estão mais interessados em conseguir juros mais altos, pois sua elevação apenas aumenta o perigo deles não receberem nada!

### As dificuldades das contas externas

Desde a quebra do México em dezembro de 1994, a situação de captação de financiamento e disponibilidade de investimentos diretos foi de crescente dificuldade: oferta menor e custos maiores. Mas a partir do final de 1997 essa situação foi se deterio-

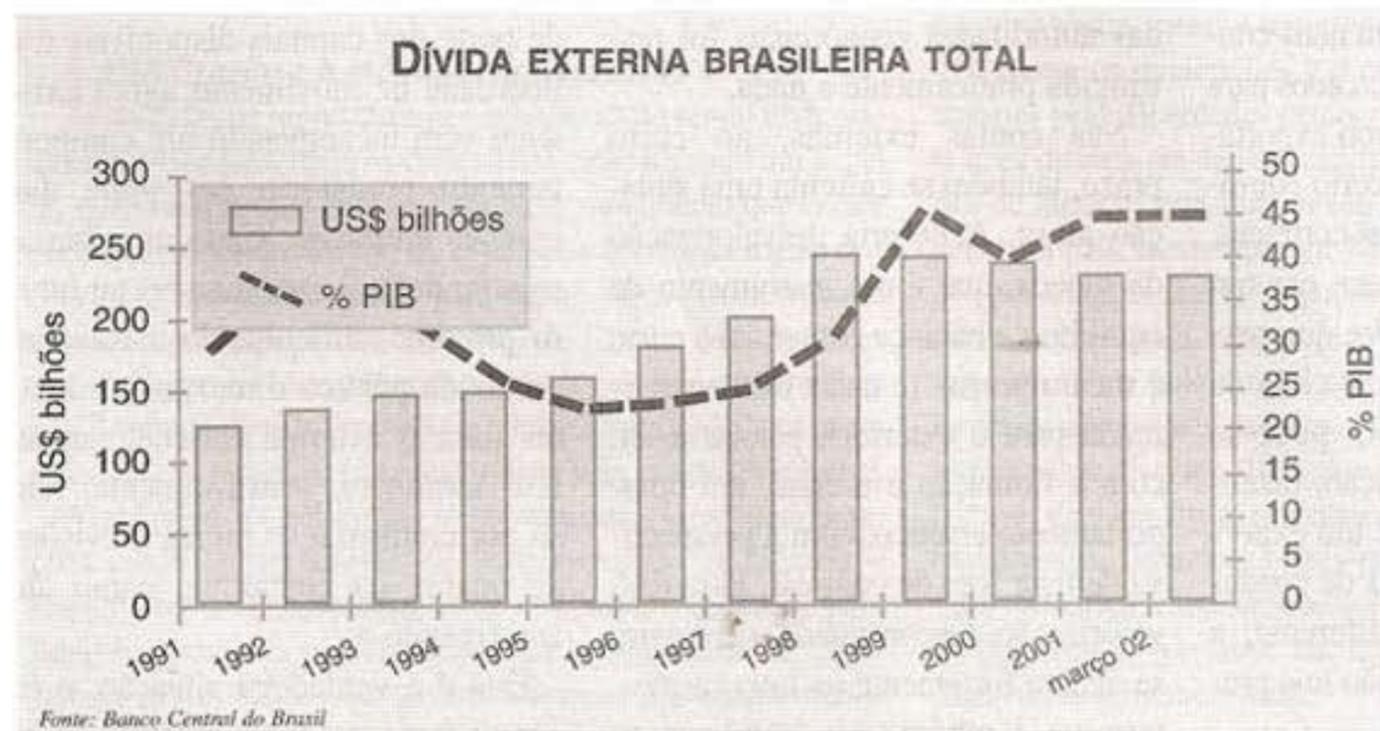
rando visivelmente. Mas do lado da demanda por financiamento também houve contração. A constante elevação das taxas de juros e, depois de janeiro de 1999, a adoção do câmbio flutuante, como vimos, fizeram com que o setor privado se desinteressasse de se endividar em dólar. Muitos trataram de liquidar seus passivos externos e aqueles que não podiam fazê-lo, trataram apenas de refinanciá-los, "rolando-os" para frente.

Por isso, desde 1999, há uma estabilidade no estoque (em dólares) da dívida externa total e uma diminuição no estoque da dívida privada. Por isso a demanda interna por hedge, mesmo na atual crise, está baixa. Como nosso PIB em dólares encolheu depois de 1998, houve um aumento significativo do tamanho proporcional da dívida após esse ano.

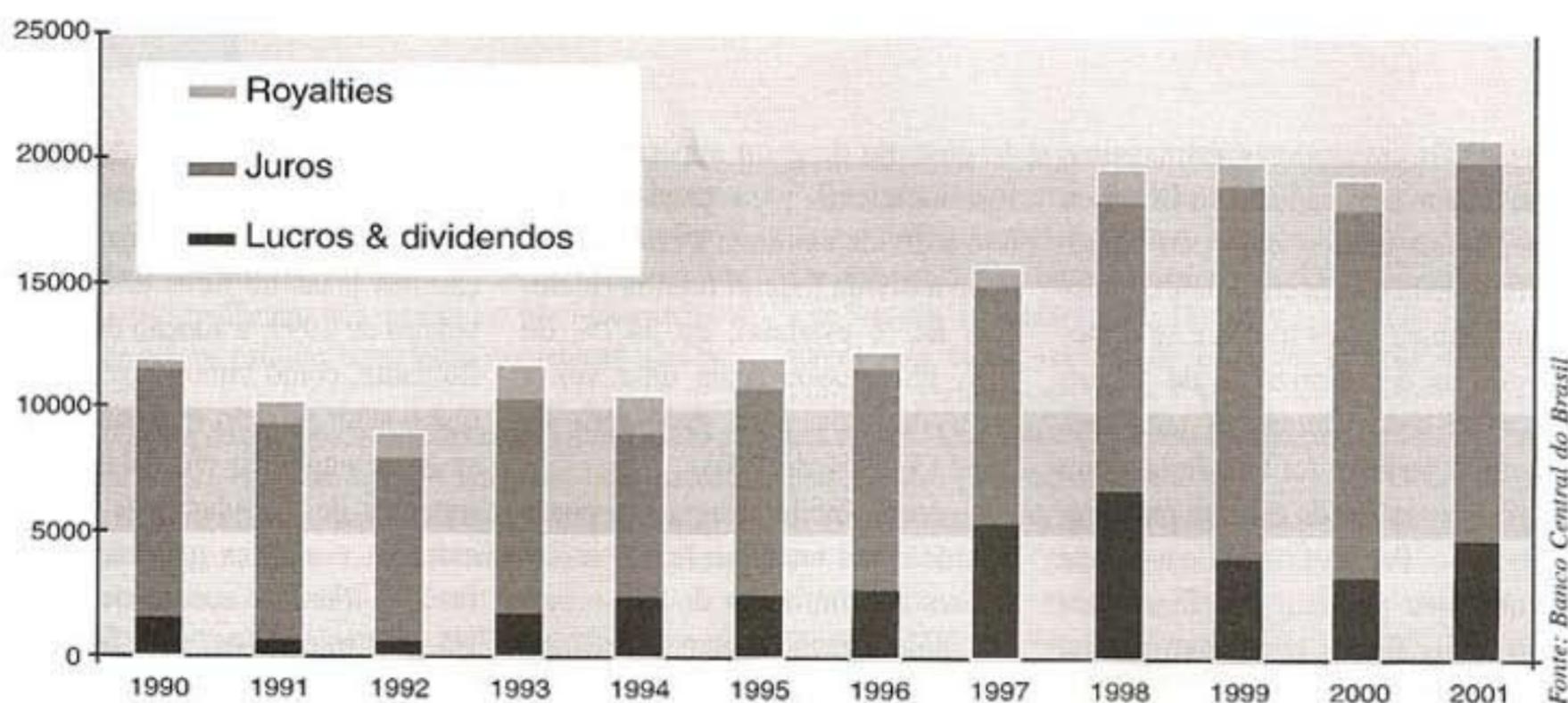
Mas os fluxos de serviços e de rendas do capital continuam altos, exigindo financiamento. O gráfico 3 mostra a evolução desses valores. Notem que o valor total dessas remessas em 2001 duplicou em relação a 1994, ano inicial do Plano Real.

Por muitos anos o governo FHC e sua equipe desprezaram a necessidade de fazer superávits comerciais para financiar o déficit externo causado

pelos remessas de rendas de capital (lucros, juros, etc) e para pagar os compromissos com a amortização das dívidas contraídas. Pois haveria sempre oferta de empréstimos e de investimento externo para cobrir esse déficit. Depois que os empréstimos secaram, ainda se enganaram com o volume de investimentos diretos. Porém, por fim, tiveram que assu-



## EVOLUÇÃO DAS REMESSAS DE RENDAS DE CAPITAL E ROYALTIES



mir que sem um esforço exportador não há como pagar tal déficit. <sup>(2)</sup>

O problema é que para conseguir de novo os altos superávits comerciais, seria preciso abrir-mão de políticas antes abandonadas como “nacional-desenvolvimentistas” e de “dirigismo estatal” e, pior, de obstruir o “livre comércio”: políticas industriais de substituição de importações, forte subsídio à atividade exportadora, proteção tarifária contra importações e planejamento e participação do Estado na economia.

Além do mais, depois da mudança estrutural que impuseram à economia nacional na década passada, uma alteração estratégica como essa demanda tempo, muito tempo, para dar resultados expressivos. Depois da crise de 1979, em uma situação bem mais confortável, o Brasil levou cinco anos para conseguir – com um esforço exportador colossal – atingir um certo equilíbrio no saldo das transações correntes.

Naquela época, com base em um desenvolvimento acelerado, que permitiu ao Brasil completar o ciclo da 2ª Revolução Industrial, pode-se mudar a pauta de exportação, fazendo do país principalmente um exportador industrial e não mais de produtos primários. Agora é diferente, a estagnação dos anos 90, não nos preparou para nenhum salto.

Por isso, sem financiamento externo e sem saldo apreciáveis de balança comercial, e tendo que captar, em média, um bilhão de dólares por semana para cobrir o déficit corrente e o pagamento das dívidas, torna a sustentação de nossas contas externas a curto e médio prazo inviável.

### A gravidade da situação de curto prazo

A gravidade da situação de curto prazo, ou seja, os próximos 12 meses, é que, como já dissemos, o Governo terminou por perder os dois instrumentos internos de manejar a taxa de câmbio, garantir o refinanciamento da dívida pública e defender as reservas: a elevação da dívida e a taxa de juros. A margem de manobra das autoridades econômicas foi restringida praticamente a nada.

Nas contas externas, no curto prazo, também se enfrenta uma situação grave. A própria desvalorização da moeda, que é um instrumento de equilibrar a balança comercial a curto e médio prazos (à custa de transferir renda para o exterior), passou a ter, com a flutuação e a crise, um comportamento errático, com a perspectiva de ficar fora de controle. Essa desvalorização descontrolada, selvagem, se achata fortemente as importações, termina também por paralisar as

exportações, porque não é possível aos exportadores planejar preços para operações que, normalmente, se dão com antecipação de três a seis meses. Por isso os superávits comerciais que vêm se tendo desde 2001 são o pior tipo de superávit, quando caem tanto as importações como as exportações, representando uma crescente tendência de paralisação da economia.

A própria situação do mercado de capitais norte-americano, vem estrangulando ainda mais a oferta cada vez menor de divisas para o Terceiro Mundo.

Mas o problema maior nesta situação de curto prazo é a própria reação dos investidores estrangeiros e do grande capital nacional frente a ela. A disponibilidade de relativa liquidez de parte dos capitais disponíveis e a liberdade de movimento agora existente vêm incentivando um comportamento predatório por parte das grandes empresas. Cada uma busca se safar de prejuízos maiores no futuro próximo, dificultando a rolagem da dívida pública e remetendo dólares para o exterior crescentemente. Isso terminará, provavelmente, não só por confirmar as piores previsões de quebra da economia, como até antecipando-a.

Esta é a verdadeira situação, e os nossos famosos “fundamentos” agora

não valem mais nada. É pura ficção.

Estamos sendo levados para uma perigosa situação de quebra por obra da pesada herança das políticas neoliberais implementadas nos últimos dez anos e por uma situação política de grande incerteza.

### **As propostas do mercado**

Diante dessa situação, o que o “mercado” propõe é simplesmente manter as atuais políticas – câmbio flutuante e superávits fiscais e esforço exportador –, prorrogar imediatamente o Acordo com o FMI que vence em dezembro e a “independência” do Banco Central. Enquanto a reivindicação da manutenção das políticas atende aos preceitos “internacionais” de “políticas econômicas saudáveis” e tende a garantir os interesses do grande capital, o Acordo com o FMI e a “independência” do BC são arranjos institucionais que permitem a manutenção das políticas prometidas ou, no limite, garantem ao “mercado” uma boa situação de barganha em futuras negociações após uma quebra generalizada de moratória da dívida pública e suspensão dos pagamentos externos.

Isso pode interessar a eles, mas dificilmente servirá para o Brasil. Como já vimos, a manutenção do ajuste fiscal, sem mudanças na política econômica, servirá apenas para manter a economia em recessão e a prejudicar ainda mais a infra-estrutura e os serviços públicos. A manutenção do regime de flutuação cambial, com a liberdade existente de remessas de divisas, apenas manterá uma correlação de forças desfavorável a maioria, onde uma quantidade muito pequena de grandes operadores detém um poder desproporcional, permitindo a eles manter a nação em cheque com a ameaça iminente de um colapso cambial.

O Acordo com o FMI, mesmo para o grande capital, tem mais consequências políticas do que financeiras. Isso porque as linhas de financiamento dessa instituição, desde 1997, vêm tendo cada vez maiores restrições à sua utilização. Até a crise asiática de 1997 e a quebra da Rússia em 1998, o dinheiro do FMI serviu principalmente para financiar a saída de dólares de investidores, deixando aos países devedores uma dívida impagável, que posteriormente teve de ser renegociada com o FMI. O novo arranjo de assistência financeira, imposto a partir de 1997, mudou o condicionamento dos financiamentos, não permitindo mais que o país contratante use o recurso para financiar a fuga de divisas. Desde dezembro de 1998, o acordo com o Brasil, já não permite que o grosso do dinheiro emprestado possa ser gasto pelo país, todo o recurso advindo permaneceu “bloqueado” nas reservas até ser reembolsado. Os US\$ 10 bilhões que entraram em junho último, por exemplo, continuam “bloqueados” nas nossas reservas. Esses aportes servem apenas como penhor da confiança que o FMI tem sobre as políticas executadas pelo Brasil, confiança que é suficiente para que a instituição nos entregue tal valor.

Assim, um novo acordo com o FMI, se os recursos envolvidos advierem de SRF também não servirá para financiar a fuga dos investidores, mas servirá para que eles contem com o Fundo para pressionar a manutenção das atuais políticas ou, em caso de quebra, “ajude-os” a negociarem novas políticas que minimizem suas perdas, como acontece agora na vizinha e indigitada Argentina.

Para o novo governo a prorrogação do Acordo com o FMI significa uma camisa-de-força política. Não cumprir as promessas de manter políticas terá

como consequência não as habituais reclamações de quem sai perdendo, mas a abertura de um contencioso internacional com o Fundo e os seus principais acionistas, podendo redundar em retaliações externas graves. A Argentina é outra vez o nosso espelho.

Já as consequências da adoção de um Banco Central “independente” (ou “operacionalmente autônomo”, como falam eufemisticamente seus defensores), são também graves para a autonomia política do Estado brasileiro, sendo do ponto de vista estratégico, por ser mais duradouro, uma concessão de poder ao grande capital financeiro ainda maior. Com um mandato que depende, para sua derrogação, de uma maioria do Senado Federal, a mais conservadora das Casas do Congresso Nacional, a diretoria do Banco Central passa a ser virtualmente imune ao controle político do povo.

O poder do Banco Central em determinar o rumo da economia e a restringir políticas econômicas do Poder Executivo é muito maior do que os cidadãos comuns percebem. Determinando a taxa de juros e o volume de crédito dos bancos, o Banco Central influencia decisivamente o quanto cresce a economia, mas também pode inviabilizar uma política industrial do governo, com base por exemplo, em linhas de crédito do BNDES, porque simplesmente pode não haver crédito bancário para financiar os fornecedores ou compradores das empresas beneficiárias dos empréstimos do BNDES.

É verdade que um regime de “independência” pode ser revertido, posteriormente, no Poder Legislativo. Mas sua derrogação, se concedida em lei complementar (como será o caso), não poderá ser feita por Medida Provisória, necessitando de um prolongado processo legislativo, com consequências funestas em curto prazo.

E tal regulamentação do BC “independente” está por um fio no Congresso Nacional. Depende de uma Proposta de Emenda Constitucional que já foi aprovada pelo Senado e está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados. Votada em duas vezes no plenário, em duas semanas diferentes, já poderá, de imediato, ser aprovada uma lei complementar, de teor relativamente simples. Mas para que isso seja possível, terá de haver acordo com os principais candidatos à Presidência da República, para que suas respectivas bancadas façam um acordo de votação sumária.

Felizmente, essa dificuldade não é pequena, até o candidato oficial deve vacilar em abrir-mão de tal poder. Mas tudo dependerá da capacidade de pressão e de chantagem que tiver o grande capital, ao criar, por causa da crise, uma situação de asfixia cambial e de garroteamento no financiamento externo do país. Será uma dura prova.

### As propostas dos candidatos e os desafios da crise

Serra afirma a administrabilidade da dívida. Garotinho diz que vai baixar a taxa de juros de saída. Ciro propunha a renegociação voluntária da dívida pública, concedendo taxas de juros maiores para os credores que aceitassem alongar seus títulos; agora, que tem perspectiva de disputar o segundo turno, diz que não é bem assim. Lula se pronunciou duas vezes de forma oficial sobre a questão. Na Carta aos Brasileiros deu ênfase e ressaltou o respeito aos contratos. Já no lançamento do programa da Frente divulgou o documento “Compromisso com a soberania...” e afirmou que “o povo brasileiro não aceita a dependência atual e a atitude subalterna do governo (...) A população exige que recuperemos a soberania para decidir de modo autônomo a política econô-

mica e os destinos do país”.

Sobre o déficit externo, há uma grande convergência de propostas: incentivos à exportação e à substituição de importação. Há apenas diferenças de ênfase entre esses dois componentes.

O PCdoB sugeriu, dentro da Frente Lula Presidente que, para enfrentar a dependência econômica é necessário “um novo relacionamento, soberano e autônomo, com o capital financeiro internacional e seus sócios internos. São necessárias a diminuição do serviço da dívida e das remessas das demais rendas de capital e a utilização das formas de controle do fluxo de capitais, visando adequar os compromissos externos à capacidade da economia nacional. As condições políticas e a correlação de forças determinarão se essa redução e controle serão negociados ou unilaterais.”

Penso que essa proposta é a que mais se aproxima da realidade que o Brasil terá de enfrentar no início do próximo governo, ou até mesmo antes de sua posse. Se o refinanciamento da dívida pública e das contas externas for inviabilizado por pressão política ou intransigência dos credores, não haverá saída para o futuro governo a não ser quebrar as atuais regras do jogo. Pois os exemplos históricos mostram que, em momento de viragem histórica, as regras sempre foram quebradas, não só pelos mais fracos (Brasil em 1930 e em 1937; Brasil em 1987; Rússia em 1998), mas pelos mais fortes também (Inglaterra em 1916 e 1931; EUA em 1971 e 1979). O problema real para um devedor soberano, diante de um grave risco para a sobrevivência de sua economia e de seu povo, não é se se deve repudiar seus compromissos financeiros, mas se a correlação de forças o permite.

A Argentina é um exemplo: o seu governo se obstinou em manter-se nas

regras do jogo (ou não conseguiu concentrar forças para repudiá-las) e o resultado foi sua falência absoluta, o que determinou sua expulsão do jogo. Como as regras não foram quebradas no momento certo, eles simplesmente deixaram de existir, e seu povo e seu governo têm, agora, de começar tudo quase do zero, com um prejuízo social e econômico que nenhuma nação jamais sofreu, exceto por guerra.

Diante da situação que vivem hoje os EUA, com uma grave crise no seu mercado de capitais, o coração do sistema capitalista, talvez seja preciso que os partidos, em especial os da Frente Lula Presidente, levem em consideração que um dos possíveis desdobramentos da crise norte-americana, possa ser uma depressão mundial que tenha por consequência, como aconteceu na década de 30, que os países da periferia sejam deixados à sua própria sorte. Se for esse o caso, talvez até nossas elites tenham de admitir a discussão de um novo projeto próprio e autônomo de desenvolvimento. Mas essa já seria uma outra história.

Lecio Moraes é economista, especialista em Planejamento e Orçamento Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e assessor da Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados. Este texto foi escrito com informações disponíveis até o final de julho de 2002.

### Notas

- (1) As partes 2 e 3 deste artigo estão largamente baseadas no documento “A Herança Maldita de FHC”, de autoria coletiva de Sérgio Miranda, Flávio Tonelli e Lecio Moraes, a ser publicado.
- (2) Para uma discussão da estratégia recorrente do esforço exportador e de sua relação com a dependência econômica ver meu artigo “Proposta Bresser-Nakano propõe volta do esforço exportador”, *Princípios* nº 65, maio-julho de 2002.

# Conseqüências da “privatização” na herança que nos entregam

Haroldo Lima

*Ao avaliarmos a herança que recebemos do período FHC vemos que as privatizações provocaram resultados desastrosos sobre importantes aspectos do funcionamento do Estado nacional*

Parte básica da herança perversa que recebemos dos oito desastrosos anos do governo de FHC advém da chamada “privatização”. Esta começou antes do período de FHC à frente do Estado brasileiro, e representava um dos ícones da cartilha neoliberal do Consenso de Washington, mas se desenvolveu sobremaneira durante os dois governos de Fernando Henrique.

A “PRIVATIZAÇÃO” deixou-nos um legado variado e sinistro. Uma de suas partes pode ser aferida pelo número e qualidade das estatais vendidas, diversas das quais, empresas estratégicas. A forma como essas alienações ocorreram também desperta perplexidade, já pelos preços aviltados das empresas vendidas, já pelos ágios manipulados, já pelo

monumental tráfico de influência ocorrido. Em certos casos, houve verdadeiras doações.

Vender empresa estratégica, entregar setores econômicos inteiros ao estrangeiro é comportamento que priva o Estado de instrumentos vitais ao desenvolvimento do país, significa alienar a soberania nacional; contudo, é apenas um dos

aspectos do problema, de forma alguma o único.

Diversas esferas da atividade estatal foram negativamente contaminadas pela “privatização” brasileira. Seus tentáculos destruidores atingiram práticas antigas e consolidadas, desestruturando-as e redefinindo-as. Suas raízes malignas destruíram tanto o organismo estatal que a “pri-

vatização” pode ser vista como o movimento básico que precipitou o desmonte e reconfiguração do Estado brasileiro.

Ao avaliarmos a herança desastrosa que recebemos do período de FHC, consideraremos a “privatização” do ponto de vista das mudanças que provocou em alguns aspectos importantes do funcionamento do Estado. Veremos, assim, que a sua contribuição foi absolutamente funesta.

### **A “privatização” como fator de desnacionalização da economia brasileira**

A Intervenção Especial apresentada no 10º Congresso do PCdoB (dezembro de 2001) “Sobre a Desnacionalização da Economia” mostrou como a “privatização” efetuada no Brasil, especialmente sob os governos de FHC, transferiu setores-chave da economia brasileira ao controle estrangeiro.<sup>(1)</sup> A conclusão a que ali se chegou, e que guarda toda atualidade, foi a de que a “privatização” no Brasil foi uma desnacionalização. Estudos posteriores, como o de Octávio Ianni (ver entrevista ao Jornal da Unicamp, junho 2002); o Relatório da Universidade de Campinas sobre “a privatização no setor financeiro e a política de concentração bancária” (2002); e outros, confirmam e enriquecem essa conclusão.

Característico da “privatização” no Brasil foi o capital estrangeiro ter passado a ser predominante na economia brasileira sem criar basicamente nada de novo no país, sem implantar nenhuma planta produtiva nova, apenas comprando o que já existia e, ainda mais, através de espantosas negociatas.

Comprar parques fabris já existentes não era a forma predomina-

te de agir do capital estrangeiro no Brasil. Em 1994, por exemplo, para a compra de empresas já instaladas, empregou apenas 0,38% dos US\$ 2,1 bilhões do dinheiro que para cá trouxe. Depois, entre 1998 e 1999, destinou 74,1% dos US\$ 28,7 bilhões que trouxe de fora para comprar empresas em funcionamento. Quer dizer: em cerca de dois anos, multinacionais “investiram” no Brasil US\$ 21,3 bilhões apenas para que empresas em pleno funcionamento passassem a ter donos estrangeiros.<sup>(2)</sup>

Evidentemente, esse movimento foi precedido de gestos absolutamente subalternos do Governo brasileiro, promovendo importantes modificações na Constituição – todas para beneficiar o capital estrangeiro, enquanto escorchava o capital nacional com juros dos maiores do mundo.

Assim, o capital estrangeiro inicia o novo século XXI controlando, no Brasil, 90% do setor eletro-eletrônico; 89% do setor automotivo; 86% do setor de higiene, limpeza e cosméticos; 77% da tecnologia da computação; 74% das telecomunicações; 74% do farmacêutico; 68% da indústria mecânica; 58% do setor de alimentos; e 54% do setor de plásticos e borracha. Em setores onde o capital forâneo não tinha qualquer presença, ou a tinha inexpressiva, a situação se modificou. É o caso da siderurgia e metalurgia, onde, entre 1994 e 1999, o capital estrangeiro elevou sua participação de zero por cento para 34%.<sup>(3)</sup> Também no comércio varejista a participação estrangeira, em 1994, era de apenas 7,1% e hoje está em mais de 60%.<sup>(4)</sup> As grandes empresas varejistas que atuavam no Brasil eram brasileiras e hoje já não são. No setor elétrico, até recente-

mente quase todo nacional, houve um retorno à situação que prevalecia antes da Revolução de 1930, quando a maioria das energéticas era estrangeira. A Escelsa (ES) virou portuguesa; a Eletrosul (RS) ficou belga; a Cerj (RJ), chilena; a Coelce (CE), espanhola; a Coelba (BA), espanhola; a Celpe (PE), espanhola; a COSERN (RN), espanhola; a Cesp-Bandeirante (SP), portuguesa; a CEE-NNE (Norte e Nordeste do RS), norte-americana; a CEE-CO (Centro-Oeste do RS), norte-americana; a Eletropaulo, norte-americana; a Elektro, norte-americana; e a Cesp-Paranapanema (SP), norte-americana. E tudo vendido com financiamento do BNDES, via Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Chama a atenção a rapidez com que foi desnacionalizado o setor bancário. Em 1994, quando FHC tornou-se Presidente, a parcela dos estrangeiros nesse setor girava em torno dos 10%. Hoje essa participação vai além dos 50%. Nos últimos cinco anos, o número de bancos estrangeiros saltou de 2% para 17% do total das agências existentes. Enquanto em 1994 a especulação com títulos públicos correspondia a 4% das receitas dos bancos, no final

*FHC gerou uma  
economia  
desnacionalizada,  
com setores  
sob o controle  
do capital  
estrangeiro*

de 1998 essa especulação chegava a 43%. Um estudo de Fábio Comparato mostra que o avanço do sistema financeiro foi tal que a indústria no Brasil, “pela primeira vez desde 1930, no período de 1989 a 1998 (nove anos), perdeu 5,3% de sua importância na formação do PIB brasileiro”.<sup>(5)</sup>

A Federaminas (Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços de Minas Gerais) revelou que nos últimos cinco anos 835 empresas brasileiras passaram às mãos de estrangeiros. O capital estrangeiro respondia por 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país em 91. No final de 99 essa participação chegava a 53,5%.

Assim, no que diz respeito à “privatização” no Brasil, o que sobrou para o povo dos oito anos de FHC foi isto: uma economia desnacionalizada, onde seus setores hegemônicos – o financeiro e o industrial –, estão sob controle estrangeiro. A capacidade da Nação em tomar decisões soberanas foi gravemente afetada.

### **A “privatização” como fator de estagnação**

O Brasil já conheceu quase meio século de desenvolvimento à elevada taxa média de 6% ao ano. Durante trinta anos do pós-guerra, este país que há 20 anos não cresce, cresceu mais que o Japão. Naquele período havia um determinado projeto de desenvolvimento nacional e implantou-se um modelo desenvolvimentista. Esse modelo, criado a partir da Revolução de 30, e que funcionou razoavelmente bem até o final da década de 70, fundava-se em alguns importantes pilares: 1) a construção de um Estado dotado de instrumentos de intervenção no país

## *A elite capitulou frente ao discurso do capital especulativo e abriu mão do instrumento decisivo para o projeto de poder: o Estado nacional*

e que investia em áreas estratégicas, organizando estatais em setores básicos, promovendo formação de pessoal, criando institutos de pesquisa, órgãos de planejamento e bancos de fomento ao desenvolvimento; 2) uma política de substituição de importações que privilegiava o produtor interno, incentivava seus investimentos e garantia-lhe o mercado interno; e 3) a formação de uma poupança interna centralizada, baseada em tributos estipulados para a exportação de produtos, especialmente o café. Nessa base o país chegou a ser a oitava economia do mundo.

As elites que dirigiram o país nesse período estavam animadas de um ideal desenvolvimentista, procuravam ser hegemônicas na economia brasileira e, para tanto, preservaram o papel insubstituível do Estado nacional.

Lamentavelmente, essas mesmas elites não perceberam a necessidade de alicerçar esse desenvolvimento com a formação de um vigoroso mercado interno. Não realizaram uma reforma agrária para dinamizar o vasto interior do país e não distribuíram a renda nacional, mas, ao contrário, concentraram-na. O desenvolvimento, ao invés de chegar a ser auto-sustentado, ficou auto-limitado.

Com Fernando Collor e, sobretudo, Fernando Henrique, esse modelo

foi abandonado, depreciado e ridicularizado, para realce do novo código “salvador”, “moderno”, “global” – o modelo neoliberal. A elite capitulou frente ao discurso do capital estrangeiro e abriu-mão do instrumento decisivo para seu projeto de poder, o Estado nacional. Perdeu força e transformou-se em apêndice do capital forâneo. Demonstrou, ao acatar a “privatização” desnacionalizante posta em prática, sua incapacidade para manter e disputar a hegemonia da economia em seu próprio país.

Portanto, o desenvolvimento que o Brasil conheceu jamais foi espontâneo, jamais decorrente da “vontade” do mercado. Foi algo consciente, premeditado, planejado e executado com denodo. Quem o alavancou foi o Estado nacional, e quem o financiou, inicialmente, foi o Banco do Brasil e, depois de 1952, o BNDE, transformado em seguida em Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES.

A função do BNDES, de banco de fomento do desenvolvimento, foi definida no artigo 23 da lei 4.595, que o criou, e que o situava expressamente como “principal instrumento de execução de política de investimento do governo federal”. De resto, essa função foi fundamentalmente respeitada por aproximadamente quarenta anos.

A política de “privatização”, notadamente a partir de 1995, no pri-

meiro governo de FHC, cometeu grave atentado ao país, com a drástica e absurda alteração da função do BNDES: de órgão principal de fomento do desenvolvimento do Brasil ele foi transformado em órgão principal de financiamento de multinacionais desejosas de comprar empresas estatais ou privadas brasileiras. Saliente-se que não se tratava de financiamento de multinacionais para investimentos no Brasil – o que já seria discutível. Não. Era financiamento, e em condições altamente vantajosas, para grupos estrangeiros comprarem, a preços vis, empresas brasileiras já existentes.

Sob o prisma do desenvolvimento duas conseqüências ocorreram: 1) o crescimento avassalador das empresas estrangeiras em nosso país trouxe, em contrapartida, o crescimento avassalador das remessas de lucros e dividendos para o exterior, ameaçando cada vez mais o fechamento das nossas contas externas e retirando dinheiro de investimentos novos, vitais para o desenvolvimento; e 2) a mudança do papel do BNDES privou o empresariado nacional de um efetivo banco de fomento, que passou a usar seu capital, inclusive a parte vinda do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para financiar multinacionais.

Assim, a “privatização” no Brasil transformou-se em um inibidor do desenvolvimento do país – na prática, em um fator de estagnação. Sua contribuição foi importante para transformar o Brasil de oitava economia do mundo em décima quarta.

#### **A “privatização” como fator de corrupção**

A “privatização” ocorrida no Brasil esteve mancomunada o tempo todo com algumas das piores maze-

las do mundo dos negócios, como tráfico de influência, avaliações fraudulentas, leilões manipulados, propinas milionárias, uso do aparelho de Estado para beneficiar amigos, trânsito promíscuo entre dirigentes que ora ocupavam cargos públicos, ora se instalavam em postos-chave das instituições “privatizadas”. A “privatização” no Brasil desenvolveu-se de braços dados com a corrupção e a impunidade.

Já na “privatização” da primeira das grandes empresas alienadas, a Companhia Vale do Rio Doce, ocorreram irregularidades clamorosas, ainda hoje sob investigação do Ministério Público. O Consórcio vencedor, encabeçado por um grupo têxtil decadente e sem nenhuma experiência no ramo da mineração, foi montado nos gabinetes do governo e, não por coincidência, teve como seu principal dirigente o empresário Benjamin Steinbruch, do grupo têxtil Vicunha – à época, amigo dileto e empregador do filho do presidente da República, o senhor Paulo Henrique Cardoso. O principal arquiteto do consórcio que terminou abocanhando a maior mineradora do mundo

*Assim, a*  


---

*“privatização” no*  


---

*Brasil tornou-se*  


---

*um inibidor do*  


---

*desenvolvimento*  


---

*do país –*  


---

*um fator de*  


---

*estagnação*

por ridículos R\$ 3,3 bilhões foi Ricardo Sérgio de Oliveira, conhecido caixa das campanhas de José Serra e Fernando Henrique Cardoso, que manipulou os fundos de pensão como a PREVI para viabilizar o Consórcio e assegurar o controle da Vale para o grupo escolhido pelo governo.

O banco encarregado de organizar o leilão da Vale foi o Bradesco que, embora impedido pelas cláusulas do contrato de figurar como comprador da empresa, terminou assegurando para si cerca de 10% do seu controle acionário.

Mais tarde, ameaçado pelos sócios de ser afastado do controle da Vale do Rio Doce e insatisfeito com a falta de apoio do governo, Benjamin Steinbruch denunciou a dois ministros de Estado que ele, Steinbruch, havia sido chantageado por Ricardo Sérgio de Oliveira, que lhe exigia o pagamento da propina de R\$ 50 milhões acertada quando da montagem do consórcio. O presidente da República, ciente do crime por seus ministros, preferiu o silêncio e ainda manteve Ricardo Sérgio no cargo de Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil...

Na privatização da Telebrás, a “maior privatização do mundo”, segundo a propaganda oficial, grampos telefônicos instalados no BNDES flagraram o presidente da instituição, André Lara Resende, o então ministro das Telecomunicações, Mendonça de Barros e o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso acertando o uso do nome do presidente da República para assegurar o controle da Telemar (fatia da Telebrás que incluía a telefonia fixa do Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo, além de todo o Nordeste e Norte do país) pelo con-

sórcio liderado pelo grupo Opportunity, controlado por Daniel Dantas e Pécio Arida. Ricardo Sécio de Oliveira, que trabalhava nos bastidores em favor de outro consórcio, pressionado por Lara Resende e Mendonça de Barros, chegou a dizer que na manipulação do leilão estavam “agindo no limite da irresponsabilidade”.

No final do processo, o consórcio liderado pelos grupos La Fonte, Inepar e Andrade Gutierrez figurou como único candidato no leilão da Telemar e levou a empresa pelo preço mínimo. Detalhe importante é que nessa época, Paulo Henrique Cardoso, filho de FHC, trabalhava junto ao grupo Inepar, que pagava inclusive seu luxuoso apartamento no mais caro bairro do Rio de Janeiro. Outro detalhe surgiu posteriormente, quando Ricardo Sécio de Oliveira – ele, de novo –, foi acusado de cobrar propina de US\$ 90 milhões pela “ajuda” dada aos vencedores do leilão da Telemar e de ter recebido a propina por meio de uma reorganização societária que envolveu a troca de ações da empresa controladora da Telemar.

A promiscuidade entre os interesses públicos e privados sempre esteve presente nos dois mandatos de FHC, seja no setor financeiro, onde dirigentes do Banco Central e de outros bancos públicos transitavam com suspeita desenvoltura, seja na “privatização”, onde determinadas figuras ora estavam do lado vendedor, em cargos-chave do BNDES, ora

do lado oposto, nas diretorias dos grupos compradores.

Exemplo marcante dessa promiscuidade é o da Sra. Elena Landau que ocupou durante anos a Diretoria de Privatizações do BNDES, de onde conduziu dezenas das privatizações, inclusive aquelas em que o beneficiário maior foi o Grupo Opportunity, controlado por Pécio Arida, coincidentemente marido da Sra. Elena Landau. Esta, tão logo deixou o BNDES, virou diretora do Opportunity e hoje representa o grupo no conselho de Administração da CEMIG.

O grupo Opportunity, de Pécio Arida e Daniel Dantas, foi um gigante nas privatizações ocorridas no Brasil. Fundado em 1997, conseguiu a proeza de, em pouco mais de um ano, transformar-se num dos principais compradores das estatais brasileiras. Participa do controle acionário da ESCELSA (Empresa de energia elétrica do Espírito Santo), da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), da Vale do Rio Doce (Pécio Arida integra o Conselho de Administração da CVRD), da Telemig Celular, da Tele Centro Sul, da Tele Norte Celular, da AMERICEL (Telefonia Celular do Centro-Oeste), e do Metrô do Rio de Janeiro.

Pécio Arida foi diretor e Presidente do Banco Central e presidiu também o BNDES. As informações privilegiadas que tinha se transformaram em grande fonte de lucro dos seus negócios. Arida foi ainda

diretor do Unibanco, junto com André Lara Resende, e presidiu o Banco Central na mesma época em que tanto Lara Resende quanto Mendonça de Barros eram diretores da mesma instituição. Suas relações de amizade e de parceria com Lara Resende e Mendonça de Barros, seu casamento com Elena Landau e sua passagem pela presidência do BNDES levantam sérias suspeitas sobre seu sucesso nas “privatizações”.

Os exemplos citados mostram como a “privatização” no Brasil esteve contaminada pela corrupção aberta e como o interesse público foi golpeado para assegurar benefícios a grupos privados, em geral estrangeiros. O BNDES, que teve sua função precípua inteiramente subvertida, terminou se transformando num covil de onde eram arquitetados, e financiados, assaltos terríveis contra o patrimônio público.

Assim, a “privatização” no Brasil foi instrumento por onde se desenvolveu em nível alarmante a corrupção. Os veementes e abundantes indícios das bandalheiras que surgiam nunca foram apurados porque FHC sempre se insurgia contra toda tentativa séria de averiguação dos escândalos. 

---

Haroldo Lima é membro do Comitê Central do PCdoB e exerce seu quinto mandato como deputado federal da Bahia.

#### Notas

- (1) A Intervenção Especial referida pode ser encontrada nos portais [vermelho.org.br](http://vermelho.org.br) e [haroldolima.com.br](http://haroldolima.com.br)
- (2) V. “Triplica a remessa de lucros ao exterior”, *Folha de S. Paulo*, 3/10/99.
- (3) Dados da Intervenção citada na nota 1.
- (4) Idem.
- (5) “A desnacionalização da economia brasileira e suas conseqüências políticas”, Fábio Konder Comparato, portal do Instituto dos Advogados do Brasil.

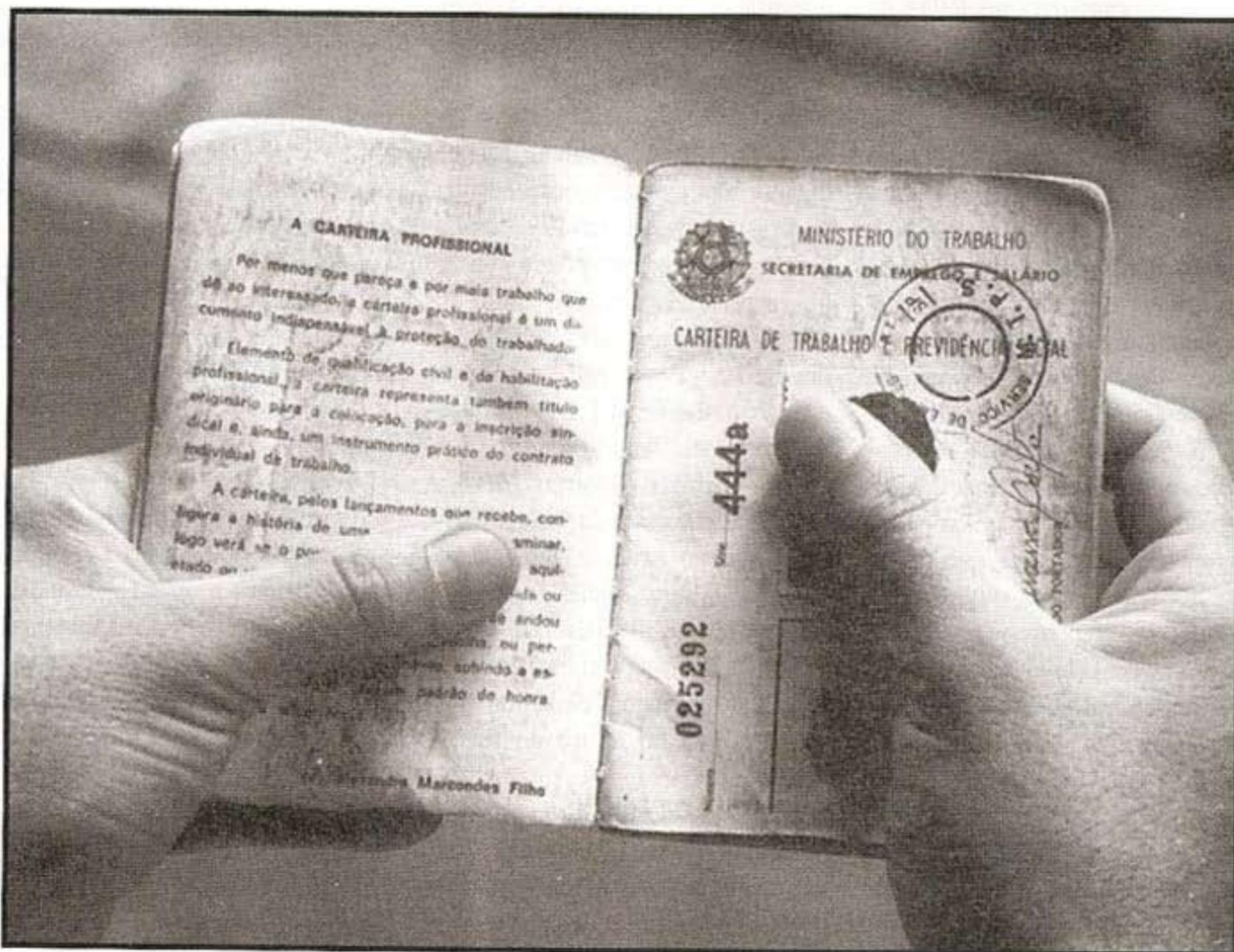
---

*A “privatização” no Brasil foi instrumento por onde se desenvolveu em nível alarmante a corrupção e a pilhagem do Estado nacional*

---

# Por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores

Sérgio Miranda



*Dados do IBGE e do Dieese sobre a degradação do emprego e renda no Brasil contrastam com os lucros recordes dos bancos, que chegaram a praticamente triplicar nos dois mandatos de FHC e durante o Plano Real; isso não é mera coincidência*

Os dois lados da moeda política de Fernando Henrique Cardoso, Malan e do presidenciável José Serra exibem faces bem distintas e confirmam a quem serve e a que veio o Real. Na hora do acerto de contas com o FMI, banqueiros e seus alia-

dos do sistema financeiro, Fernando Henrique não hesita: escolhe o alvo e desfere golpes certos no que mais lhe atrapalha a honrar as metas do ajuste fiscal. Os vilões são a *Constituição Federal* e o povo brasileiro.

SOMENTE no segundo mandato, FHC deixou de gastar em despesas sociais R\$ 405 bilhões, para pagar juros de uma insustentável dívida pública, que supera mais da metade de tudo o que o Brasil gera de riqueza por ano: R\$ 685,2 bilhões (55% do PIB).

Pagamos um dos juros mais altos do mundo – os mesmos que rendem bilhões de dólares aos banqueiros. Estamos submetidos à maior carga tributária de nossa história, que já chega a 35% do PIB e sequer se presta a financiar a área social. Serve sim para compor receita dos crescentes e compulsórios superávits primários – prioridade máxima do orçamento público de FHC. O governo corta gastos sociais, o povo sofre e a dívida só cresce.

Em nome do equilíbrio fiscal e estabilidade monetária, FHC também concede estabilidade à desigualdade social e à concentração da renda, que permanece inalterada há 30 anos. Enquanto os 10% mais ricos se apropriam de 50% da riqueza nacional, os 40% mais pobres retêm apenas 10%. E o número dos brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza não pára de aumentar, a renda média cai pelo terceiro ano seguido e as taxas de desemprego estão em patamares socialmente insuportáveis.

Empregos a mais não significa direitos de menos. Somente expandindo a economia nacional, fortalecendo o setor produtivo pode haver mais traba-

lho e renda para os brasileiros. Apenas com uma nova política avistaremos um horizonte de progresso social.

Com a altivez da força popular e com a dignidade que nos pertence, exigimos o que nos foi arrancado: direitos, soberania e auto-estima. Algo, afinal, aprendemos com a dramática derrocada da Argentina. Não aceitaremos que os mesmos ventos arrasem e desfaçam nossa nação.

### **Reforma trabalhista de FHC aumenta miséria e desemprego!**

A reforma trabalhista alardeada e levada a cabo por Fernando Henrique é boa pedida mesmo para os patrões e os senhores do capital, que lucram à custa da retirada de encargos sociais e do arrocho salarial. Desde 1995, FHC tem implantado medidas variadas de flexibilização que não evitaram a explosão da informalidade nem a disparada recorde do desemprego.

Em atitudes arbitrárias e antidemocráticas, simplesmente retirou direitos inscritos na Constituição Federal e outros regulamentados por lei. O

Plano Real vem acumulando trunfos para o setor financeiro e graves prejuízos à população. É sintomático: no aniversário de oito anos de real, o dólar bateu um novo recorde, fechando a sua cotação em R\$ 2,90. Nossa moeda acumulou desde julho de 1994 a desvalorização de 68% frente ao dólar.

Resultado direto do desmonte trabalhista de FHC: o drama do desemprego atinge, segundo o Dieese, cerca de 20% da população economicamente ativa das principais capitais brasileiras, ou seja, uma a cada cinco pessoas está sem trabalho e sem renda. Uma das últimas rasteiras preparadas por FHC atinge em cheio pelo menos 60 anos de conquistas e avanços históricos na legislação trabalhista dispostos na CLT. Com a alteração do artigo 618, proposta no PL134/2001, hoje no Senado, o acordo entre patrões e empregados passa a valer mais que qualquer lei, derrubando assim os direitos dos trabalhadores.

Enfim, para o trabalhador, a reforma de FHC é canoa furada. O naufrágio se anuncia drástico, caso as forças populares não dêem a guinada neces-

---

*Recuperar o poder de compra dos salários é melhor do que qualquer prática assistencialista*

---

sária para inverter a rota que tem levado o Brasil para o fundo do poço.

### Por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores

“Quem trabalha é que tem razão. Eu digo e não tenho medo de errar”. O mote poético extraído da canção *O Bonde de São Januário*, de Wilson Batista e Aaulfo Alves, ilustra a campanha da Corrente Sindical Classista por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores e a necessidade urgente de ampliar o emprego e a renda no Brasil, país campeão em concentração de renda e desigualdade social.

No Brasil de hoje, em oposição ao trabalho está a financeirização. É o capital financeiro que impede até mesmo o trabalho e joga milhares de cidadãos no desemprego. Portanto, quem trabalha, ou quer trabalhar e não pode porque foi levado ao desemprego, é que tem razão.

### Para ampliar o mercado interno é preciso recuperar o poder de compra dos salários

O sistema capitalista vive um dos momentos mais graves de sua história. Com o aprofundamento da crise, mais nítidas ficam suas contradições e sua defasagem como modo de produção. Observamos hoje a progressiva redução das taxas de crescimento da economia e o desemprego em massa. É esgotamento, e falência, da política neoliberal.

Esse modelo surgiu como uma alternativa a uma grande tormenta vivida pelo sistema nos anos 70. Cópia de outros momentos de fragilidade, o neoliberalismo foi apresentado à sociedade como uma solução que beneficiaria a todos. Assim foi



Mais emprego significa menos assistencialismo.

legitimado. Mas, como o capitalismo, suas soluções são para poucos.

As promessas de FHC e dos neoliberais pelo mundo afora foram de crescimento econômico duradouro, ampliação da oferta de emprego e melhores condições de vida para todos. Se isso tivesse ocorrido, realmente o capitalismo ainda estaria naquela sua fase progressista, quando trouxe vantagens para toda a sociedade em alguns países chamados de desenvolvidos – acesso a serviços sociais e culturais, emprego em massa, distribuição de renda.

O sistema vem vivendo crises cada vez mais frequentes e profundas. Abrem-se possibilidades para uma nova era. O progresso da civilização humana e da produtividade hoje pressupõe o desenvolvimento do componente mais importante das forças produtivas: a força de trabalho. É essa a lógica que nos leva a acreditar que um novo rumo para o Brasil passa por um modelo de

*FHC passou a  
ilusão de que o fim  
da inflação  
resolveria todos  
os problemas  
do Brasil*

desenvolvimento baseado na ampliação do mercado e da poupança interna, o que requer a recuperação do poder de compra dos salários, a redução drástica do desemprego, além de outras medidas para viabilizar um mercado de consumo de massas.

Para uma estratégia antiimperialista de médio e longo prazos será indispensável também investir pesado na educação dos trabalhadores. As medidas que contemplam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras são, ao mesmo tempo, condições para o desenvolvimento econômico. Hoje a força que pode conduzir o processo histórico no rumo do progresso está fundamentada no trabalho e tem por base os trabalhadores das cidades e do campo.

### Como o Brasil permitiu esse desastre?

FHC passou a ilusão de que o fim da inflação resolveria todos os problemas do Brasil. Convenceu a imensa maioria dos brasileiros que defendia o país e a sociedade. É assim que as elites dominantes buscam legitimidade política e ideológica: tentam vender seus interesses particulares como se fossem os de toda a nação. Na história, essa tem sido a forma de o sistema capitalista se legitimar aos olhos de milhões de trabalhadores.

### Guia do desmonte trabalhista de FHC

O raciocínio é simples e aritmético: quando se economiza de um lado costuma sobrar de outro. Com a redução das garantias trabalhistas, a participação dos salários na renda nacional diminuiu de 45% em 1990 para 36,7% em 1999. Houve ainda disparada do desemprego e explosão do

mercado informal de trabalho. O que o povo perdeu em salários menores e empregos a menos, os patrões ganharam em forma de lucros. Remédio amargo e ineficaz para o trabalhador. Abaixo alguns exemplos desse nó cego de Fernando Henrique Cardoso.

- Fim da política salarial, participação nos lucros e terceirização: FHC decreta via MP no início de 1995 o fim da política salarial e institui o programa de participação nos lucros e resultados. Um ano depois, 40% das categorias não obtiveram sequer a reposição da inflação passada e muito menos a participação nos lucros. No mesmo ano, baixa portaria pela terceirização da mão-de-obra, hoje adotada em larga escala.

- Suspensão temporária do contrato de trabalho (MP 1726/98): defendida como “alternativa à demissão”, permite afastar funcionários por até cinco meses, ficando a cargo da empresa sua requalificação profissional. Pelas delegacias do trabalho apenas 3.144 pessoas recorreram a esse mecanismo. A medida ocorreu em 1,5% dos 200 casos contabilizados pela CNI ano passado.

- Contrato por prazo determinado (MP Lei 9601/98): possibilita a abertura de vagas com menos encargos. Em quatro anos de vigência, gerou pouco mais de 40 mil empregos. Uma cláusula que esteve em só 12% dos acordos e convenções coletivas de 2001. Facilita a vida das empresas e desestabiliza a dos empregados ao submetê-los a esse regime por até dois anos. Se a companhia optar por demiti-lo, não paga rescisão contratual tendo desconto de 50% nas contribuições destinadas ao Sistema “S” e paga somente 2% mensais de FGTS.

- Banco de horas (Lei 9061/98 e MP 1709/98): ainda no pacote de 1998, o governo ampliou de quatro para seis meses, e depois para um ano, o prazo de compensação do chamado

---

*O emprego  
com carteira  
assinada  
também sofreu  
um grande  
recuo*

---

banco de horas. Assim, as empresas aumentam ou diminuem a jornada de trabalho adaptando a carga horária ao seu ritmo de produção. A medida já atingiu 652 mil pessoas. Em 1999, a nova cláusula foi registrada em 18% dos casos acompanhados pela CNI, contra 44% verificados em 2001.

- Comissões de conciliação prévia (Lei 8959/00): em 2000, utilizando-se de subterfúgios, o governo federal conseguiu afastar a Justiça do Trabalho dos impasses entre patrões e empregados. Resultado: os trabalhadores têm recebido, em média, apenas 60% de seus direitos.

### **Fim da CLT: prejuízo certo para os trabalhadores**

O cenário atual é de desestruturação do mercado de trabalho, precariedade nas relações entre patrões e empregados e fragilidade dos sindicatos por causa do drama do desemprego.

Em tempos de estagnação econômica, crise no setor produtivo e automação da indústria, a CLT funciona como um importante regulador das relações entre o capital e o trabalho. Estabelecida em 1943, a CLT pode ser ultrapassada e insuficiente em alguns pontos, mas é sem dúvida um importante diploma de regulamentação das relações trabalhistas a assegurar – para a maioria dos sindicatos – condições mínimas para tentar pre-

servar empregos, salários, direitos e conquistas trabalhistas.

### **Trabalho escasso e precário**

A própria realidade se encarregou de desmascarar a demagogia do discurso oficial e dimensionar em números o que o brasileiro já sente na pele. Nos últimos dez anos, o desemprego duplicou e o salário despencou, o mercado de trabalho encolheu e piorou de qualidade. Das 16 milhões de pessoas empregadas, dez milhões enfrentam a precariedade e a instabilidade do subemprego.

Além de haver menos pessoas tentando entrar no mercado de trabalho, aumentou de três para mais de nove meses o tempo de procura por uma ocupação. Hoje, 60% dos brasileiros trabalham sem carteira assinada ou qualquer outra proteção legal.

Pelo IBGE, nos últimos três anos, a renda média do trabalhador caiu 10,8% e o desemprego cresceu de 4,8% em 91 para 6,3% da população economicamente ativa (PEA) em 2001. Para o Dieese, o desemprego chega a quase 20% em São Paulo, pois inclui o chamado fator desalento – aqueles que desistiram de procurar emprego. Essa é a chamada parcela inativa da força de trabalho, que foi ampliada em 11,8%, passando de 39% no início da década para 43,6% hoje.

Em números absolutos, pelos cálculos menos amplos do IBGE, ao final de 2001 havia 14,265 milhões de pessoas inativas nas regiões metropolitanas de seis capitais (Recife, Salvador, BH, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). E, da população ocupada, apenas 7,768 milhões tinham carteira assinada. Os desempregados das seis maiores cidades do país somam quase 1,2 milhão. Segundo o Dieese, somente em São Paulo, há 1,77 milhão sem emprego. Somando-se às outras gran-

des capitais: 3,7 milhões de pessoas sofrem o drama do desemprego.

### **Recordes do Plano Real: alta no desemprego, baixa nos salários**

Um em cada cinco brasileiros procura por trabalho. O perverso drama do desemprego tem atingido e arrasado um a cada cinco brasileiros da chamada população economicamente ativa (PEA) das principais regiões metropolitanas do país.

Pesquisa recentemente divulgada pela Fundação Seade/Dieese atesta os números recordes da falta de emprego e renda, já no patamar do 20%, das maiores capitais do país: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Recife e Distrito Federal. Ou seja, nada menos que 3,7 milhões de brasileiros nessa situação. Entende-se por população economicamente ativa a soma das pessoas empregadas com as que buscam trabalho e com as que estão paradas por desalento. Pelos dados divulgados, o tempo médio de procura por uma ocupação remunerada chega a 50 semanas.

Desalento e desamparo, e até mesmo desespero, são hoje uma constante para pelo menos 20% das maiores cidades brasileiras.

### **Mal remunerados e sem contrato**

O economista, pesquisador da Unicamp e atual secretário municipal de São Paulo, Márcio Pochmann, afirma que a principal ocupação criada no Brasil nos últimos dez anos foi a do emprego doméstico, responsável por 23% de todas as vagas. Seguem-se as de vendedor, construção civil, serviços de asseio e conservação e segurança. Todas mal remuneradas e sem contrato. Dos 16 milhões de brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho, 10 milhões tiveram de se

## *FHC passou a ilusão de que o fim da inflação resolveria todos os problemas do Brasil*

sujeitar a subempregos e às instáveis situações da informalidade.

### **Despenca participação da indústria na oferta de emprego no Brasil**

As privatizações e a terceirização na última década causaram um estrago no setor produtivo nacional, achatando o emprego industrial em quase 30%. A participação da indústria na oferta de emprego caiu 27,8% de 1991 a 2001.

Embora a indústria sempre tenha sido o setor com o maior índice de trabalho formal, o emprego com carteira assinada também sofreu um grande recuo. Em 1991, 79,49% dos empregados da indústria trabalhavam com registro. Em 2001, nas mesmas condições, apenas 66,50%, representando uma queda de 16,3%.

No mesmo período, o trabalho por conta própria, que cresceu de 20,1% da população ocupada para 23,1% na indústria, mais que dobrou, passando de 4,1% para 9,57%.

### **Produção industrial cai em 11 de 12 regiões brasileiras**

A produção industrial do Brasil está sofrendo o impacto da política recessiva de FHC. Segundo o IBGE, somente a indústria no Rio de Janeiro não apresentou resultados negativos, em relação a março de 2001. Os

demais estados tiveram quedas que variam de 1,3%, na Bahia, a 14,6%, em Pernambuco.

Em doze meses, o maior parque industrial do país, São Paulo, teve queda de 8%, enquanto em Minas o desempenho caiu 6,9%. Em todo o Brasil, os setores mais afetados foram o elétrico e o metal-mecânico, com destaque para a redução na produção de automóveis.

### **Renda do trabalhador caiu 10,8% desde 1998**

Pelo IBGE, há quatro anos os brasileiros vêm sofrendo com a queda do salário médio real, somando uma perda acumulada em 10,8% desde 1998, quando a crise do Plano Real se evidenciou e impôs instabilidade e mais recessão ao país. Comparando os salários de dezembro de 2001 aos do mesmo período no ano anterior, a perda da renda foi de 8,9%.

### **Salário de fome no Brasil**

A mão-de-obra brasileira é uma das mais desvalorizadas do mundo. Mesmo considerando os encargos, o custo do trabalho no Brasil é ultrajante se comparado à remuneração em outras nações: US\$ 2,79 a hora diante de US\$ 21 pagos na Alemanha, US\$ 15 na Suécia, US\$ 14 nos EUA, US\$ 12 no Japão e US\$ 4,16 na Coreia do Sul.

Depois de oito anos depreciando a economia, o emprego e a renda, o governo FHC deixa como legado um padrão salarial vergonhoso.

### **Rentabilidade dos bancos quase triplica em oito anos de FHC**

A mesma política de estabilidade monetária e juros exorbitantes do Plano Real, que paralisou a economia brasileira, empobreceu e desempregou milhões de brasileiros, rendeu aos bancos e banqueiros a maior ren-

tabilidade de sua história.

O lucro dos grandes bancos privados praticamente triplicou após o Real. Em 1994, os dez maiores bancos privados obtiveram, juntos, R\$ 3 bilhões. No ano passado, os rendimentos para o mesmo grupo chegaram a R\$ 8,4 bilhões, valor 180% acima. Por outro lado, os bancos pagaram bem menos imposto de renda: R\$ 2,6 bi em 1994 para R\$1,29 bilhão em 2001.

Nos oito anos de Real, o lucro consolidado do Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, BCN, Mercantil de São Paulo, Safra, Citibank, Bankboston e BBA somou R\$ 41 bilhões. Essa evolução ampliou a taxa de crescimento do patrimônio líquido em 70%, subindo de 14% para 23% de 94 a 2001. E para a nação, mais CPMF, impostos, tarifas e taxas. A dívida pública subiu para 55% do PIB, devido principalmente aos juros elevados e à correção cambial.

### De onde vem o lucro dos bancos

A principal característica do atual estágio do capitalismo é a predominância e a força do capital financeiro. No Brasil também é assim. A diferença é de onde vem o lucro dos bancos.

No exterior a maior parte da rentabilidade decorre de margens pequenas de lucro sobre grandes volumes de empréstimos. No Brasil esses ganhos derivam diretamente da atual política econômica, que favorece a especulação em detrimento da produção.

No primeiro mandato, FHC lançou mão do Proer para salvar o sistema financeiro que deixou de ganhar grandes fortunas com a especulação inflacionária. O resultado foi uma maior concentração no setor, com os maiores bancos nacionais e os estrangeiros engolindo os menores.

Em sua segunda gestão, FHC continuou com as mesmas prioridades. A política de elevadas taxas de juros foi o carro-chefe dos ganhos dos bancos: o rendimento de títulos do governo equivale a mais de um terço das receitas dos bancos e provém do aumento do endividamento público, da taxa de juros e da desvalorização da moeda. A privatização dos bancos estaduais foi outra fonte de lucro.

Marca incontestável do Plano Real é a transferência de parte expressiva da renda nacional para o sistema financeiro.

### Bancos lucram em 2001 três vezes mais que as indústrias

A diferença de rentabilidade entre bancos e o setor produtivo se acentuou nas gestões de FHC. Os ganhos fenomenais dos gigantes financeiros, obtidos em 2001 graças à combinação de câmbio, privatizações, operações de crédito, tarifas e juros altos, superaram em três vezes o lucro das empresas do setor produtivo nacional.

Enquanto a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido dos bancos ficou em torno de 17%, as indústrias contaram com lucros de apenas 5 a 7% em relação a seu patrimônio.

### Projeto de Lei do PCdoB reduz jornada

A bancada do PCdoB apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 393) que reduz imediatamente a jornada de trabalho semanal para 40 horas. A partir de 1º de janeiro de 2004 a jornada seria de 35 horas. A PEC está tramitando na Câmara dos Deputados. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), cerca de 24 milhões de pessoas integram o mercado formal de trabalho brasileiro, com 70% (17 milhões de ocupações) trabalhando mais de 40 horas semanais. A primeira redução proposta é de 10%, de 44 para 40 horas semanais. Seria necessário contratar mais 1,7 milhão de pessoas (10%) para manter a produção no mesmo nível, sem considerar mudanças tecnológicas. Dessa forma, a redução da jornada de 44 para 40 horas poderá gerar até 1,7 milhão de empregos.

A situação do Brasil e dos brasileiros só vai melhorar com o crescimento econômico, concordam todos. Crescer é fundamental, mas não é o suficiente. É preciso uma ação política firme para gerar novos postos de

O país precisa de mais produção e exportação.



trabalho, pois a capacidade do desenvolvimento criar empregos sofreu mudanças na história recente do país.

No biênio 1986/87, do Plano Cruzado, o PIB cresceu em torno de 10% e os empregos responderam na mesma proporção, cerca de 10%.

Já em 94 e 95, na fase expansiva do Plano Real, o PIB também foi ampliado em 10%, mas o emprego evoluiu apenas 5%. Essa foi uma mudança de qualidade que reduziu à metade a capacidade do crescimento econômico gerar, por si só, novos empregos. Por trás dessa nova realidade está a política de FHC: a abertura da economia sem critérios e as mudanças tecnológicas promovidas pelo Real.

Assim, é preciso reduzir a jornada de trabalho para elevar, ao máximo, a possibilidade da expansão da economia gerar ocupação e renda. Esse é um compromisso do deputado Sérgio Miranda. A situação do Brasil e dos brasileiros só vai melhorar com o crescimento econômico, concordam todos. Crescer é fundamental, mas não é o suficiente. É preciso uma ação política firme para gerar novos postos de trabalho, pois a capacidade do desenvolvimento criar empregos sofreu mudanças na história recente do país.

No biênio 1986/87, do Plano Cruzado, o PIB cresceu em torno de 10% e os empregos responderam na mesma proporção, cerca de 10%.

Já em 94 e 95, na fase expansiva do Plano Real, o PIB também foi ampliado em 10%, mas o emprego evoluiu apenas 5%. Essa foi uma mudança de qualidade que reduziu à metade a capacidade do crescimento econômico gerar, por si só, novos empregos. Por trás dessa nova realidade está a política de FHC: a abertura da economia sem critérios e as

mudanças tecnológicas promovidas pelo Real.

Assim, é preciso reduzir a jornada de trabalho para elevar, ao máximo, a possibilidade da expansão da economia gerar ocupação e renda. Esse é um compromisso do deputado Sérgio Miranda.

### Os efeitos da redução da jornada

A CUT e outras Centrais Sindicais lutam pela abreviação da jornada de trabalho atual de 44 horas semanais. Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), cerca de 24 milhões de pessoas integram o mercado formal, com 70% trabalhando mais de 40 horas semanais, ou 17 milhões de ocupações. Se a redução da jornada é de 10% (de 44 para 40 horas semanais no primeiro momento), essa é a porcentagem adicional necessária de postos de trabalho para manter a produção no mesmo nível. Dez por cento desse contingente representa 1,7 milhão de postos de trabalho – o necessário para que sejam mantidos os níveis de produção atuais, sem considerar mudanças tecnológicas. Desta forma, a redução da jornada de 44 para 40 horas poderá gerar até 1,7 milhão de empregos.

### Serra defende o fim dos direitos na CLT

Discursos à parte, o candidato de FHC, José Serra, confirma de que lado pretende governar e contra quem pode investir sua política, caso o Brasil não reaja nas urnas. O que o trabalhador pode esperar em um possível governo Serra?

José Serra deixou escapar em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 19 de janeiro deste ano: “Sou favorável à flexibilização

da CLT, pois não a vejo como um projeto que coloque em risco os direitos sociais...”.

Provocado também por jornalistas de *O Globo*, o candidato do continuísmo reitera sua posição: “sou a favor da mudança. Não acho que represente violação de nenhum direito social fundamental. O preferível seria uma revisão geral da CLT, mas não é nem a salvação nem a destruição da lavoura”.

A bom entendedor, meia palavra basta. Quanto mais uma confissão dessa...

### Aumento real dos salários é investimento direto no crescimento do país

Garantir aumentos reais de salário é a maneira mais rápida e objetiva de atuar sobre um dos elementos mais perversos da realidade brasileira: a concentração de renda. Além de distribuir riqueza, o aumento do salário induz uma injeção de recursos no mercado interno, fortalecendo-o e incrementando o crescimento econômico.

Particularmente o salário mínimo merece atenção especial. Este ano, durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentamos emenda para aumento de 20% no salário mínimo. Mesmo assim, ficaríamos muito distantes do salário necessário para o trabalhador e sua família, que, segundo o Dieese, deveria ser de R\$1.091,21. Nas grandes capitais brasileiras, quem recebe os R\$ 200 do mínimo, trabalha 18 dias do mês somente para comprar a cesta básica.

Definir uma política de recuperação sistemática do poder de compra dos salários é muito mais eficiente do que qualquer programa assistencialista ou de suplementação de renda. 

Sérgio Miranda é deputado federal pelo PCdoB/MG.

# A Alca em campo minado

Aldo Rebelo



Bernardo Joffily

## *Cresce na sociedade brasileira a manifestação de aspirações contrárias à tentativa de imposição da Alca*

O debate sobre a implantação da chamada Área de Livre Comércio das Américas – Alca – envolve todas as conseqüências relacionadas com o projeto de afirmação da hegemonia econômica, financeira, cultural, diplomática, política, ideológica e militar dos Estados Unidos para a América Latina. A resistência

ao projeto norte-americano exige a análise e a denúncia de todos os aspectos implicados nas pretensões do grande vizinho do norte.

A CONSTITUIÇÃO Brasileira em seus Princípios Fundamentais (Título I) estabelece as bases das relações internacionais de nosso país. Advertimos tratar-se de Cláusula Pétrea da Constituição, ou seja, não pode ser modificada por Emenda Constitucional.

Vejam os que diz o Artigo 4º da Constituição e seu parágrafo único:

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os estados;
- VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X – concessão de asilo político.

Parágrafo Único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Para começo de conversa, importa dizer que a Alca é um projeto ideológico dos Estados Unidos para o hemisfério. Incorpora 34 países e exclui Cuba. O império não aceita a rebeldia da pequena ilha do Caribe mesmo depois de mais de uma década do fim da guerra fria. Cuba também continua excluí-

da da Organização dos Estados Americanos - OEA. Cuba só não continua excluída do bloqueio, da sabotagem e das ameaças dos Estados Unidos à sua integridade e independência.

A Constituição Brasileira obriga a igualdade entre os estados, a autodeterminação dos povos e a cooperação entre as nações para o progresso da humanidade. Não é exatamente essa a atitude dos Estados Unidos em relação a Cuba. A assinatura de um futuro acordo de constituição da Alca seria passível de uma ação direta de inconstitucionalidade, pelo menos nos termos atualmente propostos.

Qualquer projeto de integração do Brasil com a América Latina e o mundo pressupõe a aproximação inicial com seus dez vizinhos de Amé-

rica do Sul com os quais mantém 15.800 quilômetros de fronteiras. Essa aliança – o sonho maior do grande patriota Simon Bolívar – demanda um supremo esforço de cooperação cultural, política, comercial e financeira e a construção de uma infra-estrutura comum capaz de unir as nações do subcontinente. Os Estados Unidos apresentam-se como os adversários mais renitentes dessa integração. Sabotam o esforço brasileiro de chegar ao pacífico através dos portos chilenos e peruanos. Temem o acesso dos produtos brasileiros ao mercado asiático e a concorrência com os produtos do oeste norte-americano.

O Brasil adotou posição distinta dos Estados Unidos em três episódios recentes, ilustrativos dos interesses geopolíticos conflitantes dos dois países. Na crise Argentina o Brasil defendeu uma solução interna, que partisse das forças sociais e econômicas do próprio país e recomendou prudência e compreensão aos credores do país vizinho. Os Estados Unidos adotaram a retórica da rendição da nação argentina aos credores, investidores e organismos financeiros multilaterais.

Quando o mundo tomou conhecimento da tentativa de golpe contra o presidente venezuelano Hugo Chávez, em abril próximo passado, não demorou a surgirem as pegadas dos agentes norte-americanos contra a democracia bolivariana da Venezuela. O presidente Bush reconheceu o governo golpista, embora tentasse voltar atrás pouco depois. O Brasil apostou no processo democrático da Venezuela, condenou o golpe e procurou ajudar na estabilização do processo político do país irmão.

A Colômbia enfrenta um antigo processo de luta interna envolvendo grupos guerrilheiros e forças regulares. Ao Brasil interessa uma saída negociada e pacífica para o conflito colombiano. Os Estados Unidos têm apostado na

ampliação e até, quem sabe, na própria internacionalização da guerra civil.

A serem sinceras as intenções dos Estados Unidos no projeto de integração hemisférico, soa incompreensível e contraditório que criem dificuldades econômicas (Argentina), políticas (Venezuela) e militares (Colômbia) para o seu principal parceiro sul-americano no objetivo hipoteticamente comum.

**A** destituição do embaixador brasileiro José Maurício Bustani da Organização para a Proscrição das Armas Químicas (OPAQ) é outra mácula indelével nas relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. Bustani é um diplomata reconhecido por seu talento, inteligência e dedicação. Fora conduzido e reconduzido ao posto que ocupava pelo voto unânime de todos os integrantes da OPAQ, inclusive dos Estados Unidos. A violência de sua destituição chocou o mundo diplomático e ampliou a desconfiança sobre a capacidade dos Estados Unidos em manter relações de respeito e reciprocidade no âmbito da comunidade internacional.

As recorrentes condenações impostas a Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU são outro fator de conflito entre os interesses brasileiros e norte-americanos. O Brasil não vê razão para tais condenações e sinaliza seu ponto de vista com o voto de abstenção sempre que tais moções são apreciadas. Os Estados Unidos pressionam países sul-americanos para votar contra Cuba, isolar a posição brasileira e ampliar o bloqueio diplomático ao regime cubano.

Mas é no campo econômico que os interesses dos dois países cavam o abismo mais profundo. Os Estados Unidos propõem o livre comércio do “faça o que eu mando e não faça o que eu faço” e abrem seu mercado no que

são suficientemente fortes para espartar qualquer concorrente. Fecham, protegem, subsidiam, nos setores vulneráveis aos produtos de outros países, como ocorre com o aço, o calçado, a soja e o açúcar brasileiros, entre outros.

Estudo divulgado em julho deste ano pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) revela que a Alca fará o Brasil perder US\$ 1 bilhão/ano em seu comércio exterior. Para o presidente da entidade, Horácio Lafer Piva, “a Alca vai ser absolutamente mortal” para alguns setores da economia do país. O levantamento da FIESP aponta perdas para o Brasil na quantidade e na qualidade das exportações. O Brasil perderá mercado em produtos com maior valor agregado, ou seja, aqueles cujos preços nos seriam mais favoráveis no comércio exterior.

Aos conflitos de natureza política, diplomática e econômica soma-se um antigo contencioso tecnológico. A lei de patentes imposta ao Brasil acolheu plenamente a estratégia dos laboratórios norte-americanos e europeus e condenou o nosso país ao cerco e aniquilamento em matéria de desenvolvimento científico e tecnológico. A Organização Mundial do Comércio – OMC – foi constituída como uma espécie de gendarmeria universal para proteger a produção dos Estados Unidos contra os direitos dos países em desenvolvimento.

O acordo de “cooperação” comercial e tecnológico para uso da base de Alcântara é outro elo de ruptura nas relações de reciprocidade entre os estados. Basta registrar que os Estados Unidos exigem a proibição da utilização dos recursos auferidos pelo aluguel da nossa base de foguetes no programa espacial brasileiro. O jornal inglês *The Guardian* classificou a proposta norte-americana de tentativa de criação de um enclave no estado do Maranhão.

O programa nuclear brasileiro e o

programa espacial enfrentaram sempre a feroz resistência dos nossos grandes vizinhos. O bloqueio dos Estados Unidos e a pusilanimidade de alguns brasileiros custaram um grande atraso na nossa emancipação nuclear e espacial. O problema é que hoje as restrições, e por que não dizer as sabotagens, permanecem e se intensificam. É duro e difícil aceitar fazer concessões a quem pouco se dispõe a uma atitude de verdadeira cooperação.

A Alca apresenta-se neste caso como um campo minado para os interesses brasileiros. Favorece a ampliação das normas restritivas ao Brasil e aos demais países latino-americanos na legislação sobre propriedade intelectual. Os Estados Unidos tentarão emplacar nas negociações da Alca todas as regras que não conseguiram impor na OMC por resistência das nações européias e asiáticas.

A abertura dos mercados latino-americanos à poderosa indústria cultural dos Estados Unidos representará a exacerbação do predomínio cultural estadunidense no continente. Imaginemos a convivência de tubarões e sardinhas dentro de uma mesma piscina. Mesmo uma forte empresa como a Rede Globo de televisão teria dificuldades de sobreviver ao assédio e ao poderio das gigantes norte-americanas do setor.

A extensão do domínio cultural dos EUA via Alca é muito pouco considerada pelos analistas que se prendem a avaliar as implicações comerciais, econômicas e financeiras do projeto. Mas alertamos sobre os efeitos profundos e duradouros das modificações nos valores, no idioma, nos hábitos e costumes provenientes da relação desigual entre diferentes sociedades e culturas. A Alemanha e a União Soviética reconstruíram suas bases físicas arrasadas pela Segunda Guerra Mundial, mas não se conhece

caso de culturas reconstruídas depois de um processo de aniquilamento.

**O** Brasil é um país de tradição pacífica e ordeira. Não reivindica um palmo do território de nenhum dos dez vizinhos com os quais mantém relações harmônicas e de objetivos comuns. Mesmo assim ou, quem sabe, por isso mesmo, necessita de forças armadas sólidas e capazes para defender sua soberania, fronteiras, espaço aéreo e mar territorial. Aí reside outro ponto de discórdia com o projeto norte-americano para o hemisfério. Os Estados Unidos imaginam uma América desarmada, "protegida" unicamente por seu aparato militar, enquanto os demais países disporiam apenas de guardas nacionais encarregadas de fiscalizar os crimes ambientais e o narcotráfico.

A América do Sul passa por transformações no campo militar merecedoras dos olhos atentos dos patriotas. A região até agora livre da presença militar estrangeira começa a receber bases, instrutores militares e a presença ostensiva dos Estados Unidos. O pretexto é o combate ao narcotráfico e à guerrilha colombiana. O Paraguai executa programas sociais com apoio militar dos Estados Unidos. Coincidentemente é por onde se espalham para o mundo notícias sobre a hipotética existência de conexões entre as áreas das três fronteiras (Brasil, Paraguai e Argentina) com o terrorismo internacional. A Justiça e os organismos policiais paraguaios alimentam o noticiário sobre a busca de pretensos agentes terroristas na região.

### **A Alca entre o destino e a vocação**

O questionamento da formação da Alca não envolve uma posição de princípios. A Alca é uma opção e não um destino como tem sustentado o

---

## *Marchar para uma integração com os vizinhos e o mundo é uma necessidade para o nosso país*

---

próprio chanceler brasileiro Celso Lafer. Marchar para uma integração com seus vizinhos e com o mundo é uma necessidade para o nosso povo e o nosso país. Escolher a melhor forma e a alternativa mais conveniente é um direito irrecusável da população e do Estado brasileiro.

A cooperação econômica, cultural, científica, tecnológica, e mesmo militar com os Estados Unidos, baseada no benefício mútuo e na reciprocidade, é desejável e importante para nós. Lamentamos a ausência desse mesmo sentimento entre as autoridades e os governantes dos Estados Unidos.

É verdade que nossos países já viveram fase de muito maior identidade de princípios e de caminhos. Quando no último quartel do século XVIII os Estados Unidos eram exemplo para os patriotas brasileiros por sua libertação do jugo inglês, nosso Tiradentes conspirava pela emancipação brasileira trazendo no bolso um exemplar da Constituição norte-americana.

A rebeliões republicanas do século XIX inspiraram-se no ideário da construção da independência e prosperidade dos Estados Unidos. Frei Caneca foi fuzilado junto com o cidadão norte-americano James Rodgers, também acusado de liderar a confederação do Equador. A cabanagem abasteceu-se de pólvora nos Estados

Unidos e a pequena esquadra organizada por Garibaldi para enfrentar as forças imperiais na Farroupilha teve como um de seus comandantes e heróis tombado em combate o jovem norte-americano John Griggs.

Quando Floriano Peixoto enfrentava o cerco diplomático das potências européias e da esquadra estrangeira na Bahia da Guanabara foi com o apoio dos Estados Unidos que ele contou para resistir e enfrentar a rebelião monarquista. O Marechal de Ferro enviou aos Estados Unidos um oficial de sua confiança que de lá trouxe barcos armados e tripulados para a luta pela consolidação da República.

A II Guerra Mundial testemunhou os Estados Unidos aliados ao grande esforço de guerra da União Soviética e dos povos livres contra o nazismo. No Brasil, manifestantes operários conduziam retratos de Stálin e Roosevelt, saudados igualmente como construtores da vitória sobre a Alemanha.

As restrições a um acordo de livre comércio patrocinado pelos Estados Unidos não se devem a questões de princípios ou de reservas apriorísticas aos poderosos vizinhos. Ao contrário, sabemos o preço a pagar pela ausência de uma cooperação maior entre nossos países. Desejamos que no futuro os dirigentes norte-americanos mudem o compasso das coisas e admitam a igualdade entre povos e estados nas suas relações internacionais.

O Brasil precisa de uma política de integração que projete os interesses nacionais permanentes de nossa pátria. Essa política pressupõe a integração primeira dos povos e nações da América do Sul. O Brasil tem a vocação e as condições para capitanear esse esforço com generosidade e perseverança. Ainda por este motivo a Alca nos parece tão distante, no pensamento e na ação, dos mais elevados propósitos de nossa política externa.

Nas condições atuais, a Alca seria uma aventura política e social. O Brasil não dispõe de reserva de poder para ações em política externa que dividam a sociedade. O Brasil precisa de unidade e coesão nacional e social para sustentar uma política externa independente. A Alca contraria essas duas indicações: divide a sociedade brasileira e aumenta a fragilidade do país nas suas relações com o mundo.

**V**erdade seja dita, a Alca vai unificando a sociedade brasileira como um projeto contrário às suas aspirações. Os trabalhadores e o movimento sindical, as diversas igrejas, a força majoritária do empresariado e o próprio Congresso Nacional já manifestaram sua oposição ou desconfiança em relação à proposta. E se algo restar de positivo dos oito anos de gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso será a sua confissão de um fracasso. Em julho último, o discurso do Presidente brasileiro na reunião dos chefes de estado da América do Sul, em Guayaquil, no Equador, foi muito diferente dos arroubos de ilusão na globalização neoliberal que o mesmo Fernando Henrique professava nos idos primeiros de sua governança. Ali, na terra libertada do domínio Espanhol pelo grande General Antonio José de Sucre, o presidente Cardoso redescobriu os limites da globalização e do neoliberalismo. Abandonou os papéis preparados por sua assessoria e formulou críticas pertinentes à voracidade do mercado e à arrogância de seus proprietários. O Equador, que dolarizou a economia, enterrou sua moeda centenária que recebia o nome de Sucre e hoje conhece inflação em dólar e tragédia social sem precedentes.

Quando finalizava os termos deste artigo, FHC reagia indignado às palavras do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, segun-

do quem o dinheiro do contribuinte norte-americano para países como Brasil e Argentina poderia ir parar em alguma conta secreta na Suíça. Fernando Henrique mandou convocar a embaixadora norte-americana, Donna Hrinak, e ameaçou não receber O'Neill enquanto ele não se retratasse.

O presidente poderia ter sido mais direto. Poderia dizer, por exemplo, que o dinheiro do FMI volta para os Estados Unidos na forma de juros entregues aos credores norte-americanos, ou de lucros fabulosos e royalties pagos às grandes companhias de seu país. As palavras imprudentes e ofensivas de Paul O'Neill celebram o verdadeiro sentimento do grande parceiro. É nesse clima e nesse ambiente que se pretende construir a Alca?

O pior de tudo é que a retórica e os arroubos dos atuais ocupantes da Casa Branca não têm prazo nem limites. Em dezembro de 2001, a Casa Branca encomendou ao Congresso um estudo sobre ataques nucleares localizados contra adversários entre os quais incluía a Rússia, China, Cuba, Irã, Iraque, entre outros. Pela primeira vez na história uma potência nuclear admite atacar com armas nucleares um país não detentor desse tipo de armamento. É uma ruptura grave dos princípios e tratados que orientam a pesquisa, a produção e o uso de artefatos nucleares. É outra violência praticada contra o Brasil, que no governo de Fernando Henrique Cardoso assinou o Tratado de Não Proliferação (TNP) até então repudiado por sucessivos governos.

Em tão vasto contencioso torna-se difícil encontrar vontade política e linhas de unidade; ambiente construtivo e confiança recíproca para empreender algo da dimensão e ambição de uma área de livre comércio para todo um hemisfério. A não ser que capitulemos aos desígnios unilaterais do mais forte.

Felizmente no curso de nossa história política não encontramos ação que se eleve a esse nível de mutilação dos direitos nacionais. Em situação muito mais complexa e de fragilidade do organismo nacional, José Bonifácio, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas interpretaram o sentimento popular e patriótico e reuniram as forças sociais e políticas capazes de preservar a soberania do país. Com José Bonifácio ingressávamos no universo das nações livres experimentando a hostilidade e a desconfiança das potências européias; Floriano consolidava a República a ferro e fogo e enfrentava a rebelião da esquadra e a guerra civil; Getúlio dirigia o país às vésperas da grande conflagração mundial e em meio a uma crise que arruinava o tesouro.

A proximidade das eleições presidenciais desafia os candidatos a uma atitude resoluta diante da questão Alca. Luis Inácio Lula da Silva

declarou que nos marcos da proposta apresentada pelo governo do presidente Bush a Alca é inviável.

Há eleições que são somente eleições. Seu resultado pouco repercute no futuro da sociedade. Há outras que têm importância política, com influência no desdobramento da vida da nação. Há caso em que a eleição pode superar uma época e descortinar um tempo novo. O Brasil colhe os indícios da superação de doze anos de experiência neoliberal. Quebrou-se a expectativa e a esperança, ou se quisermos, cessaram as ilusões com o ideário da chamada globalização promovida pelo dólar. Foi a coisa errada que deu errado. As pessoas estão convencidas da necessidade de mudança. O operário, o desempregado, o oficial de alta patente, o soldado, o empresário, a dona de casa. Eles expressam o sentimento dominante. Esperam que as forças avançadas e patrióticas reúnam a intuição, a habili-

dade, as idéias e apresentem uma plataforma para fazê-los marchar unidos e fortes contra a degradação nacional, o desemprego, a violência, o abandono e a desesperança. Os brasileiros, em sua maior parte, em toda a escala social, querem um país próspero, respeitado, dotado dos meios para elevar o bem estar espiritual e material da população. Resta derrotar os amigos da dominação estrangeira, os setores empresariais interesseiros e sócios da espoliação do Brasil. Bloquear a proposta dos Estados Unidos para a Alca é parte do projeto de emancipação nacional e social. 

Aldo Rebelo é deputado federal (PCdoB/SP), vice-presidente nacional do PCdoB, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional e presidente da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários do Parlamento Latino-Americano.

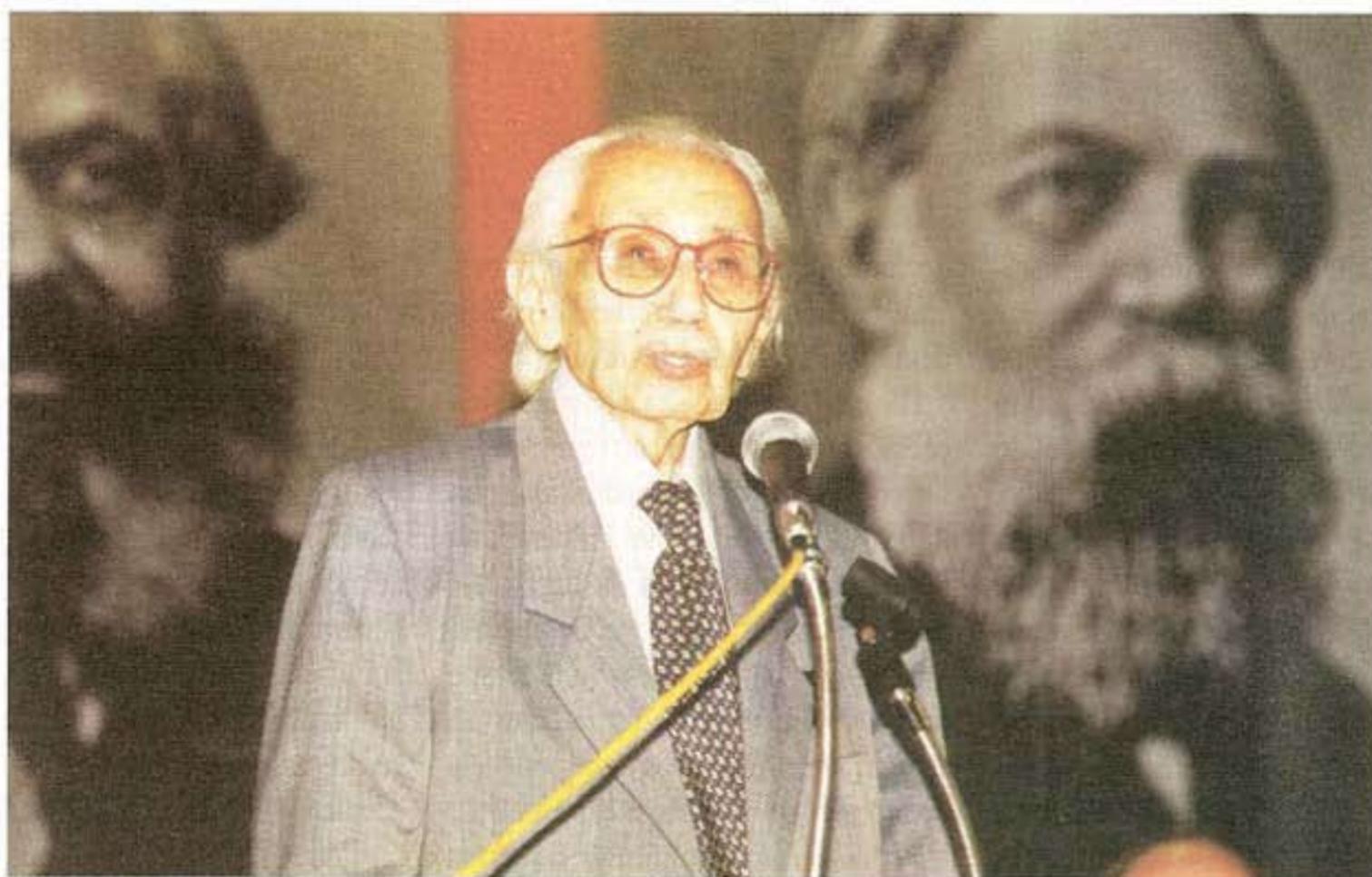
## PODER DESIGUAL: EUA X MUNDO

A formação de uma área de livre comércio no âmbito do continente americano, no qual um dos participantes apresenta um peso econômico, político e militar maior não só que o dos demais países do continente mas do mundo como um todo, significará, na prática, a submissão mais completa dos demais países, particularmente da América Latina, aos desígnios e interesses das grandes corporações norte-americanas. Particularmente se levarmos em conta que sob a capa do livre comércio a intenção é estabelecer um controle ainda mais rígido que aquele já exercido pela Organização Mundial do Comércio – OMC, sobre as principais alavancas de controle da atividade econômica local – investimentos, serviços, propriedade intelectual, compras governamentais, políticas de subsídios e outras medidas de apoio ao desenvolvimento econômico – podemos considerar que a eventual concretização da ALCA terá o

efeito de uma anexação da América do Sul à Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) liquidando de uma vez qualquer sonho de um modelo de desenvolvimento próprio e independente.

Os dados da tabela abaixo, extraídos de um relatório publicado pela revista inglesa *The Economist* na edição de 29 de junho de 2002 sobre o papel atual dos Estados Unidos no mundo, evidenciam mais que mil palavras a desproporção do peso e do poder norte-americano em relação ao resto do mundo. Com menos de 5% da população mundial os Estados Unidos dominam praticamente um terço de toda a riqueza mundial.

MEDIDAS DO PODER DOS EUA NO MUNDO		
Indicador	Total mundial	Participação dos EUA
População	6 bilhões	4,7%
Produto Interno Bruto (PIB)	US\$ 31,4 trilhões	31,2%
Gastos com defesa	US\$ 811,5 bilhões	36,3%
Faturamento de bilheteria de cinema	US\$ 18,2 bilhões	83,1%
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	US\$ 652,7 bilhões	40,6%



João Amazonas no 10º Congresso do PCdoB (2001).

# João Amazonas (1912-2002) memória fotográfica

*Da segunda metade da década de 1930 a maio de 2002, o dirigente comunista esteve presente em grandes momentos da história de nosso país e acompanhou os acontecimentos mundiais*

**1940** [na prisão] Preso em Belém com outros dirigentes comunistas, João Amazonas conseguiu fugir (junto com Pedro Pomar) para participar das mobilizações contra o nazi-fascismo (1941/1942) e da reorganização do Partido na Conferência da Mantiqueira (1943).



**1946** [na bancada comunista na Constituinte de 1946; na primeira fila, terceiro da esquerda para a direita] Os comunistas elegeram 15 deputados federais e um senador (João foi o deputado constituinte mais votado pelo Distrito Federal, Rio de Janeiro, com 18.379 votos). Na Constituinte, segundo João, "reuníamos um pessoal muito capacitado e demos enorme contribuição ao enfrentamento de inúmeros problemas. Éramos novatos. Muitas tarefas para poucas pessoas, mas o ambiente que existia permitia muitos avanços. Trabalhávamos vinte horas por dia. Fazíamos parte de uma luta que contagiava o Brasil inteiro. Havia alegria e um bom ambiente. Não percebíamos o quanto trabalhávamos, porque aprendia-



**1962** [no ato de comemoração do 40º aniversário do Partido] Junto com Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat, entre outros dirigentes e militantes comunistas,

João Amazonas desempenhou importante papel na reorganização do Partido – após intensa luta contra o revisionismo contemporâneo e contra o abandono dos princípios por setores do PC do Brasil (então PCB), o partido revolucionário da classe operária teve seu nome, sua bandeira e seus princípios marxistas-leninistas reafirmados na Conferência Extraordinária de 18 de fevereiro de 1962 (realizada em São Paulo).



**1967** [com Mao Tsetung, na China] Em suas quase sete décadas de militância ininterrupta, João Amazonas valorizou intensamente o internacionalismo proletário, participou de encontros com importantes dirigentes do movimento comunista internacional, e tornou-se referência para os revolucionários de todo o mundo.

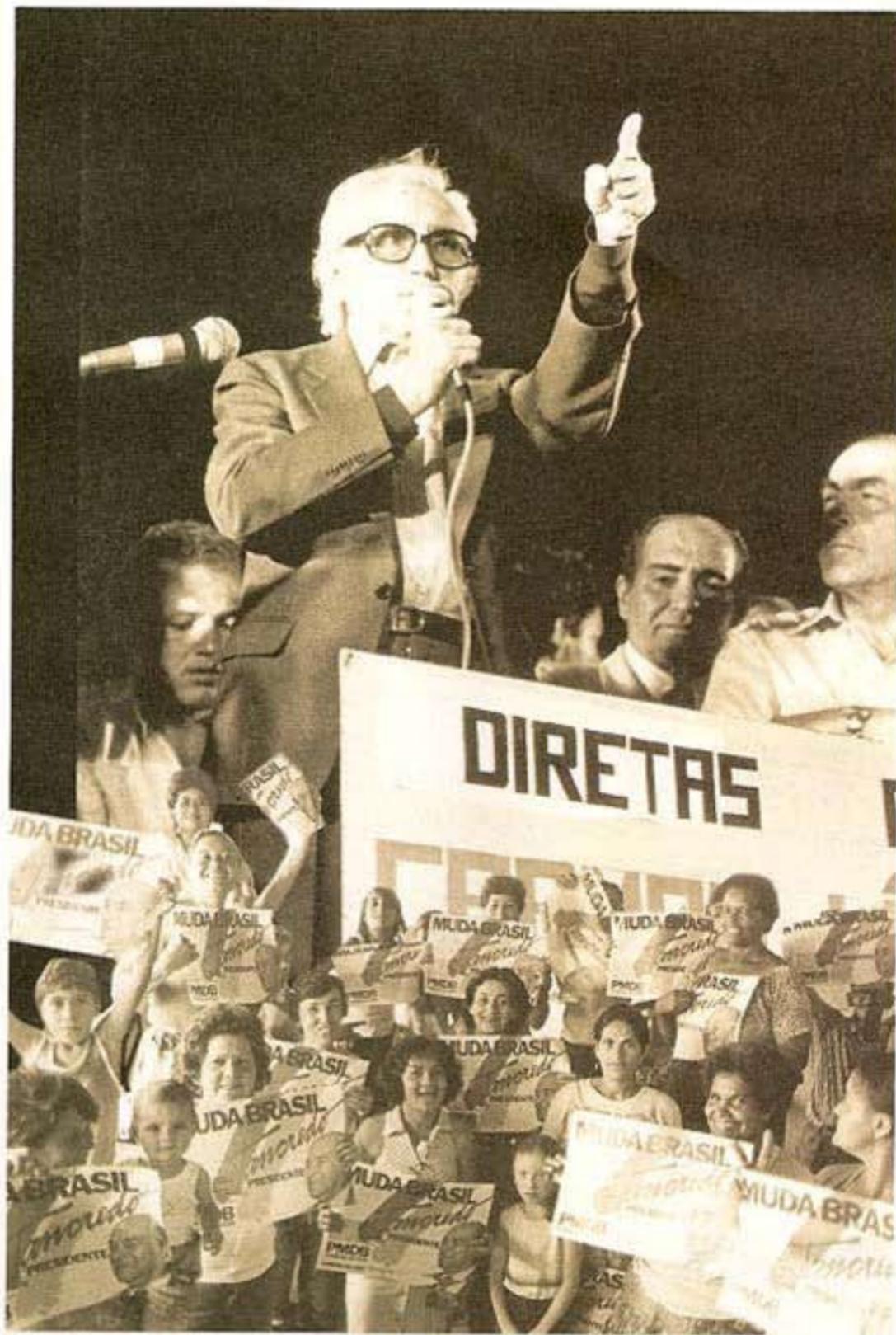


**1978** [na VII Conferência do Partido, realizada no exílio] Após participar da resistência ao regime militar nas selvas do Araguaia, foi forçado ao exílio na Europa. Mesmo assim manteve-se à frente do Partido e da luta pelo fim da ditadura militar. Dirigiu a VII Conferência, que constatou o agravamento da situação política brasileira – indicando que a ditadura militar estava chegando ao fim e que o comportamento do Partido deveria ser mais ofensivo, em função das alterações políticas e das lutas operárias e populares que então se reabriram.

**1979** [a chegada do exílio em novembro de 1979] A anistia foi uma grande conquista do povo brasileiro e fez parte das grandes lutas que forçaram a redemocratização do país. No dia 24 de novembro de 1979 desembarcou no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, vindo do exílio. A anistia foi “uma conquista, e não uma dádiva”, afirmou. No dia seguinte foi recebido por cerca de mil pessoas no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, inclusive por Diógenes Arruda Câmara, que morreu de enfarto ao dirigirem-se para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde estava prevista uma concentração organizada pelo PCdoB, ainda clandestino.



**1981** [na coletiva de lançamento da edição número 1 da revista *Princípios*, em Belo Horizonte (MG)] Além de dirigente político, João Amazonas destacou-se pelo estudo e defesa da teoria revolucionária. Fez esforços para criar e consolidar a revista *Princípios* – uma revista teórica, política e de informação, que já atingiu 66 edições. O veículo passou a estimular a elaboração e a divulgação de importantes contribuições ao pensamento marxista, pro-



**1984** [na campanha das Diretas Já] A firmeza nos princípios e a necessária amplitude na tática foram a marca de João Amazonas na condução da vida partidária. Foi figura de frente do movimento que tomou as ruas do Brasil exigindo eleições diretas para presidente; e teve papel destacado no final do regime militar de 1964, contribuindo para a decisão tomada por Tancredo Neves de aceitar ser o candidato único da oposição contra o continuísmo ditatorial. "Fomos ao colégio eleitoral para acabar com ele e com a ditadura".

**1989** [na campanha da Frente Brasil Popular, com Lula presidente] João Amazonas teve papel decisivo para a construção da unidade entre os partidos da esquerda brasileira na memorável campanha que mobilizou as massas e assustou as elites, que se uniram para impedir a vitória de Lula, e colocar Collor na Presidência. João teve ainda atuação determinante

nas posteriores campanhas presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva e participou da luta pela unidade de amplas forças para pôr fim ao caminho neoliberal nas eleições deste ano.



# O tempo não pára. O socialismo vive!



1992 [no VIII Congresso do PCdoB, realizado em Brasília] No início da década de 90 João Amazonas assumiu posição de vanguarda após a crise que se abateu sobre o marxismo-leninismo e o movimento revolucionário, especialmente com a queda da URSS e do Leste europeu. A burguesia chegou a proclamar o fim da própria história. João Amazonas e o Partido Comunista do Brasil aceitaram o desafio. Nesse momento adverso, ele tomou a iniciativa de destacar a dimensão da crise do marxismo e do socialismo,

prognosticando o avanço das políticas neoliberais do capitalismo. Antes disso, já diagnosticava o caráter contra-revolucionário da Perestroika de Gorbachev, tese desenvolvida em seu trabalho "Perestroika: a Contra-Revolução Revisionista", de maio de 1988. Dizia que a teoria revolucionária marxista não tinha sido superada, mas requeria desenvolvimento em função dos novos fenômenos em curso, criando a base para formulação de novas soluções para os diferentes desafios da contemporaneidade. O VIII Congresso o Partido reafirmou o marxismo-leninismo, apontando erros e insuficiências a serem superados para o enfrentamento da crise teórica e política em curso. Em 1995 o PCdoB aprovou o *Programa Socialista* para o Brasil.

1997 [na luta contra o neoliberalismo e pela unidade do povo] João Amazonas continuou firme no esforço pela unidade do povo brasileiro, defendendo a formação de uma ampla frente contra o neoliberalismo. Amazonas elevou o pensamento tático do Partido a um nível superior através de sua rica exposição em vários escritos e informes partidários, desenvolvendo o conceito de "tática de princípios, ampla e flexível" e da justa compreensão da relação entre ampliação e radicalização no processo da luta política.



2000 [condecorado com a Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto (MG)] João recebeu o reconhecimento público por sua dedicação à luta em defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e pelo socialismo. Recebeu inúmeras condecorações e títulos de instituições, entidades e personalidades progressistas, no Brasil e no exterior. Nos últimos meses antes de seu desaparecimento seguia uma rotina de viajar por todo o país recebendo títulos de cidadão em várias cidades brasileiras.





Orçamento Participativo: o povo decide



Asfalto e recuperação de ruas



Restauração do Patrimônio Histórico



Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval de rua

# A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



# João Amazonas vive!

José Carlos Ruy

*Democratas, progressistas, nacionalistas e comunistas – do Brasil e do mundo – prestaram homenagem ao dirigente do PCdoB, registrando sua trajetória e contribuição à luta pela transformação social*

A sala de João Amazonas, na velha sede do PCdoB situada na rua Major Diogo, no centro de São Paulo, era decorada por vários objetos, presentes de correligionários do Brasil e do exterior. Entre eles, quatro retratos se destacavam: um pequeno, de Lênin, emoldurado, que ficava sobre

sua mesa; outros dois, na parede à sua frente, dos dirigentes comunistas Lincoln Oest e Maurício Grabois, assassinados pela ditadura militar em 1972. Havia também um outro, do vietnamita Ho Chi Minh, na parede à esquerda de sua mesa de trabalho.

SÃO IMAGENS significativas: trata-se de construtores de partidos e organizadores da luta pelo socialismo. Lênin foi o teórico, o homem da análise concreta da situação concreta, o revolucionário e também pensador agudo, o mais autêntico continuador do legado de Marx e Engels. Ho Chi Minh, por outro lado, era o homem simples, avesso a tudo o que pudesse parecer culto à personalidade. Maurício Grabois e Lincoln Oest lembravam os companheiros envolvidos na reorganização e reconstrução do PCdoB, e que pagaram com a vida pela ousadia de enfrentara ditadura –

companheiros aos quais era freqüente João Amazonas evocar com saudade e reconhecimento.

A imagem daqueles gigantes da luta pelo socialismo resume, de certa forma, a personalidade de João Amazonas, que dedicou sua vida à construção e consolidação do Partido Comunista do Brasil como a vanguarda organizada do proletariado brasileiro e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento do marxismo em nosso país.

Uma tarefa à qual se dedicou por mais de seis décadas e que representou o esforço principal de sua mili-

tância. Ela teve origem em 1941 quando, fugindo da prisão, no Pará, dirigiu-se ao Rio de Janeiro para ligar-se ao esforço de reconstruir o Partido destruído pela repressão estadonovista. No final daquele ano foi para Minas Gerais, onde ficou durante dois anos; depois, esteve no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, organizando os comunistas locais e ajudando a criar as condições para a convocação, pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), da conferência de reorganização do Partido, em 1943 – conhecida como “Conferência da Man-

tiqueira”. Nela, João Amazonas foi eleito, pela primeira vez, para o Comitê Central e seus órgãos executivos. Isto é, passou a fazer parte (menos de 8 anos depois de sua filiação ao Partido, em 1935) do núcleo central da direção comunista, e do qual não se afastaria mais (a não ser no breve período em que o agrupamento revisionista tomou de assalto a direção do Partido e afastou dela os dirigentes proletários, marxistas-leninistas).

A atividade teórica de João Amazonas, por sua vez, se desdobrou em três aspectos principais: o domínio e desenvolvimento da teoria revolucionária, marxista-leninista, a ênfase na importância e necessidade do conhecimento das particularidades de nossa formação histórico-social e, por fim, o esforço para registrar a história do Partido Comunista do Brasil.

Desde a década de 1940 João Amazonas apontava a insuficiência teórica dos comunistas brasileiros e a necessidade de estudar o marxismo-leninismo incorporando-o ao dia-a-dia da atividade revolucionária. O conhecimento das particularidades de nossa formação histórico-social era parte essencial desse esforço teórico, para que os comunistas brasileiros fugissem à transplantação mecânica de teses e experiências de outros povos e outras realidades históricas. A elaboração do Programa Socialista para o Brasil, em 1995, simboliza o resultado dessa concepção traçada. Finalmente, João Amazonas foi autor, junto com Maurício Grabois, do documento que, durante muitos anos, foi o principal, se não o único, texto com o registro da história do PCdoB – o *50 Anos de Luta*, escrito em condições precárias, nas matas do Araguaia. E, desde o 9º Congresso, em 1997, chamou para si a tarefa de dirigir, apoiado por uma comissão

especialmente formada para este fim, o esforço para a elaboração de uma história do PCdoB, registrando de forma objetiva a rica e contraditória trajetória de oito décadas do Partido; ele insistia na necessidade de transmitir o conhecimento e as experiências dessa longa trajetória para iluminar o caminho das novas gerações de comunistas.

### **Construção do Partido: precioso legado**

Talvez João Amazonas tenha sido, entre os dirigentes comunistas da geração da Mantiqueira, aquele que, com mais tenacidade, se empenhou na tarefa de construção partidária.

Quando o crescimento fenomenal do Partido, após 1945 e o grande sucesso eleitoral de 1945 e 1947, pareciam coroar o esforço iniciado em 1941, um golpe do governo reacionário do marechal Dutra ameaçou pôr tudo por terra outra vez – o registro do Partido foi cassado em 1947 e o mandato dos parlamentares comunistas, em 1948. Além de tudo isso, foi emitida uma ordem de prisão contra os dirigentes partidários, empurrando novamente os comunistas para a clandestinidade. Essa situação adversa duraria quase uma década. Quando houve uma retomada limitada da legalidade, em meados dos anos 50, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, de 1956, repercutiu gravemente na direção partidária brasileira, ameaçando a própria existência do Partido como organização revolucionária e avançada do proletariado brasileiro.

Naquele embate, João Amazonas esteve entre os primeiros a colocar-se em defesa do Partido, de seus princípios e da linha revolucionária, marxista-leninista, mesmo admitindo a necessidade de autocrítica dos métodos de direção daquele período.

A defesa do Partido e de seu fortalecimento estava acima de tudo. Em nome da disciplina e da unidade partidárias, Amazonas e dirigentes como Maurício Grabois e Pedro Pomar suportaram os golpes da direção revisionista, e injustificadamente perderam cargos e posições. Os relatos de militantes que atuaram junto com João Amazonas, no Rio Grande do Sul, entre 1958 e 1961, são unânimes – embora não concordassem com a linha errônea que prevalecia desde 1958, e tivessem uma atitude crítica contra ela, disciplinadamente ele aplicava e faziam aplicar as diretivas partidárias. Só foi para a crítica aberta, juntamente com os demais revolucionários marxistas-leninistas, durante os debates para o 5º Congresso do Partido, em 1960, ocasião em que João Amazonas defendeu as posições marxistas-leninistas contra o reformismo e o revisionismo que predominavam na alta direção do Partido.

O embate tornou-se inconciliável depois que, em setembro de 1961, a direção revisionista adotou novos programa, estatuto e nome para a agremiação partidária. João Amazonas esteve novamente à frente da resistência contra o liquidacionismo; participou da liderança do grupo de revolucionários que se opôs a tais mudanças e exigiu que a direção convocasse um congresso especial para decidir a respeito delas. Quando aquela direção recusou-se sequer a considerar o pedido feito através do documento “Em defesa do Partido” (conhecido como “Carta dos Cem” – *in: Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Anita Garibaldi, 2000), João Amazonas esteve também à frente do grupo de revolucionários que convocou a Conferência Extraordinária de 18 de fevereiro de

1962, que decidiu reorganizar o Partido Comunista do Brasil.

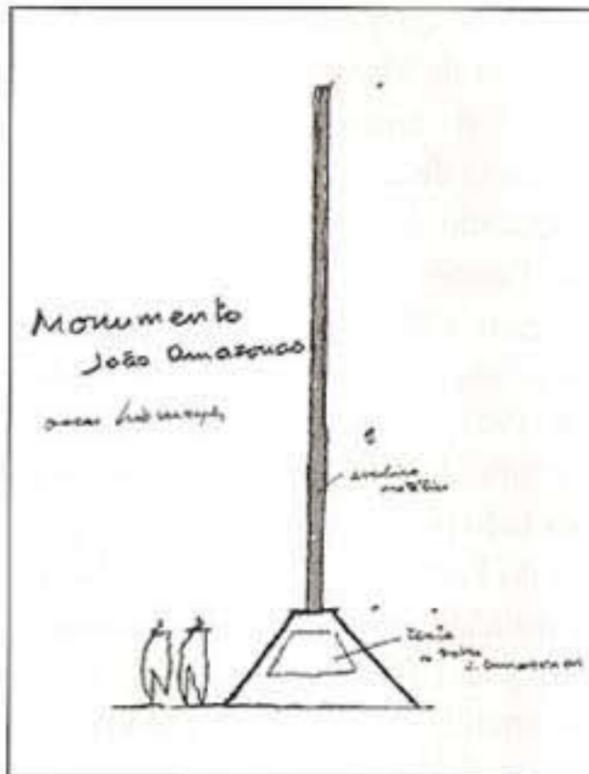
Em uma entrevista concedida à Comissão de História do PCdoB, João Amazonas comparou o Partido à fênix, a ave lendária que renasce de suas cinzas. Em 1962, outra vez se repetia aquele esforço, que parecia interminável, de reconstrução do Partido. Esforço que, apenas dois anos depois, ficou mais difícil quando, em 1964, os generais e a elite reacionária deram um golpe de estado abrindo a ditadura militar que duraria mais de duas décadas.

Obstáculo enorme para a reconstrução partidária nesse período foi a repressão da ditadura militar de 1964. Somente no período entre 1972 e 1976, oito membros do Comitê Central foram assassinados: Lincoln Cordeiro Oest, Luís Guilhaardini, Carlos Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Maurício Grabois, João Batista Franco, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Inúmeros outros dirigentes nacionais foram presos e, depois do Massacre da Lapa (São Paulo, 1976), o núcleo principal da direção partidária, onde João Amazonas tinha posição de destaque, teve de se exilar. Só voltaram em 1979, com a lei de anistia, conquistada depois de uma jornada onde o Partido teve papel central. Ela criou também uma situação nova no país, onde os comunistas puderam, gradualmente, voltar a agir em situação de semilegalidade e, depois do fim da ditadura, em 1985, voltar a organizar-se legalmente e agir de forma aberta.

Desde 1985, a tarefa de reconstrução e reorganização do Partido assumiu um outro rumo. Tratava-se, agora, de implantar o Partido em todos os Estados e nos maiores municípios; fortalecer sua estrutura; enraizá-lo no movimento de massas; consolidar sua presença em

sindicatos e espaços institucionais (nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, além da incipiente presença em governos municipais e estaduais).

Neste trabalho transcorrido entre as seis décadas entre 1941 e 2002, João Amazonas teve papel destacado. E seu discurso onde solicitou aos delegados do 10º Congresso, de 2001, que o dispensassem da função de principal dirigente do Partido,



Monumento esboçado por Oscar Niemeyer

pode ser entendido também como a declaração de que essa tarefa estava, afinal, cumprida. Nele, João Amazonas declarou sua alegria pela realização do 10º Congresso. “Camaradas, temos um partido combativo, que não é fechado; um partido – em certo sentido – alegre porque luta por ideais elevados, com a certeza de que eles podem ser conquistados”, disse. Um partido que, depois de 80 anos de luta, é hoje uma “organização respeitável e digna de ser ouvida e seguida pelos brasileiros”. Mas o principal ficou registrado nas palavras em que propôs sua substituição por Renato Rabelo como presidente

do PCdoB: “essa substituição se faz normalmente e como é devido”. As palavras são poucas, mas com o claro sentido de que a normalidade da transmissão do cargo indicava a maturidade do Partido e a consolidação daquela obra de décadas.

Fecundo estudioso do acervo teórico de Marx, Engels e Lênin, para João Amazonas a teoria não podia estar desligada da prática. Daí a incompreensão de alguns marxistas acadêmicos que não compreendem a unidade entre teoria e prática como um aspecto essencial no pensamento marxista, e que é a marca do pensamento político de João Amazonas.

Essa unidade se traduzia, para ele, também na criação dos instrumentos de suporte para a difusão do conhecimento científico, educação das massas e dos militantes e intervenção no debate político e ideológico. Mais do que jornalista, João Amazonas foi um publicista no sentido histórico da palavra, e ajudou a relançar o jornal *A Classe Operária*, em 1962, como instrumento para a organização partidária e para forjar a unidade de pensamento entre os comunistas. Entre 1962 e 1985, a *Classe* viveu – como o Partido – um período difícil, mas, mesmo assim, foi publicada clandestinamente com regularidade e cumpriu esse papel de levar não só aos comunistas, mas também aos lutadores pela democracia e pelo progresso social as análises e as propostas do Partido. Depois, em 1979, foi a vez da *Tribuna da Luta Operária* emergir, no processo de reconstrução do Partido, como seu principal instrumento de articulação. A luta ideológica intensa do final da década de 1970 e início da de 1980 impunha também a necessidade de outros instrumentos, e João Amazonas fomentou a criação da revista

*Princípios*, um instrumento para a luta de idéias. Foi seu diretor até o final de seus dias, e fazia questão de intervir diretamente em sua elaboração, desde a leitura e discussão dos artigos publicados, sua forma de apresentação na revista, até a elaboração da capa. Era um editor cuidadoso, que pesava as palavras para encontrar a forma mais precisa para definir o pensamento expresso através da revista. Era também um editor severo, que não transigia na defesa do pensamento marxista-leninista e da política do Partido.

Renato Rabelo, no artigo “Amazonas vive” (*A Classe Operária*, 20/6/02), fez um resumo da contribuição teórica de João Amazonas. Nela, um dos traços foi a luta contra o revisionismo, desde a década de 50 quando combateu as idéias de Krushev. Renato destacou também seu papel durante a crise do socialismo nos anos 90 – João Amazonas “tomou a iniciativa de destacar a dimensão da crise do marxismo e do socialismo, prognosticando o avanço das políticas neoliberais do capitalismo. Antes disso, já diagnosticava, desde o início, o caráter contra-revolucionário da Perestroika”, no texto *Perestroika: a Contra-Revolução Revisionista*, de maio de 1988. “A sua resposta foi que a teoria revolucionária marxista não tinha sido superada, mas requereria desenvolvimento em função dos novos fenômenos em curso, criando a base para formulação de novas soluções para os diferentes desafios da contemporaneidade”. Naquele período de crise, diz Renato, “ele retirou lições da nossa experiência programática e compreendeu de um ponto de vista auto-crítico que a estratégia da revolução em nosso país já possuía um caráter socialista. E deu um

passo teórico importante ao concluir pela existência de um período de transição relativamente prolongado do capitalismo dependente brasileiro para o socialismo pleno. Em seu brilhante texto “Capitalismo de Estado na Transição para o Socialismo: Notável Contribuição de Lênin à Teoria Revolucionária do Progresso Social”, escrita em maio de 1993, desvenda com grande lucidez as características fundamentais dessa fase inicial de construção do socialismo, nas condições de um país capitalista relativamente atrasado”.

João Amazonas elevou também a um nível superior o pensamento tático do PCdoB, diz Renato, “através de sua rica exposição em vários escritos e informes partidários, desenvolvendo o conceito de ‘tática de princípios, ampla e flexível’ e da justa compreensão da relação entre ampliação e radicalização no processo da luta política. Os seus escritos acerca dos temas relacionados com a tática e a estratégia políticas, tais como “Não há Nação Soberana sem Estado Nacional”, de janeiro de 1994, “Caminhos Novos à Luta Emancipadora”, de fevereiro de 1998, e “A Visão Limitada”, de outubro de 1984, contribuíram decisivamente para dotar o Partido de um método avançado de análise da correlação de forças em cada momento, para compreensão do nível da batalha em cada situação e para uma justa e adequada resposta no processo de acumulação de forças visando os nossos objetivos maiores”.

A compreensão teórica dos problemas da luta pelo socialismo e pelo progresso social esteve sempre ligada, no pensamento e na ação de João Amazonas, à expressão prática voltada para o fortalecimento do Partido

como organização da vanguarda do proletariado, instrumento capaz de realizar a unidade entre teoria e prática preconizada pelo pensamento social avançado.

### Reconhecimento amplo

As centenas de manifestações de pesar recebidas de todas as partes do país e do mundo, enaltecendo a vida e a obra de João Amazonas, simbolizam o vasto reconhecimento de seu legado. Embaixadores dos países socialistas e de outros Estados democráticos, representantes dos partidos comunistas e revolucionários de todos os continentes, líderes da oposição e do governo, parlamentares, prefeitos, governadores, dirigentes dos movimentos sociais, pessoas humildes e simples do povo brasileiro. Todos, com razões e motivações diferenciadas, renderam suas homenagens a esse grande brasileiro.

Tantas homenagens, certamente o deixariam constrangido. Homem simples, que pensava política o tempo todo e procurava desvendar o significado das palavras e das ações, João Amazonas certamente fez esse cálculo ao escolher o destino para seus restos mortais: a dispersão de suas cinzas na região do Araguaia, para juntar-se “aos que lá tombaram”. Quis, assim, que sua cerimônia fúnebre tivesse um sentido político, ligando-a à memória da guerrilha e dos guerrilheiros do Araguaia. Ao lado disso, deu seu último recado contra o culto à personalidade – não quis túmulo, monumento, ou local, onde seus restos mortais pudessem ser homenageados. Este foi, com certeza, o último gesto da sagacidade genial de João Amazonas. 

## Adubo para nova vida

*Pronunciamento de Renato Rabelo (presidente do PCdoB) no ato de espalhamento das cinzas de João Amazonas, Xambioá, 21/6/2002*

"Neste momento nós estamos cumprindo o desejo manifesto do camarada Amazonas que pediu que as cinzas de seu corpo fossem espalhadas nesta região, cenário da gloriosa luta de resistência contra a tirania ditatorial, pela liberdade e os direitos do povo do interior.

Nesta região, atravessada pelo rio Araguaia, onde se desenvolveu o movimento guerrilheiro, escolhemos justamente Xambioá para atender o pleito do camarada Amazonas por ter este lugar assumido um papel emblemático na resistência armada do Araguaia. Xambioá tornou-se o entroncamento, a porta de entrada para o cenário onde transcorreu a luta de resistência. As Forças Armadas da ditadura ocuparam este lugar, por seu papel geográfico favorável, utilizando o concurso de grandes contingentes militares, provocando aqui terríveis constrangimentos à população local. Mas, por outro lado, o povo daqui simpatizou com a causa da resistência, dando apoio e, em muitos casos, ajuda ativa aos combatentes, expondo-se à sanha repressiva das forças ditatoriais. Muitos moradores de Xambioá e de São Geraldo, na outra margem do rio, foram mortos nas sessões de tortura ou vieram a falecer em consequência dos maus tratos.

Ao escolher esta região para difusão das cinzas do seu corpo, Amazonas proclamou que essa "é uma forma dele juntar-se aos que aqui tombaram", reafirmando seu profundo compromisso com a luta pela liberdade, sua plena identidade com os combatentes dessa intrépida resistência e o seu elevado compromisso com os companheiros que deram um pujante exemplo de coragem e imensa abnegação às causas do povo. Essa última atitude do camarada Amazonas revela o profundo do seu sentimento, de homem de grande estatura política e humana, sendo a luta do povo o âmago da sua existência.

O camarada Amazonas tinha um grande amor e envolvimento pelo povo dessa região do Araguaia, destacando sempre o seu espírito progressista, expansivo, acolhedor e hospitaleiro, que ele sempre encontrou no convívio com a gente deste lugar. Tinha um sagrado respeito pelos homens e mulheres simples dessa região que, com seu desprendido apoio ao movimento de resistência, passaram a ser perseguidos, torturados, e em muitos casos chegando até à morte. Aproveitamos esta ocasião para reverenciar a memória heróica e render o nosso eterno respeito a esses homens e mulheres.

O camarada Amazonas transmitia uma grande admiração pela natureza desta região, encantava-lhe a rica e variada fauna e flora existente naquele período do início dos anos 70. Tinha um grande prazer em narrar os incontáveis casos acerca dos segredos da mata que, na convivência com os habitantes locais, aprendera e sobre a dedicação e capacidade que os guerrilheiros tiveram em aprender como levantar um

simples barraco ou se orientar na mata. Repetia sempre com entusiasmo que o jabuti constituiu-se em rica e disponível fonte de alimentos para os guerrilheiros, por sua docilidade, facilitando a caça – e, em tom de brincadeira, dizia que por essa ajuda imprescindível ao sustento da luta, merecia ser erguida uma estátua em homenagem ao jabuti.

A Guerrilha do Araguaia tornou-se um acontecimento de grande significado histórico, por sua dimensão política e pelo envolvimento de forças dominantes destinadas a combatê-la, sendo a continuidade, na década de 70, da longa saga das lutas populares em nosso país que vem desde a ação libertária dos negros dos quilombos, dos cabanos, inconfidentes, lutadores de Canudos, insurreitos de vários períodos da nossa trajetória que se batiam pela democracia, contra a tirania e pela soberania do país contra o jugo estrangeiro.

Amazonas é um precursor e artífice desse grande acontecimento de luta libertária e emancipadora da época da ditadura militar instalada em 1964. Mas também deu importante contribuição nos períodos de redemocratização, tanto na Constituinte de 1946 quanto na de 1988. Daí a elevada dimensão do seu papel político, porque ele compreendeu de forma rara e participou de maneira marcante na busca do progresso social e civilizacional, tanto nos períodos de ditaduras quanto nos de aberturas, próprios da história política brasileira.

Neste ato singelo, mas pleno de grande significado histórico, queria aproveitar para declarar ao povo dessa região a nossa gratidão por sua simpatia à causa dos combatentes do Araguaia. Nós, comunistas, chegamos a dar nossas vidas por uma grande causa. A causa por uma sociedade de justiça social, plena democracia e valorização do trabalho, uma sociedade sem explorados e sem exploradores – a sociedade socialista. Por isso existiram Amazonas, Osvaldão, Lucia Petit, Helenira e todos os outros que aqui tombaram por esses grandes ideais. Eles são os nossos grandes heróis.

Hoje, deixamos aqui, nesta terra onde lutaram os "meninos da mata", como eram conhecidos os guerrilheiros pelo povo daqui, os últimos restos físicos do nosso querido camarada Amazonas – as suas cinzas –, como ele tanto desejava. Estas cinzas serão adubo para nova vida. A vida de uma nova sociedade – a sociedade socialista que ele tanto sonhava. Amazonas vive!"

Renato Rabelo e jovens de Xambioá espalham as cinzas.



# Timor Leste

**“Devemos ser solidários na sua reconstrução tanto quanto fomos solidários na luta pela sua independência”**

Aldo Arantes



O deputado Aldo Arantes e a atriz Lucélia Santos com membros da resistência timorense (Oslo).

*O povo timorense acabou por conquistar sua independência, mas o novo país nasce enfrentando sérias dificuldades, fruto da guerra, do número de mortos e da destruição que se abateu sobre o país. Nosso vínculo histórico e cultural nos coloca a necessidade de darmos o apoio para seu erguimento como um membro digno na comunidade internacional*

A independência do Timor Leste é resultado de uma demorada luta do povo timorense. Foram mais de 25 anos de aprisionamentos e massa-

res por parte do governo da Indonésia. Desde a ocupação, mais de um terço da população foi assassinada.

A BARBARIDADE dos assassinatos em massa dos timorenses pela ocupação indonésia desencadeou em todo o mundo movimentos de solidariedade ao povo timorense, particularmente em Portugal, onde pude participar de um congresso internacional de solidariedade ao Timor Leste, representando o Congresso Nacional.

Esse congresso deu-me elementos para constituir no Brasil, junto com outros deputados, um grupo parlamentar de apoio à luta do povo timorense. Fui dirigente desse grupo que chegou a ter mais de 100 integrantes e realizamos diversas atividades em busca de apoio à luta dos timorenses.

Quando o prêmio Nobel da Paz foi concedido ao bispo Carlos Ximenes e a Ramos Horta fui convidado a participar em Oslo da entrega, novamente representando o Congresso Nacional brasileiro.

Foi um evento muito importante e,

em função de todo esse movimento de solidariedade – e principalmente da luta armada e política da Frente Timorense de Libertação Nacional (Fretilin), liderada por Xanana Gusmão – o povo timorense acabou por conquistar sua tão merecida independência.

O Timor Leste é um país que já nasce enfrentando sérias dificuldades, fruto da guerra, do número de mortos e da destruição que se abateu sobre a nação. É o sexto país mais pobre do mundo, segundo dados da ONU e ainda necessita muito de nossa solidariedade. Nós, que fomos solidários na luta pela liberdade, devemos ser solidários também na luta pela reconstrução do Timor.

Devemos desenvolver um trabalho junto à sociedade na Comissão de Relações Exteriores, da qual o nosso companheiro, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) é o presidente, para pressionar o governo brasileiro a dar um apoio

mais decisivo ao processo de reconstrução do Timor.

Temos um vínculo histórico e cultural com esse povo, do qual boa parcela fala o português e que, assim como nós, foi colônia portuguesa. Vejo como necessária a entrada do Timor Leste na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na próxima conferência, aqui no Brasil. O grupo parlamentar de apoio fez intervenções para que o Timor Leste tomasse parte das reuniões da Comunidade.

Nas últimas reuniões ele havia participado apenas como um ouvinte, mas agora estão criadas as condições para o Timor Leste se incorporar à Comunidade como integrante. Essa participação é importante porque estabelece vínculos e estimula os países da Comunidade a contribuírem durante o difícil processo de reconstrução.

Aldo Arantes é deputado federal pelo PCdoB/GO.

# A nova situação no mundo após o 11 de setembro

*De 21 a 23 de junho de 2002, foi realizado na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Atenas (Grécia), o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários. Partidos de todos os continentes estiveram na capital grega para discutir a nova conjuntura mundial criada a partir dos atentados de 11 de setembro do ano passado nos Estados Unidos. Este foi o quinto seminário realizado ininterruptamente desde 1998 por iniciativa do Partido Comunista Grego. A reunião contou com a presença de 62 partidos e, nela, o Partido Comunista do Brasil foi representado pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho. Princípios publica aqui – em parceria com o Boletín de Información – a posição de alguns partidos nesse encontro, não sendo possível a publicação da totalidade das intervenções por motivo de espaço. Para ler todas as intervenções feitas no encontro, acesse o portal Solidnet (<http://www.solidnet.org>)*

## Partido Comunista do Brasil

Importantes modificações estão em curso no quadro mundial desde que ocorreram os atentados em Nova Iorque e Washington em 11 de setembro do ano passado. Mais do que nunca predominam no mundo a crise, a insegurança e a instabilidade, ameaçando gravemente a paz mundial, a democracia e a independência de países e povos.

Sob o pretexto de combater o terrorismo, fenômeno malsão que os comunistas e revolucionários condenam, o imperialismo norte-americano está movendo uma ofensiva sem precedentes cujo escopo é afirmar um superpoder imperial tirânico em escala mundial, baseado no uso da força bruta e na superioridade militar e nuclear. É necessário frisar que tal tendência já se encontrava em curso antes do 11 de setembro e mesmo antes da tomada do poder pelo atual presidente estadunidense, se tivermos em conta que durante os anos 90 transcorreu a guerra contra o Iraque e que foi uma intervenção militar a tônica das ações norte-americanas durante os conflitos da Bósnia e do Kosovo, também na década passada.

Mas, inequivocamente, o mundo mudou depois dos atentados de 11 de setembro. E mudou para pior, com a acentuação dos traços mais agressivos do imperialismo estadunidense. A guerra norte-americana no Afeganistão foi um sinal eloqüente disso. Os Estados Unidos forçaram o consentimento e o silêncio da comunidade internacional, sob o impacto dos acontecimentos e manejando arditamente interesses geopolíticos locais.

O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de mostrar que aquela desproporcional ação, em que a mais colossal máquina de guerra jamais vista, arremetida contra um dos mais pobres países do mundo, exaurido por conflitos internos de longa duração, tinha objetivos muito mais amplos do que a captura de Osama bin Laden e a derrubada do regime talibã. Ali estavam envolvidos grandes interesses econômicos e geopolíticos do imperialismo norte-americano, relacionados com o con-

trole de recursos energéticos e de uma região de importância estratégica, a Ásia Central e o Sul da Ásia, onde se entrecruzam diferentes interesses de Irã, Índia, Rússia e China.

Após a ocupação do Afeganistão os Estados Unidos vão revelando, através da retórica belicista de seu presidente e de ações concretas, a verdadeira natureza de seus planos, tornando tenso e dramático o quadro político. A superpotência norte-americana proclamou que encetará uma guerra prolongada e dura, extensa, diferente de qualquer outra, que implicará o uso de toda arma necessária. Essa guerra tem alvos muito amplos. Na sequência dos atentados em Nova Iorque e Washington, o governo norte-americano chegou a mencionar mais de 50 países que seriam “terroristas ou coniventes com o terrorismo”, portanto passíveis de serem atacados a qualquer momento. Os seus órgãos de espionagem indexaram dezenas de organizações como terroristas; entre elas movimentos políticos revolucionários. Veio depois a noção de “estados bandidos” e por fim o denominado “eixo do mal”, no qual estão inquinados Irã, Iraque, Síria, e dois países socialistas – a Coreia do Norte e Cuba. Ultimamente, foi anunciado que o Conselho de Segurança da Casa Branca e outras agências do governo norte-americano estão trabalhando no detalhamento de nova doutrina militar, que incorporará o princípio da ação “preventiva” em qualquer parte do mundo, contra grupos suspeitos de planejar ações terroristas e/ou países que lhes derem guarida ou apoio de qualquer tipo. O próprio presidente George Bush – em discurso pronunciado neste mês de junho na cerimônia de formatura dos cadetes da Academia do Exército em West Point – defendeu a tese de que os EUA golpearão primeiro e farão perguntas depois sempre que suspeitarem sobre preparativos de atos hostis contra seu território ou contra cidadãos norte-americanos. Nota-se que cada vez mais os Estados Unidos atuam com a noção de substituir a dissuasão, característica da guerra-fria, pela ação unilateral com o uso direto da força. Nunca como agora os círculos

dominantes dos Estados Unidos traçaram um sinal de igualdade entre “segurança nacional” e intervencionismo e uso do poderio militar direto contra outros países. Esses círculos estão convencidos de ter chegado um novo momento imperial e se dispõem a tudo para exercê-lo. Paira sobre o mundo a ameaça da criação de um estado de totalitarismo global.

Esse cenário ameaçador, em que os direitos democráticos e sociais dos povos são postos em xeque, agrava-se com o forte impulso recobrado pela direita em um considerável número de países da Europa. Um influxo conservador se apodera do Velho Continente, que vive fase de retrocesso político, com a ocupação do poder por forças reacionárias e direitistas.

Se, por um lado, a imposição do superpoder norte-americano é uma realidade insofismável e o conservadorismo político se impõe num ambiente de consciência política rebaixada e de falta de alternativas claras para os povos, é falso, por outro lado, pensar que a nova ordem mundial esteja definitivamente configurada, visto engendrar contradições insanáveis e conflitos de variada natureza, inclusive as competições interimperialistas. Atuam no mundo tendências e forças no sentido da criação de variados pólos de poder regional ou internacional que objetivamente contrariam a orientação norte-americana de exercer sua hegemonia unilateral. A maioria dessas tendências não se volta contra o sistema capitalista mundial, uma vez que se manifestam entre nações ou blocos imperialistas, mas não se pode deixar de levá-las em consideração na análise do quadro mundial. De outra parte, cresce cada vez mais a importância do papel da China socialista no concerto internacional. Não se pode também descartar a possibilidade de países de dimensões continentais e potencialidades econômicas, como o Brasil, passarem por mudanças de orientação política e atuarem de modo diferenciado em face dos EUA na América Latina.

É no agravamento de conflitos, que põem em risco a paz mundial, como o conflito entre a Índia e o Paquistão, e na repetição de crises humanitárias e de atos de genocídio, que mais se observam os reflexos da ordem mundial hegemonizada pelos Estados Unidos. Nada mais paradigmático dessa ordem mundial do que a situação na Palestina, onde Israel sente-se à vontade para cometer toda sorte de crimes contra um povo mártir que aspira apenas à concretização de um direito já reconhecido pelas Nações Unidas – o de possuir o seu Estado nacional, soberano e independente. Israel, contando com o indefectível apoio norte-americano, transformou a ocupação militar e a prática do banditismo em atos de rotina. Em nome do combate ao terrorismo de indivíduos ou grupos legitimam-se os atos de terrorismo de Estado e o genocídio. É estarrecedor que nenhuma voz se faça ouvir com maior veemência para manifestar a indignação contra a tentativa de exterminar um povo ou que nenhuma mão se levante para deter o braço assassino do governo de Sharon.

### *Domínio estadunidense na América Latina*

O atual quadro na América Latina é também emblemático dessa nova ordem mundial. Aqui são particularmente duras as consequências da ofensiva norte-americana. A política estadunidense para a região mantém suas características conservadoras e reacionárias. Os Estados Unidos, manietando governos títeres

da região, fizeram aprovar resolução contrária a Cuba na Organização das Nações Unidas. O governo Bush prossegue um caminho já condenado historicamente e abandonado mesmo por setores do establishment norte-americano. O bloqueio à revolucionária ilha caribenha é um contra-senso e hoje funciona mais como ata de acusação do reacionarismo da política de Bush do que como arma eficaz para derrotar Cuba. Reeditando os piores momentos de um passado que os povos latino-americanos acreditavam superado, a CIA arquitetou um golpe de Estado contra o governo bolivariano da Venezuela. A continuação dos atos de hostilidade de uma direita retrógrada, com amplo apoio externo, atesta que os Estados Unidos continuam em seu propósito de derrubar o governo legítimo venezuelano.

O intervencionismo político vem acompanhado de ações no domínio militar. O Plano Colômbia adquire agora nova feição e novo conteúdo com a eleição de um presidente que defende posições extremadas para a solução do conflito armado que se desenvolve no país há quatro décadas. Uribe fala a mesma linguagem de Bush. Nesse cenário, os Estados Unidos têm reforçado suas posições não só na Colômbia, onde mantêm bases e especialistas militares, mas também no Equador, no Peru, no Suriname e no Panamá. O alvo é o movimento revolucionário e a ocupação de posições estratégicas na região amazônica, o que afeta em cheio os interesses do Brasil.

Simultaneamente ao reforço de sua presença política e militar na América Latina, os Estados Unidos intensificam as pressões para a implantação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Programada para entrar em vigor em três anos, ela é muito mais do que uma integração comercial ou a formação de um “mercado comum” das Américas, e tem um sentido muito mais profundo do que o de uma mera orientação econômica conjuntural. É, em essência, um projeto estratégico do imperialismo norte-americano visando a aumentar o seu domínio na América Latina, no quadro de uma competição econômica e comercial com a Europa. É o mais ambicioso e abrangente plano de “Pan-americanismo”, e integração subordinada, jamais concebido pelos EUA desde sua ascensão como país imperialista. É um projeto de avassalamento, de dominação neocolonialista, em que os países que nele se incorporarem (que, pelos “acordos”, serão todos, exceto Cuba), transformar-se-ão em apêndices dos Estados Unidos.

O projeto da Alca se insere no quadro de globalização neoliberal que constitui o primado não do livre mercado, mas do monopólio e do protecionismo, em que as políticas econômicas são formuladas pelos organismos financeiros internacionais, intérpretes das ambições de auferir superlucros das grandes empresas industriais e financeiras com atuação transnacional. As políticas de blocos, que têm suas bases objetivas na atual fase que atravessa o capitalismo-imperialismo, requerem a derrubada de barreiras nacionais, a desnacionalização das economias, a adoção de políticas neoliberais de fluxo livre dos capitais financeiros transnacionais, desregulamentações de todo tipo, redução de gastos públicos para fins sociais, liquidação dos direitos dos trabalhadores, responsabilidade fiscal para o pagamento religioso das dívidas, levando cada país dependente a uma insustentável situação de vulnerabilidade externa, em que a insolvência, o default e a



bancarrotas se tornam inevitáveis, como atesta a dramática situação da Argentina e como tende a ocorrer no Brasil, onde a dívida quintuplicou na última década e já corresponde a 60% do Produto Nacional Bruto. Toda essa política está em detrimento da soberania e da independência dos países e povos latino-americanos.

### *A luta pela alternativa*

As contradições do mundo contemporâneo, engendradas pela ordem mundial imperialista e pela globalização neoliberal, geram imenso descontentamento em todo o mundo e inevitavelmente despertarão a revolta, o protesto e as lutas dos povos e massas trabalhadoras. Muito embora vivamos ainda uma correlação de forças desfavorável – marcada pela derrota do socialismo e do movimento revolucionário e pelo exercício do ultrapoder pelo imperialismo norte-americano e demais forças conservadoras (o que determina um diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças do movimento revolucionário), o momento atual é marcado pelo surgimento de lutas, espontâneas ou não, por direitos sociais, democracia, desenvolvimento, paz, soberania e independência. Historicamente o capitalismo em sua fase de globalização imperialista é incapaz de solucionar os graves problemas da humanidade. Somente o socialismo, renovado e revigorado com o aprendizado obtido com a experiência vivida, é capaz de promover o advento de uma ordem mundial justa.

Vistas as coisas da perspectiva de um Partido que atua num país do chamado Terceiro Mundo, cronicamente dependente e extremamente vulnerável aos solavancos da crise financeira mundial, centramos nosso empenho na luta pela soberania e independência nacionais – luta obviamente entrelaçada com o combate pela democracia e pelo progresso social, e voltada para o objetivo supremo da emancipação social dos trabalhadores e a abertura de caminhos à conquista do socialismo nas condições concretas de nosso país.

Mundialmente, consideramos necessário promover esforços tendo em vista forjar a construção de uma ampla unidade antiimperialista, a fim de deter a política agressiva norte-americana e desenvolver a solidariedade internacional com os povos e países vítimas de intervenções ou agressões. Nesse marco, os comunistas brasileiros se somam à luta dos povos-irmãos latino-americanos da Argentina, da Colômbia, da Venezuela, do Peru, do Equador e de outros; reiteram sua solidariedade com os países socialistas; denunciam energicamente o genocídio dos palestinos perpetrado pelo governo israelense, com o beneplácito do imperialismo norte-americano e hipotecam irrestrito apoio à causa árabe-palestina; e se incorporam ao movimento antiglobalização, ao Fórum Social Mundial, componente importante da luta dos trabalhadores e dos povos por outra ordem mundial, de paz, desenvolvimento, soberania e progresso social.

Uma vez mais reiterando nosso contentamento com a realização deste Encontro de Partidos Comunistas e Operários, reafirmamos o nosso engajamento no fortalecimento político e ideológico do movimento comunista e nossa contribuição à sua unidade de pensamento e ação. Apesar do quadro político desfavorável da época atual, somos otimistas quanto à perspectiva do movimento revolucionário e da luta pelo socialismo.

Há países soberanos que resistem, há países socialistas que se desenvolvem, há forças populares, socialistas, revolucionárias e comunistas em movimento. Os povos do mundo não suportarão por muito tempo a barbárie capitalista. Aí residem nossa confiança, esperança e razões para otimismo.

### **Características do mundo atual** *Partido Comunista da Grécia*

Nossa reunião acontece depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2002 em Nova Iorque e no Pentágono. Entramos num período novo e crítico, cuja principal característica é a agressividade crescente do imperialismo que, sob o pretexto de combater o terrorismo, está se voltando contra todos os povos e os movimentos de massa que mostram resistência ao pesadelo que é a nova ordem mundial imperialista. Essa agressividade se volta também contra as demandas por uma ordem mundial diferente e que salvasse a paz, que trate todos os povos com igualdade, que respeite os direitos soberanos das nações e consolide as liberdades democráticas e as conquistas populares.

Este nosso seminário é um evento a mais numa série de reuniões e mobilizações – em nossa opinião todas muito importantes – que têm sido realizadas recentemente, tais como a Reunião dos Partidos Comunistas e do Trabalho do Mediterrâneo Oriental e do Sudeste, do Mar Vermelho e da Região do Golfo, também organizada pelo PC da Grécia; das reuniões, em Montevidéu, dos Partidos Comunistas dos Países Árabes e a dos Partidos Comunistas, que se revestiram num esforço altamente positivo para a discussão de questões levantadas nos Foros de São Paulo e de Porto Alegre; do Foro de São Paulo, em Cuba; da reunião referente à luta do povo colombiano, realizada na Cidade do México; da reunião organizada pelo Partido Akel do Chipre de solidariedade à luta do povo palestino; e dos movimentos de massa contra o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Da mesma forma, é preciso citar as imensas mobilizações da classe operária na Europa contra o capital e o militarismo na União Européia, contra o acordo de Schengen e as forças de repressão; as grandes concentrações e manifestações ocorridas no 1º de Maio, com lemas contra a guerra imperialista, a ofensiva do capital sobre os direitos dos trabalhadores e a demanda por um mundo pacífico e com justiça social.

Do nosso ponto de vista, tais reuniões e mobilizações aumentam a necessidade de um debate ainda mais exaustivo entre os Partidos Comunistas e Operários sobre as questões que estamos enfrentando e a tentativa de procurar uma estrutura comum como referência para marcar a nossa posição, tanto diante dos problemas mais antigos quanto dos mais recentes surgidos após 11 de setembro de 2001.

### *A violação dos direitos e liberdades fundamentais*

Nos EUA, a administração Bush tem adotado medidas extraordinárias que ignoram até mesmo os mais rudimentares direitos e liberdades. Evocando a necessidade de combater o terrorismo com a assim-chamada “lei patriótica”, as autoridades podem agora prender suspeitos e mantê-los sob custódia por tempo indefinido, impedindo-os de comunicarem-se com advogados; podem deixá-los em solitárias – isolados e confinados; monitorar sua corres-

pondência e comunicações por telefone ou internet; e invadir suas casas sem um mandado judicial. Estima-se que, atualmente, haja mais de 1.400 pessoas sujeitas a esse tratamento. Agora a CIA tem autorização para assassinar líderes estrangeiros ou outros indivíduos considerados perigosos para os interesses dos EUA.

Na União Européia também têm sido tomadas medidas correspondentes para limitar os direitos e liberdades individuais, com a coordenação das autoridades policiais e jurídicas. O estabelecimento de uma Europa unificada garante a extradição para todos os países da UE e com a colaboração dos serviços de segurança dos EUA e das autoridades jurídicas é possível a extradição de suspeitos mesmo para os EUA. Além disso, nota-se que as medidas de repressão e vigilância de "suspeitos" têm sido reforçadas em todos os países-membros da União Européia e se pensa na criação de um exército europeu, para intervenções rápidas, a serviço dos interesses do capital.

Medidas de repressão têm sido intensificadas nos países árabes e os governos destes assinaram a Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo. Na Índia também o governo de Vajpayee adotou a lei de Prevenção da Prática Terrorista. Ultimamente, resoluções similares foram instituídas na Federação Russa, sob o pretexto de combater não somente o terrorismo, mas também o "extremismo". Medidas equivalentes estão sendo impetradas na maioria dos países.

### *Intervenções militares e a ameaça do uso de armas nucleares*

A primeira intervenção do imperialismo norte-americano, após 11 de setembro, com a ajuda da Grã-Bretanha, foi em 7 de outubro de 2001 contra o povo do Afeganistão. O presidente Bush fez uma lista dos países que constituem o "eixo do mal" que estão sob seu alvo direto e, enquanto anuncia sua nova doutrina nuclear, mísseis estarão apontados para países como a Rússia e a República Popular da China. Países que não possuem armas nucleares, como o Iraque, o Irã ou mesmo Cuba, mas que ousarem desafiar os interesses estadunidenses, poderão estar sujeitos a ataques nucleares. Na reunião de cúpula da OTAN entre ministros da defesa, realizada em Bruxelas, Rumsfeld declarou que uma prova completa e plena não constitui um pré-requisito para uma ação militar contra uma nação que tenha sido caracterizada pelos EUA como "suspeita".

A situação na Palestina é particularmente crítica com os ataques contínuos do exército israelense na área ocupada e naquelas sob administração palestina. Os israelenses têm feito muitas prisões, inclusive de líderes do movimento de libertação da Palestina que são mantidos sob condições miseráveis. A opinião pública deve ser mobilizada, de maneira mais eficiente, para protestar contra essas condições e exigir que essas pessoas sejam postas em liberdade.

Não menos grave é a situação atual entre a Índia e o Paquistão na questão do território de Jammu e da Caxemira, uma área particularmente delicada. E, ainda, devido à intervenção imperialista no Afeganistão, que serve como desculpa para efetivar a ingerência norte-americana na região.

Ressaltamos as declarações contra o Irã feitas pelo Ministro das Relações Exteriores de Israel, o Sr. Peres, durante sua visi-

ta à Índia e seu convite para que ela faça parte da OTAN, o que nos sugere planos mais amplos e extremamente perigosos para os povos e a paz da região.

Durante este período, os EUA estão intensificando os preparativos para uma intervenção no Iraque, o que fortalecerá sua presença na Geórgia e nos países da Ásia Central, além das Filipinas.

Juntamente com a União Européia, os EUA apoiaram o golpe de Estado mal-sucedido contra o presidente Chávez, na Venezuela, e juntos, de todas as formas, têm fortalecido as forças reacionárias na Colômbia. Parecem estar tramando uma nova fase de implantação do "Plano Colômbia", cujo objetivo é aniquilar a guerrilha e esmagar o movimento de libertação local.

A ampliação da OTAN e a colaboração com a Rússia também causam apreensão. A ativação do Artigo 5º da OTAN, pela primeira vez desde que foi estabelecido, significa que todos os países-membro se encontram em estado de guerra, sendo que o inimigo é definido pelo termo geral "terrorismo" e quase todos os países do mundo devem colaborar para combatê-lo. Entretanto, os EUA reservam para si próprios o direito exclusivo de determinar os países contra os quais serão lançados os próximos ataques sangrentos. Além do "eixo do mal", há outros 60 países na lista. O novo e perigoso relacionamento entre a Rússia e a OTAN que se firmou no período recente deve ser fortalecido durante a reunião da OTAN que será realizada em novembro de 2002, em Praga. Essencialmente, teremos a OTAN restabelecida no papel de polícia do mundo imperialista, a alçoz dos povos do mundo, com o respaldo oficial das nações que a compõem e a tolerância de muitas outras.

Da mesma forma, o Exército da União Européia está sendo preparado para entrar em operação e se constituir numa força intervencionista militar da UE para proteger os seus interesses, com laços estreitos e contando com a colaboração da OTAN e suas iminentes forças intervencionistas.

Nas condições prevalecentes atualmente, o anticomunismo e a perseguição aos comunistas têm se intensificado, enquanto são colocados inúmeros obstáculos para impedir a atividade dos partidos comunistas. A Lituânia é um exemplo típico: o CCL continua banido e já publicou várias edições clandestinas do seu jornal *A Verdade*. Nikolas Burakiavichius, primeiro-secretário do CC do CCL e professor universitário, foi condenado a doze anos de prisão com trabalhos forçados sob acusações fraudulentas. O partido comunista também foi banido na Letônia, onde os comunistas, membros do antigo CC, veteranos das organizações e cooperativas de trabalhadores soviéticos da luta antifascista, não podem ser candidatos ao parlamento e nem sequer nas eleições municipais, assim como não podem trabalhar em órgãos e serviços públicos. Além disso, há na Eslováquia uma nova legislação que incrimina as atividades do PC e proíbe quaisquer referências a qualquer tema associado ao comunismo e suas ideologia e políticas.

Na Federação Russa, o Partido Comunista Revolucionário da Rússia foi banido devido ao uso da palavra "revolucionário" como parte de seu nome. Fenômenos semelhantes podem ser observados em outros países onde os partidos comunistas estão na clandestinidade e os comunistas são perseguidos e presos. Acreditamos que deva ser realizada uma ampla campanha con-

tra esses fatos, e ser expressa a nossa solidariedade para com todos os camaradas que passam por tal provação, da maneira que for mais adequada para cada um de nós.

Devemos refletir também sobre as táticas do imperialismo, especialmente as dos partidos burgueses, através das quais são colocados novos obstáculos à consciência dos povos e que dão lugar ao perigo da extrema-direita e do neofascismo.

As idéias da extrema-direita e do racismo não surgem entre os povos como uma reação às conseqüências que podem vir com onda migratória. Elas constituem uma parte inerente do sistema político burguês e, algumas vezes, são até mesmo fabricadas pelo sistema, com a pretensão de chegar ao limite do radicalismo e armar uma cilada para os povos, apresentando falsos dilemas. Na nossa opinião, a experiência francesa foi instrutiva. A formação da frente contra a extrema-direita e as suas idéias fascistas, racistas e chauvinistas somente pôde ser organizada pelo movimento antiimperialista e antimonopolista que está criando uma linha de cooperação e solidariedade com todo movimento comunista proletário.

A estrutura legislativa que está sendo preparada tornará muito fácil que qualquer movimento que lute contra a globalização capitalista seja caracterizado como "terrorista". O mesmo pode se dizer quanto aos movimentos antiimperialistas que lutam contra a ingerência, as guerras e a OTAN, os crescentes movimentos contra as políticas antipopulares e reacionárias da União Européia e qualquer outra iniciativa para libertação nacional e justiça social.

Acreditamos que devemos lutar contra as idéias que emanam principalmente dos quartéis-generais da propaganda dos grandes centros imperialistas, que afirmam que atos terroristas como os de 11 de setembro são de responsabilidade dos povos pobres e explorados do restante do mundo, que se encontram sob opressão imperialista e outras explorações predatórias. Tais opiniões constituem o outro aspecto das medidas repressivas que têm como alvo os movimentos e os povos que resistem e lutam contra a ordem mundial imperialista. Há um esforço coordenado para difamar todos esses movimentos.

Não, a luta dos povos e dos movimentos pela libertação social e nacional não tem relação com os métodos terroristas. Em nenhum caso podemos aceitar que a luta popular constitui o terrorismo.

### ***A mobilização e a máquina da repressão***

As medidas de repressão e perseguição estão sendo revigoradas em nosso país, onde os comunistas estão jogando um papel de vanguarda no amplo e multifacetado movimento que cresce para se expandir no intuito de expulsar a OTAN da região dos Balcãs, evitar sua expansão para novos países e interromper qualquer participação do governo da Grécia nas aventuras imperialistas, como a organização de tropas no exterior. Esta luta é enfrentada pela repressão e incriminação do Estado. Nem um só dia se passa sem que um ativista seja levado ao tribunal.

A máquina da repressão se mostra em várias manifestações como as de Seattle, de Gotemburgo e de Gênova e requer nossa atenção especial e constante vigilância para lidarmos com ela e não aceitarmos provocações. A experiência grega mostra ser possível formar um amplo movimento popular para lutar contra a repressão estatal.

Damos grande importância à internacionalização da luta e à participação das massas apoiando as mobilizações contra a globalização capitalista como as imensas manifestações ocorridas em Gênova e aquelas contra as reuniões de cúpula da União Européia, como Barcelona, Sevilha e em Copenhague, culminando com a que estamos preparando aqui na Grécia, por intermédio do movimento "Ação Thessaloniki 2003", para a reunião de cúpula da UE em junho de 2003 que será realizada nessa cidade.

Nossos esforços para ajudar na troca de experiências, organizando as reuniões dos partidos comunistas e operários, têm a mesma finalidade, como é o caso também do nosso apoio e contribuição para realizar reuniões de forças antiimperialistas, a fim de ampliar a coordenação de forças e a ação conjunta.

Conhecemos as tentativas feitas para excluir os partidos, especialmente os comunistas, de algumas mobilizações e reuniões, e para impor condições sobre os comunistas para os desestimular da luta contra o capitalismo. Há, ainda, tentativas de substituir referências ao imperialismo e ao sistema imperialista pelo termo "globalização", baseadas em um entendimento não classista, e por outras referências como o monopólio e a hegemonia dos EUA – uma posição que enfraquece ou não reconhece que outras forças imperialistas e organizações internacionais também são responsáveis. Esses intentos incluem, além disso, a adoção de uma série de posições e demandas que de fato tentam dar "uma aparência mais humana" a um sistema desumano e explorador.

Por todas essas questões é preciso criar uma frente ideológica, de forma a que os movimentos contra as organizações capitalistas internacionais e contra a nova ordem mundial sejam fortes, determinados, eficientes, não manipulados, mas movimentos classistas e de luta organizada contra a guerra.

### ***A necessidade de coordenação é maior do que nunca***

Nas condições atuais de internacionalização da nossa luta, é natural que as questões de alianças e coordenação de nossas forças adquiram um significado especial. Já ficou claro nas reuniões anteriores que uma experiência importante vem sendo acumulada a partir de políticas de alianças implantadas pelos nossos partidos. Essas alianças acatam a luta travada pelos partidos em vários países e representam uma ponta de lança para a luta contra os monopólios e a nova ordem mundial e para os embates pelas liberdades democráticas, que são particularmente mais difíceis em determinados países. É evidente que a política de alianças está implantada sob condições que variam de país para país, mesmo porque há diferenças relativas à direção que tais alianças devem tomar, dependendo das condições específicas sob as quais cada partido tem sua linha de ação. Nossa experiência até hoje mostra que essas alianças não devem ser limitadas apenas aos partidos, mas há de haver coalizões com movimentos diversos. Têm grande importância também aquelas que dão ímpeto e contribuem provocando mais ação em movimentos e lutas nos países específicos onde os nossos partidos são ativos. Conforme as coisas prosseguem, a possibilidade de alianças formadas em nível político também se torna clara nas bases dessas lutas.

Em todo caso, com referência às questões de alianças e coo-

peração, de tempo em tempo, menciona-se a necessidade de os partidos comunistas manterem sua independência e expressa-se a preocupação de os mesmos tornarem-se difusos e perderem sua identidade ao participarem dessas alianças. Quanto a este ponto de vista, acreditamos que mesmo em nível internacional é importante que os partidos comunistas mantenham uma presença distinta.

Nossa opinião é de que a política de alianças e cooperação de cada partido e a necessidade de jogar um papel independente não criam conflito entre si, pelo contrário, têm como base o apoio mútuo. Estes movimentos são fortalecidos pela presença distinta e a coordenação dos PC's.

A questão da presença distinta dos partidos comunistas e do trabalho deve ser destacada, lembrando que nem sempre é fácil levar a ação conjunta do nível nacional para o internacional, pensando na coordenação e proximidade dos nossos partidos para ampliar as forças democráticas, patrióticas, antimonopolistas e antiimperialistas.

Com a experiência acumulada desde há muito tempo e incluindo a mais recente, notamos que as preocupações vêm aumentando e por isso é necessário que cada grupo de movimentos convoque reuniões em nível regional e continental.

Podemos trabalhar nessa direção mais ativa e coletivamente, elaborando propostas que tenham como objetivo marcar reuniões regionais dos partidos comunistas e do trabalho, durante as quais, questões específicas sejam examinadas; organizar encontros dos nossos partidos em conexão com amplos eventos internacionais – como o de Montevideu, realizado antes do Fórum de Porto Alegre; e convocar reuniões abrangentes com as forças antiimperialistas e antimonopolistas da região.

Com isso fica clara a necessidade de desenvolver laços de solidariedade para uma política ativa não apenas entre os partidos comunistas, mas também entre outros partidos populares. Para tanto seria preciso apoiar iniciativas dos vários PC's e movimentos, como por exemplo, o que está sendo articulado pelo PC da Boêmia e Moravia em Praga contra a ampliação da OTAN, entre outras iniciativas tomadas por outros movimentos com os quais, sem dúvida, devemos desenvolver laços, especialmente aqueles que se manifestem contra a globalização capitalista.

Em nossa opinião é urgente desenvolver nossas intervenções de maneira mais coordenada com relação às seguintes questões:

a) condenar as guerras e ingerências imperialistas que agem com o pretexto de combater o terrorismo;

b) revelar e discutir como tratar o terrorismo de Estado e as leis repressivas que na essência estão sendo aplicados contra os povos e os movimentos que resistem e lutam contra a nova ordem mundial;

c) apoiar, em particular, a luta por liberdades e direitos democráticos básicos em vários países onde a situação é crítica;

d) reforçar nossa luta contra o estabelecimento de uma lei internacional que seja um reflexo da justiça dos mais poderosos;

e) salvaguardar os princípios não-intervencionistas nos assuntos internos de Estados independentes e soberanos e respeitar a integridade territorial de cada um deles; e

f) salvaguardar o direito dos povos na escolha de sua própria

tendência de forma de governo e autodeterminação do seu futuro.

Devemos fortalecer a oposição à OTAN e às conseqüências da sua política agressiva em nossa região, assim como a cada iniciativa feita para ampliar seu domínio em direção ao Oriente e ao Sudeste do Mediterrâneo. Devemos nos opor à criação de forças para rápida intervenção e de um exército da União Européia. Devemos nos opor à ALCA, ao Plano Colômbia e aos planos dos EUA e da UE para subjugar as economias dos países árabes (Magreb-Masrek).

Devemos tomar iniciativas eficazes para coordenar nossa ação, para desmistificar a "globalização", levando em consideração os novos movimentos que vêm crescendo contra as políticas de governos imperialistas e empresas multinacionais. Devemos intensificar a luta contra as políticas e decisões adotadas pelo G-8, pela organização Mundial do Comércio, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, que expressam a predominância do imperialismo e do capital monopolista e que pretendem atingir os direitos das classes trabalhadoras e dos países e povos que não concordam com seus planos. Devemos desenvolver um movimento amplo para proteger as conquistas das classes trabalhadoras e o direito à saúde, à seguridade social para todos indistintamente, e criar meios de tratar o emprego e o desemprego. Devemos apoiar – e com eles cooperar –, os sindicatos de classe que resistem e lutam contra a ofensiva do capital.

Respeitando a independência de cada partido, O PC da Grécia promove – de maneira imperturbável e persistente – esforços para contribuir com a unidade, a coordenação e a ação conjunta do movimento comunista internacional e de toda a iniciativa que tiver como intenção um movimento militante, amplo, de massa, antiimperialista e antimonopolista, que lute contra a agressividade e a barbárie do imperialismo, confrontando suas políticas e criando pré-requisitos para o desenvolvimento pacífico dos povos, da justiça social e do socialismo.

### **A ofensiva dos EUA pela dominação universal Partido Comunista de Cuba**

Os atentados terroristas de 11 de setembro contra cidades norte-americanas e o posterior desencadear dos acontecimentos nos remeteram a um novo cenário mundial, caracterizado pelo domínio hegemônico dos EUA, nunca antes visto. Esses feitos, condenados de maneira quase unânime pela opinião pública internacional, permitiram à administração do presidente George W. Bush sair do relativo isolamento internacional que o conduziu a uma diplomacia arrogante e à pretensão de impor unilateralmente seus interesses de dominação universal, incluindo seus aliados mais próximos. Mas as vantagens que conseguiram ter com esses dolorosos atos, que fomos os primeiros a condenar, não teriam sido possíveis se antes não tivessem ocorrido dramáticas mudanças com o colapso do socialismo na Europa Oriental e o desaparecimento da URSS.

No final do século XX, a aliança estratégica transatlântica dava sinais de fissura, e os líderes da Europa continuaram seguindo docilmente aos norte-americanos durante a guerra da Iugoslávia e depois, durante as operações em Kosovo. Mas a arrogância ianque tomou decisões com absoluto desprezo pelos

seus sócios e acabou irritando seus aliados europeus da OTAN, instituição que passava por uma séria crise de identidade, como consequência da falta de entendimento quanto ao papel que lhe correspondia desempenhar nas novas condições criadas depois do desaparecimento da URSS.

Os receios dos dirigentes norte-americanos ante a anunciada criação de uma força militar européia de intervenção rápida de 60 mil efetivos exemplificam a deterioração das relações de confiança entre os sócios europeus da OTAN e EUA, com exceção da Grã-Bretanha, único país da UE que, junto aos norte-americanos e australianos, participou do grande mecanismo de espionagem mundial das comunicações, chamado "Echelon", motivo de nova alteração nas relações. Sob a administração Bush, acentuava-se a tendência isolacionista da política exterior norte-americana: sua rejeição ao Protocolo de Kyoto; sua negativa em participar da criação de um Tribunal Internacional de Justiça; a reticência em ratificar uma grande quantidade de instrumentos jurídicos internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Protocolos do Pacto de Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção sobre o Tráfico de Pessoas, sobre o Estatuto dos Refugiados, dos Direitos dos Trabalhadores Emigrantes, a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra; a negativa em unir-se ao tratado de proibição da fabricação e uso de minas antipessoais, a Convenção da Criança e a assinar o Protocolo de Verificação de Armas Biológicas; e outros mais, prejudicaram gravemente o prestígio norte-americano.

A discrepância econômica entre os EUA e a UE foi agravando-se na medida em que a nova administração tentou impor seus pontos de vista a seus sócios e aliados transatlânticos. A lista de conflitos é interminável. Citemos apenas o tema das bananeiras, o uso de certo tipo de aviões, as barreiras extratarifárias, as subvenções à agricultura, a carne tratada com hormônios, os cereais transgênicos, e especialmente a recusa da UE às leis extraterritoriais como as Helms Burton e D'Amato. Atualmente, e sem haver dado satisfação às demandas de seus sócios europeus, os EUA impuseram novas barreiras tarifárias e aprovaram maiores subvenções aos seus produtores agrícolas. Essas contradições ocorrem tendo como pano de fundo a crise do modelo capitalista da globalização neoliberal, que se iniciou em países da periferia, como México, Indonésia, Turquia, Coréia do Sul e Argentina, e onde ficou evidente a incapacidade dos mecanismos do sistema de resolvê-las de maneira estável. Quando ocorreram os atentados de 11 de setembro, a crise havia se transferido ao centro do sistema capitalista e esses feitos a aceleraram e ampliaram seus efeitos negativos.

Por outro lado, como resposta às perversas consequências do domínio das transnacionais e das políticas econômicas e sociais dos governos burgueses, crescia no mundo o movimento popular de rejeição à globalização neoliberal. O que no começo parecia um protesto espontâneo de rua em Seattle, foi se transformando em um amplo movimento com objetivos de luta que foram se definindo como uma crítica ao sistema capitalista. O movimento foi ganhando em organização: Praga, Davos, Montreal e Gênova foram marcos que logo seriam inseridos num projeto de ação acertado no Fórum de Porto Alegre. Esse movimento, surgido à margem do sistema partidário, tem a idéia

da necessidade da mudança econômica, social e política como denominador comum. Na América Latina, concatenava-se um amplo movimento popular de oposição ao projeto neocolonialista da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA). Por outro lado, o avanço das forças progressistas, em vários países da região, abria alentadoras perspectivas para mudanças, ainda que de alcance limitado, que poderiam melhorar as condições de vida das massas populares e opor-se ao modelo neoliberal.

Os EUA conseguiram agrupar uma ampla coligação internacional, convocada sob sua égide para a luta contra o terrorismo e utilizada atualmente para reprimir as forças revolucionárias e progressistas em escala mundial. Sua liderança é, atualmente, indiscutível, da mesma forma que aumenta a oposição popular a suas ações bélicas, mas, até o momento, a maioria dos governos apóia sua política. A desenfreada corrida armamentista desencadeada e sua peça-chave – o projeto de escudo antimíssil – têm o propósito de impor uma superioridade militar esmagadora, que permitiria aos norte-americanos dominar por meio do terror. Todos compreendemos que, nas atuais circunstâncias, esse projeto multimilionário não tem um verdadeiro interesse de defesa nacional e muito menos pode se justificar com o pretendido perigo terrorista.

A angustiante avalanche da propaganda bélica orquestrada pelos grandes meios de comunicação de massas norte-americanos abriu novos espaços às forças reacionárias que já mostravam um ápice de preocupação na Europa. As vitórias eleitorais e os avanços conseguidos pelos partidos neofascistas, às expensas do descrédito dos governos social-democratas que aplicaram no exercício do poder as mesmas receitas neoliberais de seus antecessores conservadores, constitui um grave perigo para as tradições democráticas européias e é um dos sinais mais preocupantes de nosso tempo. Atualmente, a reação internacional foi ganhando espaço e os governos introduziram novas leis repressivas dirigidas contra esse movimento popular de rejeição à globalização neoliberal, com a suposta justificativa da luta contra o terrorismo. Denunciamos esse inaceitável amálgama, que confirma as verdadeiras intenções dessa campanha.

Os acontecimentos de 11 de setembro e a campanha contra os supostos autores dos atos terroristas permitiram à administração Bush justificar a aplicação de uma doutrina que respondesse a seus objetivos hegemônicos imperialistas. Mas, a enfermidade do sistema capitalista mundial não poderá ser curada com o aumento dos gastos militares – se a ilusão de um milênio de crescimento econômico sustentado vier abaixo –, pois o sistema não é viável do ponto de vista econômico, social, ecológico e moral. Nem o problema do terrorismo poderá ser resolvido exclusivamente por meios militares e policiais, sem ir ao fundo das causas que o geraram.

A hipocrisia do governo norte-americano ante o fenômeno terrorista fica claramente demonstrada em sua sistemática oposição a qualquer crítica contra o Estado sionista de Israel – que tem aplicado de maneira rotineira ações terroristas de limpeza étnica nos territórios palestinos que ocupa ilegalmente. Inutilmente tentaram fazer crer que fazem uma distinção entre terroristas e muçulmanos, mas a prática tem demonstrado que houve um pico de chauvinismo, de xenofobia, de intolerância e

de discriminação racial, não apenas em território norte-americano, mas em muitas partes do mundo.

Outro exemplo é a atitude de tolerância, proteção e, em muitas ocasiões, de promoção de ações terroristas contra Cuba, que se organizam em território norte-americano, no estado da Flórida, cujos responsáveis, publicamente confessos, são grupos contra-revolucionários de exilados cubanos.

Recentemente, uma corte judicial da cidade de Miami, centro das atividades terroristas contra Cuba, condenou cinco jovens cubanos que viviam nesse país e dedicam seus esforços para informar a seu país sobre a atividade desses elementos terroristas, para prevenir a repetição de atentados, sabotagem e outros atos criminosos. Agora eles cumprem pesadas penas em cárceres norte-americanos enquanto aqueles que colocaram as bombas em aviões em pleno vôo; incendiaram escolas; atacaram instalações turísticas; e introduziram pragas e enfermidades em nosso país, passeiam livremente pelas ruas de Miami. Que moral pode ter o governo dos EUA para lutar contra o terrorismo protegendo e acobertando em seu território esses delinquentes? Como pode pretender dar lições a outros países, fazendo listas, quando em seu próprio território há inúmeras organizações terroristas de cunho neofascista?

Para o governo norte-americano são terroristas todos os que, de alguma maneira, se opuserem a seus interesses imperialistas. Ele faz parte desse pensamento totalitário, que não aceita discrepância alguma e pretende uniformizar a todos os países à imagem e semelhança de sua própria sociedade infestada de violência, injustiça e desigualdade. A enorme ampliação do aparato militar que está realizando, sob o pretexto da luta contra o terrorismo, destina-se a reprimir as ânsias de liberdade dos povos e a proteger, em escala planetária, seus interesses imperialistas.

A revolução cubana mantém-se fiel a seus princípios de justiça social, igualdade e liberdade e enfrenta os desafios deste novo milênio com a certeza de que o futuro da humanidade não pode ser o capitalismo explorador e depredador do meio-ambiente, que gera a autodestruição.

O único caminho que pode abrir horizontes de infinita felicidade ao gênero humano e preservar o nosso planeta é o comunismo. Uma sociedade em que o homem seja o irmão do homem, onde todos tenham espaço para o desenvolvimento de suas capacidades pessoais, e cujo objetivo principal seja a criação de um novo homem que alcance sua condição humana plena, livre da compulsão, da necessidade física de se vender como uma mercadoria.

Essa utopia é possível e lutar por ela é dever de todo revolucionário. É lutar pelo único porvir possível à humanidade.

### **A administração Bush e o povo norte-americano Partido Comunista dos Estados Unidos**

No rastro do terrível ataque terrorista de 11 de setembro passado e de suas trágicas conseqüências, acreditamos que a grande tarefa das forças de esquerda (operárias, de paz e de justiça) em nosso país – incluindo o PC dos EUA e a Liga da Juventude Comunista – é trabalhar para construir um movimento popular e operário suficientemente amplo e consistente para afastar as

políticas da administração Bush, de guerra, intervenção, austeridade, repressão, racismo e de ataques às forças do trabalho e aos imigrantes. Para converter o governo Bush em direção à democracia, à justiça econômica e social nas relações internas e externas serão necessários os esforços e o trabalho de dezenas de milhões de pessoas.

Os acontecimentos de 11 de setembro chocaram profundamente o povo dos Estados Unidos. Levará algum tempo para que o povo norte-americano consiga reunir forças nessa nova situação. Para muitas pessoas esse processo ainda está em andamento. A administração Bush faz tudo para manter o povo desequilibrado e temeroso com alegações alarmistas constantes, como conspirações bioterroristas, ameaças de bombas e atentados a estabelecimentos públicos, problemas com o suprimento de água e comida.

A ampla coalizão antibélica, e anti-repressiva, que queremos construir já havia sido renunciada mesmo antes dos ataques de 11 de setembro. O fator surpreendente não foi a tendência ao “patriotismo”, ao nacionalismo, mas sim o ponto de compreensão a que chegaram muitas pessoas, inclusive os duramente atingidos na cidade de Nova Iorque, ao declararem publicamente que a guerra não seria uma resposta adequada. Vigílias pela paz e, mais tarde, manifestações contra a guerra no Afeganistão foram realizadas em muitas cidades – algumas reunindo dezenas de milhares de pessoas – ao mesmo tempo em que as pessoas, por todo o país, os vizinhos da ameaça de crimes provocados pelo ódio e o racismo.

Desde então, embora as pesquisas continuem mostrando o apoio a Bush, muitos setores populares estão entrando em ação em vários níveis e abordando inúmeras questões, como o fato de o governo Bush fomentar uma guerra sem fim, jogando cada vez mais o fardo da crise econômica sobre os ombros das classes trabalhadoras e ameaçando gravemente seus direitos e liberdades civis.

A eterna ladainha da administração Bush torna evidente a necessidade de se construir uma ampla coalizão. A guerra dos EUA no Afeganistão matou milhares de civis inocentes e não trouxe paz e nem esperança a esse país massacrado pela guerra. As bases militares norte-americanas agora cercam a China, o Iraque, o Irã e a República Democrática Popular da Coreia – chamados “eixo do mal” –, e o sofrimento interminável vivido por Cuba foi agora incluído na lista de ações consideradas terroristas.

A administração vem aumentando notadamente o perigo da devastação nuclear global através de medidas, como: ter por alvo sete nações, entre elas China e Rússia; combater o tratado antimíssil – o principal dos acordos de armas nucleares –; e acelerar o armamento espacial. As doutrinas nucleares do governo Bush e a assim chamada “guerra contra o terrorismo” forjam as bases da real ameaça de guerra nuclear no Sul da Ásia. O fracasso em apresentar um tratado abrangente para banir os testes nucleares torna claro que a administração Bush deseja reassumilos, desenvolvendo inclusive novos tipos de armas mais adequadas aos conflitos da região asiática. Noutras palavras, o governo Bush procura eliminar as barreiras contra o uso de suas armas nucleares, até mesmo contra políticas não nucleares.

O governo israelense, que com muita habilidade comete continuamente atos de barbárie contra a comunidade palestina,



depende da ajuda militar que recebe de Washington. A administração dos EUA deseja abertamente a substituição do presidente Arafat, mas somente o povo palestino tem o direito de escolher seus líderes. O PC dos EUA condena todas as formas de terrorismo – especialmente o de Estado – e acredita que a coexistência na existência de dois Estados soberanos e viáveis seja essencial para resolver esta crise. Neste sentido, aplaudimos a recente iniciativa da Liga Árabe. A maior parte do povo dos EUA apóia a solução com duas nações soberanas.

No hemisfério ocidental, o Plano Colômbia, primeiramente camuflado em uma guerra ao narcotráfico, agora é abertamente uma perseguição à oposição popular armada. Embora o povo venezuelano tenha se oposto ao golpe perpetrado com a ajuda dos EUA, é preciso que haja uma vigilância constante.

Em sua trajetória para a dominação global, a administração Bush rotula de terrorista aqueles que deseja pressionar e subjugar e então os ameaça com um primeiro ataque.

### *O que há por trás das ações do governo Bush?*

George W. Bush e a administração que ele comanda representam os setores mais reacionários do capital transnacional e especialmente seu setor energético. O próprio Bush, o vice-presidente Cheney, a consultora de segurança nacional Condoleezza Rice, e outros funcionários no topo da administração estão todos diretamente envolvidos com a indústria energética. A região onde a administração concentra sua atenção – que compreende os países do Norte da África, passando pelo Oriente Médio, até o Sudeste Asiático, alcançando a Ásia Central – é rica em recursos petrolíferos.

As políticas belicosas do governo Bush são orientadas também pelo apetite insaciável do complexo militar-industrial por lucros. O orçamento do governo para despesas militares chegará, em 2003, ao valor sem precedentes de US\$ 400 bilhões, com ênfase em armamento novo e ainda mais perigoso, na alimentação do setor corporativo militar, enquanto os programas sociais já devastados ficarão à míngua. Os setores mais vulneráveis da sociedade sofrem as desastrosas conseqüências sociais e econômicas desta política armamentista.

O governo Bush baseia seus ataques aos direitos e liberdades civis – talvez de forma nunca vista na história dos EUA – sobre a premissa de que qualquer pessoa que faz oposição às suas ações e suas políticas está, portanto, ajudando os terroristas. Essa investida faz crescer a preocupação sobre o fascismo em potencial. O aumento da oposição popular a esse tipo de medida repressiva alcança até mesmo o Partido Republicano de Bush.

Os novos procedimentos do procurador público Ashcroft garantem a autoridade dos diretores dos escritórios do FBI para investigarem qualquer pessoa ou local por qualquer razão, dando a eles luz verde para as condenáveis práticas da era McCarthy – provocações, desinformação, conspirações e gente sendo morta em seus locais de trabalho.

O Departamento proposto para a Segurança Nacional incluiria as já enormes agências governamentais como o serviço de imigração, a guarda costeira, o serviço secreto, a alfândega, a agência de gerenciamento federal de emergência, formando

uma enorme e superpoderosa agência.

O “Decreto Patriótico” dos EUA é um dos mais sérios resultados da adoção dessa política antiterrorista porque reforça a lei que permite ouvir telefonemas por meio de ligações clandestinas e monitorar a Internet sem salvaguardar o direito individual e dá carta branca ao serviço de imigração para a detenção de indivíduos sem a cidadania norte-americana. Uma “ofensa terrorista federal” é definida tão amplamente que incluiria manifestações pela paz feitas por organizações diversas, incluindo sindicatos.

Mais de mil imigrantes ainda são mantidos presos e incomunicáveis pelas autoridades desde 11 de setembro, sem acusações reais ou provas de envolvimento em atividades terroristas. Os ataques racistas contra imigrantes estão aumentando consideravelmente, em especial contra os povos originários do Oriente Médio e do Sul da Ásia.

O Decreto de Segurança dos Portos sujeita os trabalhadores portuários a uma triagem que custará o emprego daqueles que tiverem tido no passado alguma acusação criminal (possivelmente não merecida). Milhares de empregados dos setores de triagem de bagagens nos aeroportos por todo o país agora enfrentam o risco de perderem seus empregos por não terem cidadania norte-americana. As funções de inteligência doméstica do FBI e o mandato de inteligência estrangeira da CIA estão cada vez mais se fundindo.

Mesmo alguns republicanos mais conservadores estão se juntando – por suas próprias razões – em grupos em prol da paz, das liberdades civis, do trabalho e em outras organizações que se manifestam contrárias aos ataques de vários setores contra as liberdades civis. O congressista republicano de direita James Sensenbrenner, chefe do Comitê Judiciário da Câmara dos Deputados, declarou no começo deste mês que o Departamento de Justiça “foi muito longe” concedendo ao FBI autoridade para vigilância das comunicações pela Internet e monitoração de bibliotecas, igrejas e organizações políticas.

Revelações de que o governo Bush e o FBI “sabiam de alguma coisa” antes de 11 de setembro também têm promovido manifestos e a preocupação com os novos poderes concedidos às agências de inteligência e estão provocando demandas de uma investigação mais profunda.

O colapso da corporação Enron – cuja chefe foi a maior contribuinte da campanha para a eleição de Bush e uma importante consultora de sua administração – provocou embaraço e controvérsia ao governo e aumentou a consciência anticorporativista dos norte-americanos.

### *Amplas forças tornam-se mais ativas*

Conforme o ano vai passando, a atividade de oposição acelera o passo. Além das manifestações e passeatas, há o lançamento de muitas reuniões e atos públicos, conferências entre professores e alunos sobre assuntos polêmicos, mensagens eletrônicas, cartões postais e campanhas de petições. Os objetivos são variados e vão desde o fim da guerra no Afeganistão, e para evitar novas ações militares dos EUA no exterior, até a eliminação das armas de destruição em massa, a manutenção dos tratados de paz, a sustentação dos direitos dos imigrantes e dos direitos civis e a transferência de fundos de operações militares para as necessidades da população.

A AFL-CIO, que durante décadas apoiou as políticas imperialistas dos EUA, tem criticado ferozmente as políticas econômicas do governo, como a situação emergencial das companhias aéreas e de outras corporações que não ajudam milhões de trabalhadores arruinados por uma reviravolta econômica que se tornou mais cruel após 11 de setembro. Essa política econômica serviu à política bélica da administração Bush. Numa mostra da determinação de lutar pelos direitos dos imigrantes, o movimento sindical lançou uma campanha nacional, que deverá coletar mais de um milhão de assinaturas até setembro próximo, pela legalização dos imigrantes. A AFL-CIO renovou seu compromisso de lutar contra a globalização capitalista e solidificou seus laços com outras organizações comprometidas com a justiça econômica global.

A União dos Trabalhadores Metalúrgicos dos EUA, com apoio total da AFL-CIO, tomou a causa dos sindicalistas colombianos sitiados – milhares dos quais foram mortos por organizações paramilitares nos últimos anos. Ao mesmo tempo, os sindicalistas por todo o país, inclusive uma série de funcionários públicos, começaram a criar organizações do “movimento sindical pela paz e a justiça”, com o intuito principal de fazer chegar ao movimento sindical, e ao público em geral, questões sobre a paz e o não-intervencionismo.

Ao lado disso, a crise entre Palestina e Israel vai se agravando – cresce e encontra ressonância o movimento entre o povo judeu e outros povos por uma paz justa com base nas resoluções da ONU e viável para ambos os lados, tornando-os Estados soberanos.

O principal ato pela paz foi o ocorrido em 20 de abril em Washington e São Francisco contra as políticas administrativas de militarismo, de austeridade econômica e de esvaziamento das liberdades democráticas. Mais de cem mil pessoas saíram às ruas de Washington e cerca de trinta e cinco mil de São Francisco. Iniciada por uma coalizão entre a juventude e os estudantes, da qual a Liga da Juventude Comunista do PC dos EUA tomou parte, a manifestação em Washington acabou conseguindo o apoio de organizações como grupos pela paz e a justiça, por solidariedade, grupos religiosos, organizações palestinas e muçulmanas, ativistas pelas liberdades civis, associação de advogados, sindicatos, organizações juvenis e estudantis entre outros. Juntamente com outras organizações progressistas, o Partido Comunista dos EUA e a Liga Jovem Comunista jogaram um papel importante no trabalho de garantir o foco sobre a mobilização de amplos setores da sociedade.

A participação nos esforços para mudar de maneira significativa as políticas do governo dos Estados Unidos, afastando-o da guerra, da austeridade, da privatização, do racismo e das manobras corporativas intermináveis, terá diferentes respostas sobre várias questões. Pode-se somar a esse sentimento popular anti-bélico, pró-democracia e anticorporativista, algumas corporações que não estão satisfeitas com as políticas correntes. Mas a aposta de dezenas de milhões de pessoas numa mudança econômica significativa com justiça social, liberdades civis e paz vem crescendo diariamente, sobretudo entre os sindicalistas e trabalhadores e seus aliados entre as minorias oprimidas.

Essas lutas têm de ter como base o que milhões de pessoas estão prestes a fazer e que estimulará outros milhões a agir. Por exemplo, manifestações, passeatas, conferências, reuniões em

centros cívicos, delegações para falar com os congressistas, protestos durante apresentações esportivas e artísticas. O PC dos EUA e a Liga da Juventude Comunista estão cada vez mais engajados, com muitas outras organizações, na criação de amplas coalizões de oposição à extrema-direita.

Nos meses futuros, o foco mais importante dos esforços para reverter as políticas do governo Bush, como ações bélicas e políticas de repressão, serão as eleições de novembro. Um terço do Senado e todos os membros da Câmara dos Deputados além de outros cargos estaduais e municipais serão renovados. Esta é uma oportunidade crucial para tirar o Senado das mãos dos republicanos e quebrar a hegemonia da extrema-direita na Câmara. Os resultados das eleições em níveis estaduais e municipais também terão um efeito profundo na política nacional.

O PC dos EUA está confiante que juntos – e lado a lado com os movimentos sindicais, progressistas e democráticos dos quais fazemos parte – nós, os partidos comunistas e operários, jogaremos um papel fundamental para ajudar a construir movimentos populares, vitais para salvar a humanidade da ganância dos EUA e do imperialismo mundial. Para cumprirmos a nossa tarefa, hoje, o ponto-chave é mudar a direção do capitalismo monopolista de Estado que tende à guerra e ao fascismo e alcançar um futuro brilhante e socialista para a humanidade.

## Uma “nova ordem” totalitária

### *Partido Comunista Português*

Tem-se dito muitas vezes que o mundo enfrenta uma nova situação após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001. Essa novidade está na escalada qualitativa da ofensiva global do imperialismo em geral, e em particular do imperialismo dos EUA, procurando impor aos trabalhadores e aos povos do mundo uma “nova ordem” totalitária, sob a hegemonia dos EUA. Mas não são novos nem os objetivos, nem a natureza, e nem as profundas causas dessa ofensiva. Considerando-se a velocidade e a escala das iniciativas empreendidas pela Administração dos EUA nos últimos nove meses, é legítimo dizer que – independentemente da natureza precisa dos acontecimentos de 11 de setembro – os planos e preparativos dessa ofensiva ampliada já existiam antes dessa data. O que os ataques terroristas contra o território dos EUA criaram foi um ambiente psicológico e político apropriado para que tais planos se concretizassem.

A política e os objetivos do imperialismo são globais. São agressivos devido à própria natureza do imperialismo. Da atual ofensiva imperialista, podemos destacar cinco traços fundamentais:

- Uma arrogante afirmação dos interesses específicos do imperialismo dos EUA e do seu papel como superpotência hegemônica;
- uma escalada geral de militarismo, intervencionismo belicista e agressivo;
- uma vasta ofensiva contra os direitos, liberdades e garantias fundamentais;
- a tentativa de esconder as causas intrínsecas da crise econômica e financeira do capitalismo e de forçar os trabalhadores e os povos a suportar as suas consequências; e
- a tentativa de desferir um golpe decisivo no quadro inter-

nacional legal e institucional que emergiu da II Guerra Mundial e foi mais desenvolvido nas décadas seguintes.

Em última análise, o que tornou possível essa ofensiva foi a mudança radical na correlação mundial de forças resultante do colapso da União Soviética e do sistema socialista mundial.

As tentativas de impor pela força a hegemonia mundial do imperialismo dos EUA estão a criar uma crise de proporções globais, causando realinhamentos, como se pode verificar não só nas atuais políticas reacionárias dos governos russo e indiano, mas também na criação e exacerbação de velhas e novas condições, e não menos entre potências imperialistas. É cada vez mais evidente que o que foi inicialmente apresentado como uma “coligação global” para uma “guerra contra o terrorismo” se tornou uma cruzada unilateral pelo poder que está a desestabilizar as relações internacionais, com conseqüências imprevisíveis. A recusa sistemática do imperialismo dos EUA em aceitar qualquer Tratado ou Lei internacional que limite seus poderes ou mesmo o force a negociar (tais como o Tratado ABM, o Protocolo de Kyoto, Conferências e Resoluções da ONU) é acompanhada por uma cada vez mais clara afirmação de poderio militar unilateral: a agressão contra o Afeganistão; as ameaças contra o “Eixo do Mal” e outros países; a Guerra das Estrelas e os planos para a militarização do espaço, a Revisão da Posição Nuclear com a ameaça de uso de – velhas e novas – armas nucleares; os aumentos colossais do orçamento militar dos EUA; o apoio total a Israel para a sua política de terrorismo de Estado; a instalação de bases e tropas norte-americanas em todo o mundo, com particular destaque nas proximidades de potenciais poderosos estados mundiais no futuro – China, Rússia, Índia. As sérias ameaças que tal política coloca à paz no mundo são óbvias. A luta pela paz e contra as guerras imperialistas é hoje a prioridade maior para todas as forças progressistas.

Se for certo que o imperialismo dos EUA é o principal inimigo dos trabalhadores e dos povos do mundo, nem por isso é menos necessária uma forte oposição à atual escalada militarista da União Européia e à sua transformação num bloco militar imperialista. Sem considerar se as classes dominantes na UE querem usar tal força militar para participar – como parceiro júnior e dependente – nos desígnios dos EUA de hegemonia mundial (como aconteceu durante a agressão da OTAN à Iugoslávia) ou conter e enfrentar o imperialismo dos EUA, a militarização da UE não é do interesse dos trabalhadores europeus, dos povos do mundo ou da paz mundial. Esta é uma questão fundamental com a qual, infelizmente, nem todas as forças de esquerda estão de acordo. Mas não é possível combater uma forma de imperialismo (EUA) fortalecendo e armando outra forma de imperialismo (europeu). Como mostra a história do século XX, esse é um passo para a dominação e a guerra.

A chamada “guerra contra o terrorismo” trouxe na sua esteira outro desenvolvimento da máxima gravidade, de que todas as forças progressistas e revolucionárias devem estar plenamente conscientes: os ataques contra as normas e direitos democráticos que se estão a propagar no mundo capitalista. Estamos a assistir a um salto qualitativo no sentido da criminalização dos protestos sociais, da resistência à exploração e

opressão, da própria existência das forças progressistas e revolucionárias. A recente decisão da UE de acrescentar as Farc e a FPLP à sua lista de organizações terroristas; as atitudes cada vez mais insolentes em relação a Cuba, à Autoridade Palestina e ao seu presidente; e os planos em curso para ilegalizar partidos políticos em países europeus, constituem um novo passo muito grave nessa direção – o que ficou também expresso nas alterações gerais à legislação de segurança nos EUA e na UE, na violenta repressão dos protestos antiglobalização e dos sindicatos em Gotemburgo, Gênova, e noutros locais, nas campanhas públicas para “legitimar” a tortura, os assassinatos políticos e outras práticas inaceitáveis. O recente aumento de partidos e políticas fascistas e de extrema-direita na Europa é também parte integrante desse processo. O imperialismo está a preparar os instrumentos e mecanismos para a repressão contra a resistência da classe operária e popular que a sua política inevitavelmente ocasionará.

Em qualquer situação, é importante não perder de vista as questões econômicas, que, em última análise, determinam os acontecimentos políticos. As políticas e ações do grande capital, hoje indiscutivelmente hegemônico em nível mundial, são determinadas pela sua procura de lucros e de poder. Essas são claramente visíveis nos objetivos dos centros mundiais de produção e vias de distribuição de energia. Mas a plena compreensão das políticas e iniciativas imperialistas também exige uma análise e um estudo ininterruptos da atual crise financeira e econômica do capitalismo, das suas causas, natureza e previsível futuro rumo. Também aqui, estamos a falar da crise que começou antes de 11 de setembro e mais uma vez acerca da sua utilização como pretexto para aumentar a exploração das massas através do mundo; para destruir os direitos e conquistas dos trabalhadores; para forçar, através de mais subsídios públicos em benefício de (militares ou outros) setores capitalistas; para impor novas normas de “emergência”, quer nacional quer internacionalmente, que servirão aos interesses do grande capital; mas também para redistribuir ou redefinir o domínio relativo de cada setor e centro nacional do grande capital. A “globalização” imperialista é um processo agressivo, uma verdadeira guerra econômica e social contra os trabalhadores e os povos do mundo.

Mas é necessário reconhecer que a resistência popular e a atividade das forças comunistas, da classe operária e de esquerda, não correspondem aos perigos reais desta muito grave situação. A correlação mundial de forças é ainda desfavorável. O movimento comunista e revolucionário, e as forças antiimperialistas no seu todo, ainda não ultrapassaram a sua crise. A classe operária e o movimento sindical estão ainda, em larga medida, sob a influência da social-democracia que está crescentemente subordinada ao grande capital. Tudo isso exige os maiores esforços dos comunistas e de outras forças progressistas e amantes da paz, para alargar e fortalecer o movimento internacional de resistência que a atual situação exige. Temos elementos incomparáveis à nossa disposição nessa enorme tarefa que temos à nossa frente: o conhecimento teórico baseado no marxismo-leninismo; os ensinamentos teóricos e práticos – das vitórias e derrotas – resultantes de décadas de experiência dos comunistas, da classe operária



e dos movimentos revolucionários, a nossa influência e prestígio históricos e atuais entre largos setores dos trabalhadores. Com confiança nas nossas forças, nos nossos ideais e nas massas, existe a possibilidade real de construir uma alternativa democrática e progressista aos ventos atuais da reação sem freio. Em tempos de crise os acontecimentos desenvolvem-se em ritmo imprevisível. É nosso dever comum estarmos preparados para o futuro.

### De onde vêm as raízes do terrorismo contemporâneo?

#### *PC da Boêmia & Morávia (República Tcheca)*

A luta travada atualmente contra o “terrorismo” não combate suas causas, mas as conseqüências de acontecimentos internacionais imprudentes. Uma vez que os ataques de 11 de setembro tinham como alvo os EUA, é indispensável colocar a seguinte questão: quem odeia os Estados Unidos a ponto de – e por qual motivo –, perpetrar uma ação para tirar a vida de milhares de (inocentes) pessoas, inclusive a sua própria? Ou quem odeia tão fortemente a política superpoderosa dos EUA? Por quê?

Tenho a certeza de que essas perguntas têm apenas uma abordagem possível. Como evitar que esses terríveis atos, e o terrorismo em geral, voltem a acontecer no futuro? Ninguém mata apenas a seu bel prazer, ainda mais perdendo a própria vida.

O mundo capitalista preparou o terreno para a emergência de ataques terroristas desde o final da II Guerra Mundial. Ninguém pode acreditar que o povo japonês tenha esquecido os horrores de Hiroshima e Nagasaki. O apocalipse nuclear de agosto de 1945 foi ainda pior do que os ataques ao World Trade Center. Pode-se argumentar que em 1945 “havia uma guerra” mas, de qualquer maneira, os mais altos representantes dos EUA declararam que os ataques ao WTC foram um ato de guerra.

Teria sido interessante acompanhar as sensações de dezenas de milhões de habitantes do Vietnã, do Camboja ou do Laos ao assistirem a tragédia do WTC. Milhões deles morreram, ficaram mutilados ou feridos como conseqüência do colonialismo francês e, em seguida, da intervenção militar sangrenta dos EUA, responsável também pela destruição, ou o irreparável dano, da natureza local.

As guerras para libertação nacional contra os poderes coloniais em todos os continentes produziram outras dezenas de milhões de vítimas. As nações conquistaram sua independência política à custa de muitas perdas e ainda assim não encontraram seu lugar ao sol. Ainda hoje, no século XXI, cerca de 60 milhões de pessoas morrem de fome a cada ano. A grande maioria da humanidade sofre o analfabetismo, as epidemias e outras enfermidades. A miséria e o sofrimento procuram, insistentemente, o equilíbrio social mundial. O ódio cresce a partir da miséria, da privação, da frustração, do desespero e da incapacidade de mudar o próprio destino – e, infelizmente, também cresce a sede de vingança. À luz das ações terroristas, o mundo transforma-se numa selva da qual se procura desesperadamente uma forma de escapar. Mas, quem é o responsável pelo fato de o mundo tornar-se uma selva? Vamos pensar em Chile, Guatemala, Granada, Nicarágua e Panamá, tão somente como exemplos das intervenções dos EUA em que foi negligenciada a lei internacional e a ONU deixada sem ação. Atualmente, sob a administração Bush, a política dos EUA

é muito mais perigosa, provocativa e interesseira.

Outro exemplo é a sina desafortunada e trágica do povo palestino. O governo israelense trapaceou com os palestinos e a opinião mundial durante décadas com falsas promessas de que devolveriam as terras que tomaram pela força militar. Um sentimento de privação nacional e subjugação social dá coragem a adolescentes palestinos para jogarem pedras contra a ocupação, que é feita com tanques, aviões, helicópteros e extrema desonestidade. Eles são mortos às dezenas e a tragédia vai ceifando suas vítimas. A Intifada gerou ações individuais de terror pelas quais os jovens palestinos enfrentam o estado de terror perpetrado por Israel. Outro exemplo: em março de 1999 exércitos da OTAN atacaram a Iugoslávia – um Estado soberano e membro da ONU –, sob o pretexto de “proteger os albaneses de Kosovo”. A OTAN os “puniu”, bombardeando todos os pontos importantes da economia nacional e da infra-estrutura do país, incluindo transmissores de televisão e embaixadas estrangeiras. Atacaram covardemente tentando acima de tudo evitar suas próprias perdas. Milhares de pessoas morreram, incluindo todos os passageiros de um trem repleto de civis. Toda a estrutura da lei internacional existente foi posta de lado, o conselho de segurança da ONU ficou paralisado, sem falar do organismo mais representativo da comunidade internacional – a Assembléia Geral da ONU.

Os EUA, sem apresentar provas reais, atacaram o Afeganistão procurando os autores do atentado ao WTC. Foi o povo afegão, não o talibã, que sofreu com os bombardeios. Uma amarga ironia e uma tragédia norte-americana: o Talibã e Osama bin Laden são produtos do serviço secreto norte-americano que organizou a resistência contra a presença militar soviética no Afeganistão. Os interesses da superpotência criaram uma criatura que se voltou contra o criador. Estão sendo preparadas novas guerras contra o Iraque, o Irã, a Coreia do Norte e, eventualmente, Cuba, Líbia, Iêmen e outros. Com a agressividade crescente de sua administração, Bush negligencia os interesses globais e reforça os interesses norte-americanos apenas, declarando guerra contra toda a raça humana.

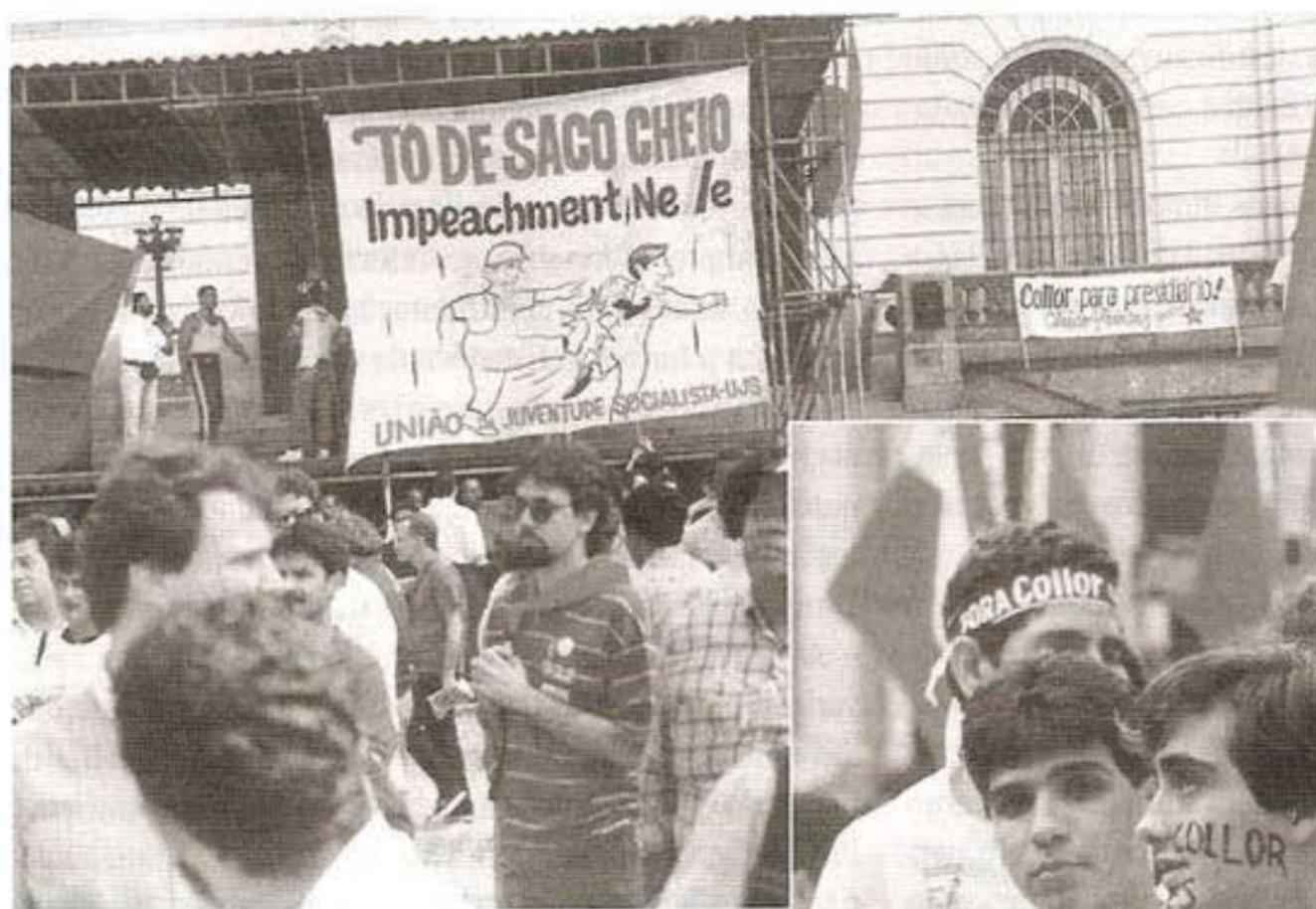
Um a batalha decisiva contra o terrorismo não pode ser levada à frente e vencida por guerras e com armas, entre estas últimas encontram-se aquelas com capacidade de varrer a raça humana deste planeta. É absolutamente necessário fazer a humanidade retornar aos seus trilhos, seus caminhos normais e recusar a dominação dos EUA sobre o restante do mundo e fazer esse domínio voltar à lei internacional representada pela ONU. Ao mesmo tempo, no entanto, é indispensável colocar o homem à frente de todos os esforços, com seus problemas e interesses cotidianos e com o direito de acatar a Declaração Geral dos Direitos Humanos. Jamais haverá paz no mundo se não for criada uma justiça mundial e se as imensas diferenças de vida dos grupos sociais individualmente, dos países e dos povos não forem liquidadas. Os esforços para petrificar o “status” global atual representam a certeza de que o terrorismo não será eliminado.

Para finalizar minha contribuição, me permitam citar Albert Einstein: “Não sei quais armas serão usadas na terceira guerra mundial, mas posso afirmar como será a quarta: com paus e pedras”. Nestes dias, é nossa tarefa imperativa barrar o caminho do Armageddon norte-americano.

# Dez anos do impeachment de Collor

Rodrigo de Carvalho

*A afirmação feita por parte das elites no Brasil, via meios de comunicação, para diminuir o valor das manifestações populares, é que houvera uma manifestação espontânea, apenas com o anseio por um país ético e sem corrupção; tratava-se de dar continuidade ao conteúdo de seu programa neoliberal*



A juventude brasileira na rua: Fora Collor!



Em 1992 o Brasil viveu um momento histórico dos mais importantes. A inflação e o desemprego continuavam altos, novos produtos importados como relógio Rolex, brinquedos eletrônicos, computadores que substituíam aos poucos as máquinas de escrever elétricas da IBM, carros japoneses e norte-americanos invadiam o mercado como uma novidade possível (para

AO NOS aproximarmos de uma década do impeachment de Fernando Collor nos postamos a analisar quais as consequências do impedimento momentâneo da aplicação do neoliberalismo no Brasil. Hoje nos deparamos com a construção de um argumento e a sua generalização na sociedade: que o impedimento de Collor deveu-se à ação da mídia como instrumento das próprias elites para substituí-lo. O senso comum é que o impeachment de nada serviu, pois o país continuou na mesma situação social. Há uma despoliticização desse fenômeno com justificativas éticas como único elemento fundamental da inédita cassação do mandato presidencial.

Este texto sugere três elementos fundamentais para o melhor entendimento desse fenômeno: a divisão das elites, a ação dos meios de comunicação (em especial a imprensa escrita como formadora dos argumentos para a substituição de Collor) e o movimento das massas da forma espontânea para uma direção consciente de entidades, partidos, e personalidades (não sem contradições) envolvidas na luta política.

### **Fim de uma aventura ou um processo consciente mal-sucedido?**

O fenômeno Collor constituiu-se a partir da ausência de unidade para um projeto político das elites brasileiras. Na década de 80, com o fim da ditadura militar e o governo Sarney, configurou-se uma lacuna nos rumos que o país deveria tomar e quem seria seu representante no processo sucessório.

O modelo estadista-desenvolvimentista criado a partir de 1930, mas com a particularidade do regime militar, dava sinais claros de esgotamento. Os empresários brasileiros

alguns). O mundo viu, perplexo, a chacina de 111 presos no Carandiru. Neste ano morreu Ulisses Guimarães, um dos maiores democratas do Brasil e ressuscitou Paulo Maluf – velha raposa política –, eleito prefeito de São Paulo. Na TV, as novelas e os seriados, com destaque para *Anos Rebeldes*. Em 1992 houve muitas passeatas contra o presidente da República.

ansiavam por uma nova via de desenvolvimento econômico com a re-inserção do país no mercado internacional numa tendência de abertura dos mercados. Eles reivindicavam, ainda, o fim da intervenção estatal no mercado interno, uma política financeira estável, uma moeda forte e a readequação nos direitos políticos e sociais por meio da abertura democrática e a modificação dos direitos trabalhistas.

“No decorrer dos anos 80, paralelamente à percepção da gravidade e profundidade da crise, observou-se a tomada de consciência do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Sob o impacto desse processo de conscientização, o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças. Esta compreenderia não só reformas econômicas, como também uma ampla reestruturação político-institucional, da qual a reforma do Estado seria um componente central.

É nesse contexto que o neoliberalismo assume a primazia, sendo apontado como a matriz ideológica mais adequada para conduzir as forças modernizantes e impulsionar a dinâmica social na direção de uma nova ordem.” (Eli Diniz, 1989, p. 27) <sup>(1)</sup>

A eleição de 1989 teve como componente principal a pulverização das candidaturas numa demonstração de divisão das elites brasileiras e dos setores populares. A vitória de Fernando Collor foi consolidada por três motivos principais. Primeiro pela rápida viabilidade de sua candidatura, adquirindo um sólido apoio das camadas mais pobres da sociedade e mantendo-se sustentada pelo que ele mesmo denominou de descamisados e pés-descalços. Segundo, porque parte das elites depositou nele suas esperanças, logo vista sua viabilidade, ampliando sua sustentação política com o PFL

e parte do PMDB (partidos de forte influência regional que tinham candidatos próprios, mas que foram abandonados) migrando para a candidatura mais forte de Collor. Terceiro, pela polaridade – direita versus esquerda –, definida no segundo turno em que as elites não tinham outra alternativa a não depositar todas suas apostas nesta saída política.

O governo Collor cumpriu, em conteúdo, seu programa de governo “Brasil Novo”, sob a égide da modernização e de acordo com os anseios das elites brasileiras. Sob o comando de Collor foram criados o Programa Nacional de Desestatização que privatizou todo setor siderúrgico como a Usiminas, Siderúrgica de Tubarão, Aços Piratini, Mafersa e preparou a privatização da CSN, que foi executada no governo Itamar Franco. As medidas impopulares para conter a hiperinflação com a redução da circulação da moeda e do consumo a partir do confisco das cadernetas de poupança e das contas correntes, o fiasco da reforma administrativa e, principalmente, o agravamento da crise social, desgastou o governo e retirou sua base de sustentação. A inflação no governo Collor ultrapassou a casa dos dois dígitos, o PIB chegou a cair 4,6% e o salário mínimo desvalorizou de US\$ 100,00 no governo Sarney para US\$ 60,00, além de outros levantamentos como o da Associação Brasileira de Supermercados que constatava a diminuição de 15% do consumo de produtos básicos como arroz, feijão e óleo de soja. O Serasa verificou que 3.346 empresas pediram falência e outras 2.017 pediram concordata durante o governo Collor.<sup>(2)</sup>

Em 1992, uma série de denúncias de corrupção no governo foi o estopim de um grande movimento cívico nacional que envolveu uma ampla batalha política no Congresso Nacional, na justiça e nas ruas. Em 29 de dezembro de 1992 acabava a primeira tentativa da aplicação do neoliberalismo depois de desastrosos 930 dias de governo Collor.

Nas poucas análises do resultado deste governo, alguns intelectuais de pensamento liberal, como Oliveiros S. Ferreira e Roberto Campos, logo socorreram o ideário que estava em jogo e difundiram a idéia que o liberalismo não havia sido derrotado porque simplesmente não se poderia considerar o governo Collor como liberal e sim um amálgama de idéias modernas em seu programa e um arremedo da condução populista-desenvolvimentista já conhecida e aplicada em governos anteriores.

“A discussão sobre o liberalismo no Brasil em boa medida se perverteu em decorrência do emocionalismo que marcou todo processo político-social, que acabou desaguando no impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Até então, a discussão era relativamente fácil, embora não fosse sem custo assumir a posição de ‘liberal’. Depois do impeachment – e, antes dele, feita em

má hora e erroneamente, a associação do programa econômico da ministra Zélia Cardoso de Mello ao liberalismo –, a simples discussão é marcada por um viés que impede se vejam as questões com clareza (...)

“Se me perguntarem se existe liberalismo no Brasil, responderei que existem alguns que se consideram liberais, liberalismo não existe, porque nunca existiu. Houve liberais, uns com maior relevo na cena política outros menos importantes. Enquanto movimento de idéias e práticas políticas, no entanto, o liberalismo nunca chegou a se estruturar (portanto existir), em boa medida porque a realidade social militava e continua militando contra ele, seja no terreno das idéias, seja nas práticas sociais, políticas e econômicas” (Oliveiros S. Ferreira, 1993).<sup>(3)</sup>

Estas análises certamente não estão à parte das circunstâncias políticas. Os liberais trataram de se desvincular do fracasso Collor, atribuindo para a ordem das avaliações políticas, a derrota como mais uma etapa da superação da velha estrutura, herança getulista do populismo-desenvolvimentista, da qual o país não conseguia se separar.

As elites desconsideravam os graves problemas sociais sofridos pelo povo e a incapacidade do programa de governo na condução do país em solucionar os problemas insolúveis do capitalismo.

### Argumento das elites a favor do impeachment

O papel da imprensa e dos veículos de comunicação foi importante para os desdobramentos do impeachment, a televisão foi um grande elemento de estímulo para o sentimento de indignação, mas a imprensa escrita foi a principal fonte de denúncias contra o governo Collor, em especial as revistas *Veja* e *IstoÉ*, que desdobraram informações fundamentais sobre o esquema PC, e os diversos jornais que deram ampla cobertura e matérias também contundentes contra Fernando Collor. Mas, o que mais pode chamar a atenção são os argumentos da imprensa escrita para os desdobramentos da grave crise política daquele momento.

Em destaque os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Num estudo realizado por este autor, foram identificadas, nos editoriais desses dois jornais, do período de junho a dezembro de 1992, uma série de diferenças na abordagem e solução da crise e uma convergência comum que parece refletir o principal argumento das elites: o apoio e a preocupação da manutenção do projeto político e programático que Collor representava desenhado como o principal passo para a “modernidade” e as transformações do mundo e a inviabilidade da continuidade do governo pela incapacidade administrativa e política do presidente.

No desfecho da votação que suspendeu Collor da pre-

sidência, ainda em 29 de setembro de 1992, os editoriais desses jornais foram enfáticos em cobrar de Itamar Franco o compromisso da manutenção do programa econômico que o elegeu na chapa de Collor.

A *Folha* publicou o editorial “A lição do impeachment” em que assinala: “Afastado Fernando Collor, assume o vice-presidente Itamar Franco, no estrito cumprimento da Constituição de 1988. Chega à Presidência por obra de uma reviravolta da história, mas nem por isso com menos autoridade (...). Itamar Franco terá em princípio seis meses de interinidade – e quase certamente outros dois anos – para enfrentar uma das piores crises econômicas que o país já atravessou, caracterizada pela combinação perversa de uma recessão profunda com uma inflação em nível insuportável. O combate a esses males não poderá ser feito em prejuízo do programa de abertura e modernização da economia, hoje um consenso na opinião pública; cumpre agora pô-lo em prática, no contexto de uma profunda reforma de Estado.” (*FSP, Caderno Principal*, p. 2, 30/9/92)

O *Estadão* publicou o editorial “Sentido de uma votação”, na mesma linha política: “Da perspectiva da dita modernidade, o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou à nação em 1989 ainda é válido (...). Ser moderno significa, de fato, aceitar responsabilidades, saber discernir entre o bom e o mau, para não dizer entre o Bem e o Mal (...). O povo não errou: foi traído pela cobiça de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos, pelo silêncio dos que não tiveram coragem, desde o início, de dizer ‘não’! ao que era manifestamente mau.” (*OESP, Caderno Principal*, p. 3, 30/9/1992)

A saída para a idéia da substituição do presidente sem alterar o programa foi construir um discurso centrado na ética e na mudança dos políticos e da legislação eleitoral (a culpada pela vitória de Collor segundo esta linha de pensamento) e na incompatibilidade com a corrupção no país, de forte e justo apelo popular, gerando uma crise política de ingovernabilidade e ilegitimidade. Não assumindo, portanto, que o elemento principal da insatisfação popular foi justamente o modelo econômico incapaz de resolver os problemas sociais, ausentes em todos os editoriais pesquisados.

### O povo foi “massa de manobra” no processo de impeachment?

Para verificar a terceira parte fundamental no processo de impeachment, a ação das massas, é importante demonstrar quais elementos estão colocados para o desdobramento da participação popular e a formação da opinião de “massa de manobra”.

A primeira afirmação feita por parte das elites no Brasil, via meios de comunicação, para diminuir o valor das mani-

festações populares é que houve uma manifestação espontânea, com o anseio por um país ético e sem corrupção.

A idéia do “Fora Collor” havia surgido no PCdoB, foi abraçada pela UJS e defendida nas entidades estudantis durante o Conselho Nacional de Entidade de Base – Coneb, da UNE, realizado em São Paulo, em dezembro de 1991. Em maio de 1992, no 42º Congresso da UNE, em Niterói, a proposta foi aceita pelos estudantes como ponto principal daquele congresso. Esta proposta certamente não era a opinião imediata da maioria dos estudantes brasileiros e é correto afirmar que a decisão do movimento por si não teria sido suficiente para mobilizar milhares de estudantes que participaram das manifestações. O elemento espontâneo foi o primeiro a despontar nas amplas massas, mas a ação das entidades, como a UNE, e dos partidos de oposição foi fundamental para a condução do processo de impeachment.

O movimento pela ética na política foi o elemento de amplitude que os movimentos sociais encontraram para conseguir envolver e ganhar o apoio de praticamente todos os setores da sociedade. A esse movimento se incorporaram os estudantes sob direção da UNE e Ubes; os trabalhadores por meio da CUT e da CGT; empresários através do PNBE e a Cives; todos os setores religiosos (em especial a CNBB); outras categorias, como a ABI e OAB; além de intelectuais, artistas, esportistas; uma forte participação dos partidos de esquerda e de centro; e, na reta final até os conservadores e parte da base de apoio do presidente. Esse movimento foi fundamental para que Collor ficasse isolado no cenário político e a oposição conseguisse as vitórias expressivas na CPI e fora dela.

Novamente na *Folha*, em seu caderno “Mais”, publicado dia 6 de setembro de 1992, dedicado à análise do movimento juvenil nos anos 90, foi desenvolvida a opinião do caráter espontâneo, desideologizado e despartidarizado do movimento. No artigo “Banda de música sem revolução” o colunista Marcos Augusto Gonçalves argumentou: “Fernando Collor de Mello pode não ter conseguido criar o Brasil moderno. Mas conseguiu inaugurar o Brasil pós-moderno. O governante da geração ‘Fórmula 1’ introduziu mais um termo na já problemática dualidade que atormentou sociólogos e explicadores do país: agora nos defrontamos com a tríade arcaico-moderno-pós-moderno. (...). Pós-Muro e pós-Divã, a agitação dos novos rebeldes é alheia a qualquer Utopia organizada – característica fundamental do moderno. É um movimento sem Programa (ele é o seu próprio programa), que não se guia pela idéia de futuro da era da revolução e não se filia a sistemas totalizantes de qualquer tipo, do marxismo à psicanálise (muitos passearam

com as mães pelas ruas, o que faria corar qualquer 'enragé' de Maio. Ressuscitaram a família e foram à passeata). Há mais integração que apocalipse: o que emerge é uma espécie de indignação ética em estado adolescente, uma reivindicação de ordem moral, num país em que a imoralidade da organização social é por si só evidente e insuportável para que os ocupantes do poder venham acrescentar à tragédia ainda mais cinismo e desonestidade.(...)"

Esse tipo de argumento é um dos mais fortes para caracterizar a opinião de que o movimento em torno do impeachment foi um fenômeno isolado, próprio das injunções de seu tempo porque quem se rebelou não tinha identidade, não tinha condução e não queria mudar o sistema, mas demonstrar que era necessário que ele melhorasse. Suas lideranças eram fracas e defendiam suas posições pelas circunstâncias. A democracia brasileira, nova e experimental, estava em sua fase de amadurecimento, cabiam instrumentos de correção como aquele dos "carapintadas", mas era um movimento em si mesmo, sem as conseqüências necessárias para as mudanças profundas.

Em contraponto a esse pensamento, o artigo de Rogério Lustosa na revista *Princípios*, foi importante: "A espontaneidade não é capaz de gerar a ação coletiva. A não ser explosões sociais ou movimentos fortuitos, de alcance localizado. Isso não invalida que mobilizações com orientação definida que correspondam aos anseios de amplas camadas sociais, recebam adesão espontânea de enormes contingentes. É que, com isso, multipliquem seu potencial. Os fenômenos de massas sempre representam uma articulação dialética entre o consciente e o espontâneo. As jornadas pelo impeachment de Collor sensibilizaram milhões de pessoas, com papel destacado para os jovens. Grande parte dessa maré humana tinha, certamente, uma compreensão inicial da luta política em curso. Nesse sentido pode-se falar em adesão espontânea. (...) Sem a formação de correntes de pensamento, as forças sociais não teriam referências duradouras e consistentes, tenderiam a oscilar de acordo com a conjuntura, e a alterar seu comportamento em função dos acontecimentos diários, impotentes para perseguir objetivos em profundidade e em longo prazo. Sem a estruturação da consciência social não se poderia falar em maiorias ou minorias e muito menos em democracia." 4

### A desconstrução de um discurso

A eleição de Fernando Collor de Mello era uma "vitória de Pirro" das elites brasileiras que não o consideravam capaz de implantar com eficiência um programa econômico e político para esta nova fase. Não tinham outro caminho, o resultado eleitoral derrubou todos os "qua-

dros" políticos de confiança das elites e a saída era essa, se não o Brasil seria governado por um operário, de esquerda, contrariando todas as possibilidades que havia para a tal "modernidade" que pregavam. O "movimento espontâneo" que termina em si, que foi importante para demonstrar o caráter cívico dos brasileiros e a defesa da ética contribuiu para a idéia de um resultado sem mudanças de fundo. Segundo este pensamento não foi o modelo neoliberal o responsável pela crise que o país viveu, foram os políticos de má fé que não honraram seus votos.

Após a experiência de Collor, as elites brasileiras se rearticularam e tomaram uma lição: o projeto político que defendiam precisava ter a face do "novo" mas não a do aventureiro. A unidade das elites foi fundamental para vencer novamente a candidatura das esquerdas. A construção dessa unidade teve início em São Paulo, com a sustentação ideológica dos intelectuais liberais do principal centro financeiro do país. Para representar esta nova aliança nada melhor que um intelectual de passagem pela esquerda, mas comprometido com aquele núcleo de pensamento. O próximo passo foi articular o apoio das elites tradicionais regionais, concentradas principalmente no partido PFL.

A vitória de FHC e a continuidade da implantação do neoliberalismo podem ser consideradas também como elemento para o argumento de que nada havia mudado com o impeachment.

Neste esforço de apontar os problemas que rondam as interpretações históricas e sociais, vale recordar a frase de Marx onde diz que a História se repete: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Na observação dos programas "Brasil Novo" de Collor e "Avança Brasil" de FHC verifica-se que os mesmos podem ter diferenças de forma, mas não de conteúdo.

O povo brasileiro já derrotou Collor, a tarefa histórica desta vez é derrotar FHC e a continuidade do neoliberalismo representada pela candidatura Serra. 

---

Rodrigo de Carvalho é sociólogo e membro do Comitê Estadual do PCdoB/SP. Este texto é uma síntese do trabalho "O Pós-Impeachment – Análise das Conseqüências do Impedimento de Fernando Collor", do mesmo autor.

#### Notas

(1) Eli Diniz, "Crise e Reforma do Estado e Governabilidade – Brasil 1985-1995", editora FGV.

(2) *Jornal do Brasil*, editorial "A ascensão e a queda de Indiana Jones", 30 de setembro de 1992; *Folha de S. Paulo*, matéria "Collor levou à falência 3.346 empresas", caderno "Brasil", 5 de outubro de 1992.

(3) Oliveiros S. Ferreira, "Do Liberalismo no Brasil". In: *Revista da USP* nº 17, p. 5, editora Edusp, março de 1993.

(4) Rogério Lustosa, "Partidos e democracia para o século XXI". In: *Revista Princípios* nº 27, p. 11, editora Anita Garibaldi, novembro de 1992.

# O derradeiro vôo da avezinha de Assaré

Joan Edessom de Oliveira

*Patativa do Assaré é a expressão maior de uma rica cultura – forjada num amálgama de outras culturas; ele sempre esteve comprometido com o seu povo e seu tempo*



Passava um pouco das dezenove horas do dia 8 de julho de 2002. Acabara de entrar na sala de aula quando a voz amiga da professora Izolda Cela, por telefone, avisou-me: Patativa do As-

saré morreu agora há pouco. Naquele momento, desabou sobre mim uma certeza: estamos mais pobres, acabamos de perder um dos gigantes da poesia brasileira em todos os tempos.

TALVEZ AGORA, como costuma acontecer, nos seja revelada enfim a verdadeira dimensão deste homem e de sua obra, a verdadeira grandeza deste agricultor semi-analfabeto que construiu uma poesia capaz de colocá-lo, em pé de igualdade, ao lado dos maiores nomes da nossa literatura.

Patativa nasceu Antônio Gonçalves da Silva, agricultor, filho, neto e bisneto de agricultores, numa esturricada Serra de Santana do sertão de Assaré, cidadezinha perdida nos cafundós do judas do Ceará. Viveu por noventa e três anos – desde o 5 de março de 1909, quando nasceu; e até depois dos setenta anos lavrou a terra, tirando dela o seu sustento. Nasceu, viveu e morreu pobre, como os agricultores nordestinos cantados por ele em seus versos.

Mas esse agricultor, que teve seus dias de repentista de feira, de cantor de viola, vagando pelos sertões do Ceará para fazer suas cantorias de pé de parede, virou doutor. É doutor importante, *Doutor Honoris Causa*, título concedido pela Universidade Federal do Ceará, pela Universidade Estadual do Ceará e pela Universidade Regional do Cariri. Poeta estudado pela famosa Universidade de Sorbonne, na França. Entre as cantorias de viola e o reconhecimento da Academia, entretanto, um longo caminho percorrido.

O menino Antônio Gonçalves da Silva, que virou “Sinhozinho” para a família e transformou-se em Patativa para o mundo, perdeu a visão de um

dos olhos ainda criança. Segundo o próprio poeta, “perdi a vista direita, no período da dentição, em consequência da moléstia vulgarmente conhecida por Dor-d’olhos”.

Se Patativa perdeu um olho, isso não diminuiu em nada a sua sensibilidade poética e o seu humor. Pelo contrário, brincava sempre com a tragédia que o acometera ainda na infância, tragédia à qual se juntaria aos oito anos a perda do pai.

*Nasci dentro da pobreza  
Sinto um prazer com isto  
Por ver que fui com certeza  
Colega de Jesus Cristo  
Perdi meu olho direito  
Ficando mesmo imperfeito  
Sem ver os velhos clarões,*

*Mas logo me conformei  
Por saber que assim fiquei  
Parecido com Camões.*

Patativa começou, como já dito, como violeiro, aos dezesseis anos de idade, e por um bom tempo assim permaneceu. Foi como violeiro que ganhou o apelido que iria acompanhá-lo pelo resto de sua vida. Aos vinte anos, em viagem ao estado do Pará, o escritor cearense José Carvalho de Brito, ao vê-lo cantar, batizou-o de Patativa. O próprio poeta explicava que o “do Assaré” veio depois, para diferenciá-lo de outras patativas que estavam surgindo. Nem seria necessário, já que o poeta tornou-se único, inigualável. Cantando e recitando na Rádio Araripe, no Crato, o poeta foi ouvido por José Arraes de Alencar, que se propôs a buscar a edição do primeiro livro, ditado por Patativa e datilografado pelo bancário Moacir Mota, filho de Leonardo Mota, o velho Leota que tão profundamente conhecia e defendia a cultura nordestina. Assim saiu o livro *Inspiração Nordestina*, em 1956, pela Borsoi Editora, do Rio de Janeiro.

Patativa teve sua voz amplificada pela música, no dizer do professor Gilmar de Carvalho, cuidadoso pesquisador e estudioso da obra do poeta. Especialmente por Luiz Gonzaga, com a gravação de “Triste Partida”, verdadeiro canto épico contando a saga do migrante nordestino em busca da felicidade nas terras do sul. Aliás, a vida do agricultor nordestino, sua miséria, a opressão a que é submetido e suas dores, mas também suas lutas e suas esperanças, formam o componente central da poesia de Patativa do Assaré.

Há algumas discussões sobre Patativa e sua obra que tentam enquadrá-lo em certos esquemas mais ou menos dogmáticos. A primeira dessas discussões é sobre a característica popular de sua poesia. É claro que Patativa era um

poeta popular! Mas popular no sentido de que era um poeta do povo, falando a voz do povo para esse mesmo povo. Ele foi a própria manifestação oral da cultura desse povo; foi, em muitos sentidos, a voz da consciência coletiva dos sertanejos oprimidos, inconformados e rebelados contra a miséria secular e a opressão do latifúndio. Jamais, entretanto, se poderia cunhá-lo com o termo popular para tentar reduzir a sua poesia, em falsa oposição à literatura chamada de erudita. Patativa foi um clássico da poesia, e como clássico está acima dos termos erudito ou popular. Deixemos que ele mesmo fale, que ele mesmo explique como se sentia:

Eu conheço a versificação com todas as suas tônicas, as suas sílabas predominantes, com a medida certa, eu versejo é com a medida certa, tal qual a medida de soneto de Guimarães Passos, de um Olavo Bilac, etc... Mas, no entanto, esses poemas, que iriam nascer em forma literária, como tem muitos aí no meu livro, são só para mostrar a muitos ignorantes que falam por aí que eu só sei fazer poesia matuta, pensando eles que a poesia matuta é fácil de fazer. É muito mais difícil que a poesia em forma literária. Até tenho um soneto, ouça bem esse aqui, este soneto “O Peixe”. Esse soneto é decassílabo, obedecendo à tônica, a sua sílaba predominante, como qualquer um soneto de Guimarães Passos ou de qualquer outro poeta clássico daquele passado, viu?

*Tendo por berço o lago cristalino,  
Folga o peixe, a nadar todo  
[inocente,  
Medo ou receio do porvir não  
[sente,  
Pois vive incauto do fatal destino.*

*Se na ponta de um fio longo e fino  
A isca avista, ferra-a incons-ciente,  
Ficando o pobre peixe, de repente,  
Preso ao anzol do pescador ladino.*

*O camponês também do nosso  
[Estado  
Ante a campanha eleitoral, coitado,  
Daquele peixe tem a mesma sorte.*

*Antes do pleito, festa, riso e gosto,  
Depois do pleito, imposto e mais  
[imposto,  
Pobre matuto do sertão do norte.*

Depois dessa fala do próprio poeta, em entrevista concedida ao cineasta Rosemberg Cariry, fica difícil para os “classificadores” tentarem enquadrar a poesia de Patativa do Assaré em popular ou erudita. Se não for argumentação suficiente, que ouçam novamente o poeta:

“Ao mesmo tempo eu faço esta poesiazinha aqui, já diferente: Nesta vida aperreada/ pra me livrá das furada/ destes teus óios redondo/ caboca, onde eu me coloco?! caboca, onde é que eu me soco?! caboca, onde é que eu me escondo? Mas veja bem, eu sei também fazer poesia em forma literária, mas não vou desvirtuar a minha lira, somente cantando isso. Eu nunca deixei de olhar para o caboclo e nem de falar da poesia dele, a poesia sertaneja, que tem o cheiro da poeira do sertão.”

Patativa, apesar de ter passado somente poucos meses em uma “escola muito atrasada”, como ele mesmo falava, aprendeu nela os rudimentos da leitura e da escrita, e foi com esses rudimentos que começou a ler a literatura de cordel e a fazer seus primeiros improvisos. Foi a partir daí também que conheceu clássicos da poesia como os já citados Guimarães Passos e Olavo Bilac, dos quais leu o famoso *Tratado de Versificação*, mas também Camões e Castro Alves. Com este último o poeta dizia ter uma identificação muito grande, já que ambos cantavam em defesa dos oprimidos.

A segunda discussão que ainda hoje

alguns insistem em travar é sobre o caráter conservador ou progressista da poesia de Patativa. Ora, enquadrar Patativa dentro dessa ótica é exercício de intelectual diletante. Patativa foi um poeta comprometido com seu tempo e com seu povo, e isso está atestado suficientemente pela sua obra, sem necessidade de mergulhos sociológicos de espécie alguma. Neste sentido, Patativa foi um poeta militante, um poeta que militou em defesa dos direitos dos agricultores, que militou contra a opressão e contra as injustiças, um poeta rebelado contra a situação de miséria imposta aos nordestinos e aos brasileiros pobres.

Alguns têm dificuldade em se dar conta que esse caráter militante só engrandece a obra de Patativa, só dignifica a obra de Patativa, em nada diminuindo sua grandeza e sua superior qualidade, que colocam o poeta ombro a ombro com os maiores nomes da literatura do século XX, no Brasil e fora dele. Mesmo um pesquisador sério como o professor Gilmar de Carvalho, da Universidade Federal do Ceará, confessa sua dificuldade inicial com este caráter militante da obra de Patativa: "(...) ganhei o *Cante Lá Que Eu Canto Cá*, em 1978. Achei muito interessante, mas me faltava sensibilidade pra compreender. (...) Confesso que tinha uma certa dificuldade para gostar. Depois acompanhei aquela movimentação toda de Anistia, Patativa muito apropriado pelas esquerdas, e também me incomodava esse poeta militante demais, esse Pablo Neruda da caatinga, sabe?"

Não precisamos sequer recorrer à obra de Patativa para saber se ele foi conservador ou progressista. Basta reler ou rever os seus depoimentos, as suas poesias, as suas falas. Como o seu falar indignado, inconformado, em edição preparada pela TV Verdes Mares, de Fortaleza, para o programa

*Nordeste Rural*. Nele, Patativa fala sobre a reforma agrária, com profunda indignação porque, segundo ele, não compreende que num país tão rico como o Brasil ainda haja algum agricultor que não tenha sequer um pedacinho de terra para erguer sua casa e botar a sua rocinha. É o depoimento sincero de um brasileiro que sonhou, e expressou isso em sua poesia, com um Brasil novo, justo e feliz.

Este poeta clássico e comprometido com o seu povo e com seu tempo é a expressão maior de uma cultura forjada num amálgama de outras culturas; é a expressão máxima de uma cultura riquíssima exatamente porque bebeu em fontes as mais diversas. Como bem dito em editorial pelo jornal *O Povo*, de Fortaleza, Patativa do Assaré é:

"Um exuberante poeta, que fazia da existência a matéria-prima de seus cantos, e das mazelas do mundo um acicate à injustiça e à omissão. Sorveu cada gota da existência com um senso gustativo simples e nem por isso menos apurado. Transudava verdade por todos os poros e por isso entrar em contato com ele era uma salutar maneira de sacudir a poeira das lentes embaçadas pelo conformismo.

Patativa do Assaré passou a ser o símbolo mais emblemático da alma sertaneja, herdeira do cruzamento de culturas que se perdem na noite dos tempos. Uma boca através da qual se expressa uma cadeia de oralidade que transpõe fronteiras raciais e latitudes geográficas. É uma voz que ressoa do fundo dos séculos, transmitindo verdades e sentimentos universais, tanto mais consistentes quanto mais aparentemente enfronhados na realidade circundante. O turbante, a cimitarra, a cruz heráldica, o grito de El Cid Campeador, o alarido da marujada da nau capitânea, alvíssaras mi capitán, mi capitán general, o rei D. Sebastião,

os Doze Pares de França – um desfilar imenso que se perde nos desvãos da história. Nele, se pode enxergar o mesmo vulto que amalha o solo, curvado sobre as terras enegrecidas da margem do Nilo, no delta do Eufrates, no sopé das montanhas helênicas, no Vale do Tibre, nos esturricados aludes do Jaguaribe. Todos estão lá, ainda quando nunca evocados. Lá estão porque, como Patativa do Assaré, moram no sertão."

Ao cair da noite do dia 8 de julho de 2002 a avezinha do Assaré, no sertão do Ceará, fez seu vôo derradeiro. Seu canto, entretanto, se já era canto imemorial, ouvido de séculos passados, passa a ser agora canto imortal, herança para eras futuras. Da cacimba cavada pelo poeta na sua Serra de Santana, da sua "fonte patativana", continuaremos bebendo todos nós, olhos postos no futuro quando o sofrimento, a dor e a opressão cantados por Patativa, possam ser apenas uma vaga lembrança na nesga aberta de nossas memórias.

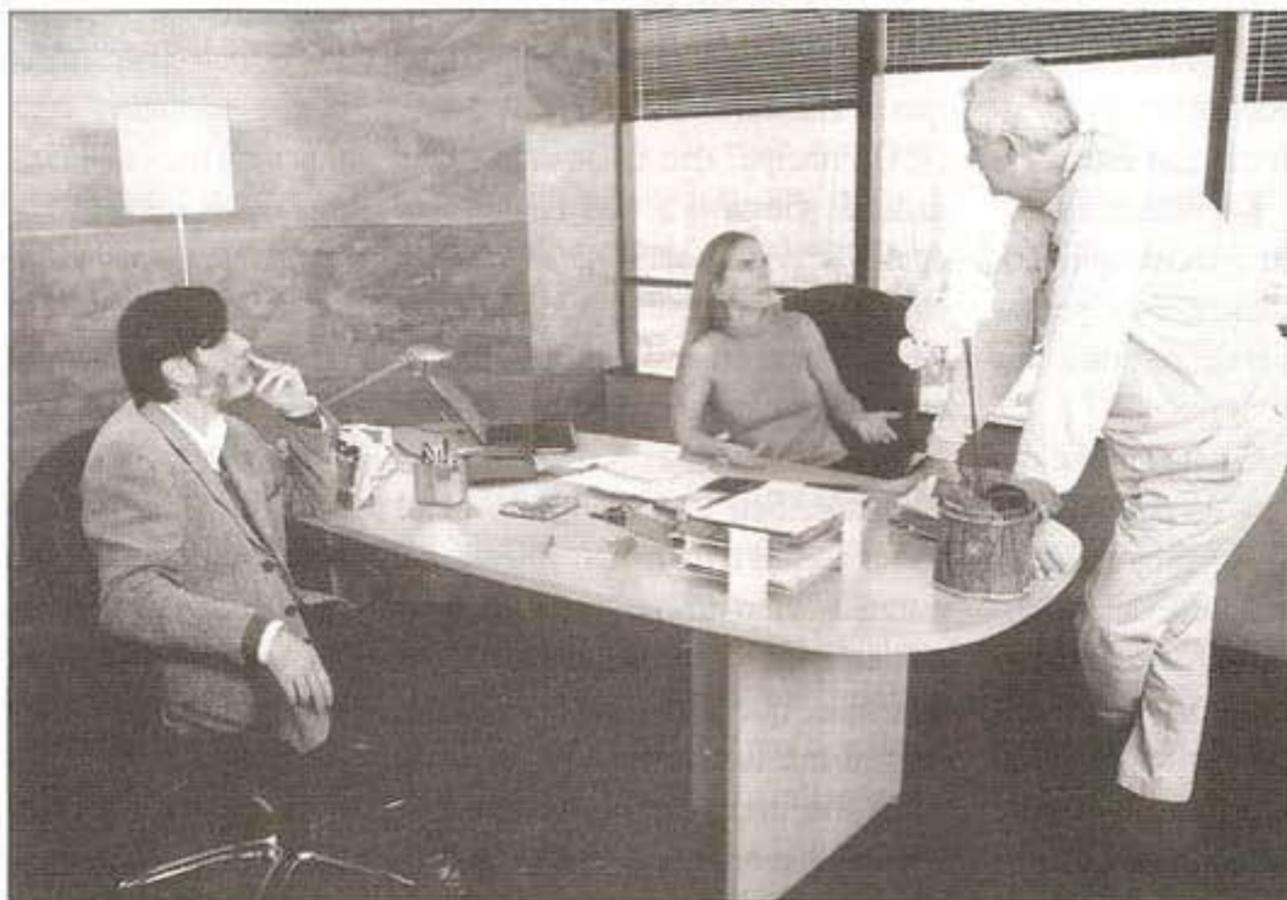
Joan Edessom de Oliveira é professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral/CE.

#### Referências

- ASSARÉ, Patativa do. *Cante lá que eu canto cá*. 6ª ed. Vozes: Petrópolis. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Aqui tem coisa*. 2ª ed. UECE: Fortaleza. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Inspiração Nordestina*. Edição Comemorativa do 90º Aniversário de Patativa do Assaré. UECE: Fortaleza. 1999.
- CARIRY, Rosemberg & BARROSO, Oswald. *Cultura insubmissa: estudos e reportagens*. Nação Cariri Editora: Fortaleza. 1982.
- O POVO*. "Editorial". 9 de julho de 2002.
- O POVO*. Entrevista com o Professor Gilmar de Carvalho. 10 de julho de 2002.

# Um desabamento central da alma

Manoel Rangel



Cena da filmagem de "O Príncipe".

## *"O Príncipe", Ugo Giorgetti, 2002*

O cinema brasileiro dos anos 90, com raríssimas exceções, não pretendeu atingir uma fala política totalizante que pusesse em pauta diagnósticos gerais do país. As facetas da

sociedade brasileira que foram reveladas pelos filmes foram-no para contextualizar uma determinada trama ou apenas como parte indissolúvel de todo filme.

A AUSÊNCIA do pensar o país pelo fazer cinematográfico de certo modo foi a contrapartida artística de uma pressão violenta sobre o pensamento político e econômico brasileiro, que fez com que parte da intelectualidade, inclusive a progressista, pusesse de lado a categoria nação e passasse a trabalhar a vontade de projeto nacional como nacionalismo vulgar, resquícios

da estratégia da revolução por etapas e sintoma da incapacidade da esquerda de travar o combate político nos termos em que ele se coloca hoje no mundo.

Correspondeu a um período de atordoamento do pensamento político e cultural diante do desmoronamento das experiências socialistas, e tentativa de repor as idéias diante da onda neoliberal do pensamento único que,

no Brasil, se lançou com a vitória de Collor e se instalou com Fernando Henrique Cardoso. O assunto nação perdeu o interesse e o cineasta o perdeu de vista, por falta de referências de como abordá-lo ou simplesmente por retirar do seu horizonte qualquer compromisso com outra coisa que não seja a oportunidade desse ou daquele projeto de filme.

\* Princípios apresenta um novo espaço dedicado ao cinema, escrito por Manoel Rangel, da nova geração de cineastas brasileiros.

Essa tendência, predominante ao longo da década de 90, começou a ceder quando, no pensamento político e econômico, se recupera com força a categoria nação como chave do entendimento dos conflitos internacionais, e em especial quando intelectuais e setores da esquerda que sempre a desprezaram em sua estratégia de pensamento e ação política, a recuperam e a colocam como questão-chave do enfrentamento ao pensamento neoliberal e de resposta aos destinos do Brasil.

Não que isso represente um retorno aos momentos áureos do cinema político brasileiro, quando subjacente ao esforço de totalização da vida nacional, havia sempre um projeto de nação evidente. Os cineastas que se lançam ao esforço do diagnóstico geral do país hoje, fazem-no em um ambiente de duro confronto político, em que não há um pensamento majoritário nem um projeto nacional claramente delineado a contrapor-se ao reinado neoliberal. Seus filmes se lançam à empreitada, carregados apenas do desconforto e da repulsa ao atual estado de coisas, determinantes para a crítica e para a vontade de totalização, mas insuficientes para o diagnóstico e, portanto mais um elemento na confusão política e ideológica reinante em um tempo que se evidencia como de crise no seu sentido primeiro, o de entrelugar entre duas ou mais possibilidades do destino nacional.

“Cronicamente Inviável” (Sergio Bianchi, 2000) o fez com furor, “O Príncipe” (Ugo Giorgetti, 2002) o faz com melancolia, ambos usando e abusando da ironia para apontar que o mal está presente, apesar das diferentes estratégias narrativas, pontos de partida e resultados atingidos. Constituem, ao lado de “O Invasor” (Beto Brant, 2001), filme sem a pretensão do diagnóstico geral – mas que acaba

por desenhar e atualizar o confronto social da metrópole brasileira, um sopro de inquietação no panorama cinematográfico brasileiro, ao apontar a necessidade e a possibilidade de um cinema que represente o Brasil de hoje e, sobretudo a encruzilhada em que se encontra.

“O Príncipe” tem início com a chegada de Gustavo a São Paulo, após duas décadas vivendo em Paris. Sua chegada é emblemática, ele não reconhece o local em que morou, uma agitada rua da noite paulistana em um bairro outrora conhecido pela sua tranquilidade. Seu estranhamento, longe de ser apenas o do tempo ausente, é o estranhamento do caos instalado e em particular da violência que emana daí. Sua mãe, que não esperava por ele, reage diante das suas batidas no portão como faz todas as noites contra a “fauna” que invadiu o lugar e seu sossego. Já no dia seguinte, Gustavo é rapidamente apresentado à esposa do sobrinho, fotógrafa de um jornal sensacionalista da cidade à caça de acontecimentos funestos. Frente à casa, um morador de rua tira a roupa e é agredido por pessoas que trabalham por ali. Gustavo vai ao colégio onde Mário, seu sobrinho, dava aulas e ficamos sabendo que este foi internado em uma clínica psiquiátrica, motivo da volta repentina de Gustavo ao Brasil. A cidade vai se desenhando como uma grande boca a devorar as pessoas.

Mário é um brilhante professor de história que dava aulas em um colégio liberal de São Paulo. Em suas aulas, o prof. Mário passa a inventar uma história para o país, radicalmente distinta da história do Brasil. Sua tese é de o que o Brasil não viveu os grandes acontecimentos mundiais, não viveu as grandes guerras, não teve como temperar o caráter. Diante do diagnóstico passa, com a ajuda de um estudante – seu discípulo e filho de Marino Esteves

(amigo de Gustavo), a criar fatos e gravar vídeos com versões heróicas de acontecimentos da vida nacional. O discurso de Mário é ambíguo. Ao mesmo tempo em que sua crítica ao país tem uma forte nostalgia de modelos estrangeiros (marcadamente europeu) e, portanto é cega às virtudes da trajetória nacional, faz um elogio irônico ao país e ao povo brasileiro em sua “incrível capacidade de mentir e de ousar”, ressaltando o povo como possuidor da criatividade e do gênio necessários para reinventar sua história.

Há ainda uma outra dominante na fala de Mário. Sua crítica de São Paulo. Ele se refere à violência da cidade, mas vai além ao dizer “que maior que a violência é a vulgaridade e a cafajestice das pessoas”, e conclui afirmando que “as luzes desta cidade estão se apagando”. Estamos diante de uma crítica da trajetória nacional, mas de uma crítica situada geograficamente, emanada de São Paulo e, portanto possível de ser pensada através das particularidades da cidade.

Os dois discursos entrelaçados do prof. Mário, um sobre São Paulo e outro sobre o Brasil, tecem a teia através da qual conheceremos os amigos de Gustavo e o próprio Gustavo, de quem se sabe pouco, mas a quem se supõe preservado, pela ausência, de todas as vicissitudes que acometeram a sua geração. É Gustavo quem conduz o filme e quem nos dá a conhecer os discursos de Mário, de Ilda, de Ramón, e também os de seus amigos Marino Esteves, Renato, Aron, e Maria Cristina, polifonia através da qual ele e nós deveremos saber o que resultou de aproximadamente trinta anos de história do país e dos sonhos de sua geração.

Marino Esteves situará Gustavo no ambiente de vale tudo que dominou a intelectualidade e a comunidade artística brasileiras. Integrado, sua fala em tom de blague, contextualiza e positi-

viza a cultura brasileira na era dos incentivos fiscais e do neoliberalismo, apontando a oportunidade única para transformar cultura e erudição em dinheiro. Renato, jornalista e alcoólatra, paraplégico após um acidente de carro, destilará amarguras e críticas ao sistema, mas adaptado ajuda a revelar a lógica da engrenagem que alimenta a mídia e justifica sua presença nela pela necessidade de ter aí diversidade étnica, étnica e de opinião. Através do *voyerismo* sexual insinua-se o diletantismo da atitude de Renato. Maria Cristina se tornou consultora de projetos especiais de uma grande empresa e passa seus dias a organizar e patrocinar eventos destinados a promover a empresa que representa.

Aron é o único a continuar de algum modo o que foram os ideais da geração de Gustavo. Sem perspectiva, sem forças para continuar o embate em maior escala, ele passou a desenvolver atividades assistenciais, que é o modo pelo qual pratica a resistência ao ambiente e pensamento dominantes. Único a preservar a integridade, seu discurso dialoga com o do prof. Mário ao apontar para Gustavo que “existe um Brasil secreto, subterrâneo, difícil de chegar perto, mas que ao mesmo tempo está em toda parte”. E indigna-se quando Gustavo ignora o significado da sua atitude e da sua condição, dizendo-lhe “tudo o que estou fazendo é o contrário de escrever”.

O panorama que emerge dos depoimentos dos amigos de Gustavo é de desolação, tal e qual a da cena em que Gustavo e Renato transitam em meio a moradores de rua em uma praça do centro da cidade. Uma geração que teve os seus sonhos mais caros frustrados, um país que atolou na indiferença e no arrivismo, uma cidade desfigurada pela miséria e pela violência. O projeto civilizatório de São Paulo, europeizante, descarrilou, e com ele

as gerações que aqui se formaram e a possibilidade de um novo país. Não é pelo prazer da piada que Gustavo, ao fim do filme, quando perguntado por uma “socialite paulistana” se esteve no Brasil a negócios ou a prazer, responde sarcástico: “como a senhora classificaria um funeral?”

Cidade, país e geração constituem um amálgama difícil de separar, e sugerem além da crise das duas primeiras, já exposta, uma crise geracional. O foco de “O Príncipe” sobre os amigos de Gustavo privilegia seus impasses e suas visões da cidade e do país, com a realidade circundante oferecendo apenas um pano de fundo comprobatório de seus pontos de vista. Gustavo, preservado do ambiente corrosivo do país, também não deu certo. Não sabemos o que fez nos longos anos passados na Europa, mas ele próprio se define, não sem alguma ironia, como alguém que usufrui a boa rede de seguridade européia (mais uma vez a Europa), e questionado por Maria Cristina sobre o que tinha feito, apenas diz ter feito tudo errado. Uma geração que se perdeu, como constata Renato, mas por quê?

A resposta precisaria ser procurada nos longos anos da ditadura e nos projetos que ela interrompeu. Precisaria dialogar com as sucessivas ondas que alteraram a cena internacional, tornando-a árida para os projetos de maior solidariedade e igualdade, e que deram lugar a um retorno virulento do darwinismo social. Entretanto o ambiente do combate, ainda em curso, não propicia um diagnóstico tão claro. É um certo traço do pensamento que se formou em São Paulo tende a buscá-lo em uma revisão histórica, que lima da história nacional todo teor contraditório para, numa teleologia às inversas, ler o passado do país pelo seu presente.

“O Príncipe” traz em sua polifonia uma contundente crítica ao arrivismo e à inação. Quanto à desistência e ao

abandono do projeto nacional, é ambíguo. O prof. Mário suicida-se, mas forjou Ramón, seu jovem discípulo. Ilda, na morte do prof. Mário, recupera a sensibilidade perdida nas noites em que retratou a brutalidade de São Paulo. Gustavo retorna a Paris, mas Aron prossegue sua ação militante. Sintomas do tempo em que vivemos, de confusão sobre os destinos nacionais e sobre valores, de dificuldades de apontar os caminhos. Esse ambiente convida a uma releitura histórica. Nela, o primeiro impulso é ser categórico e repelir toda a experiência histórica como uma unidade que não deu certo. Mas aqui, onde poderia haver uma condenação por igual da elite e do povo brasileiros – uma pela ação, e outro pela inoperância – emerge melancólica a esperança numa criatividade difusa, num país que se desconhece, em um povo ainda não desperto. Seu tiro mais certo é disparado contra uma classe média que se entrega e se enreda no ambiente de dissolução.

Por tudo, “O Príncipe” é revelador do estado de consciência de uma parcela importante da inteligência brasileira que, nauseada, tem a sensação de viver a morte do Brasil. O que está em disputa nesses tempos de duro confronto político, incertezas e retomada do pensamento rebelde, é como ganhar corações e mentes desta inteligência, a fim de que ela não tome o mesmo destino de Gustavo: diante da morte iminente, virar as costas ao país e voltar ao seu não lugar, em alguma parte do mundo. Trata-se de entender que diante do colapso ou “do desabamento central da alma”, o aeroporto não constituirá solução. 

Manoel Rangel é cineasta, editor da Revista de Cinema SINOPSE, conselheiro nacional da Associação Brasileira dos Documentaristas e dirigiu os filmes “Vontade” e “Retratos”. Foi presidente da Ubes (1988-1990), coordenador geral da UJS (1992-1993) e é membro do Comitê Estadual do PCdoB/SP.

## Os grilhões da nova dependência

*O FMI e a nova dependência brasileira*, Aldo Arantes, Alfa Omega, São Paulo, 2002.

A célebre distinção estabelecida por Weber entre as vocações da ciência e da política nos alerta para a dificuldade de conciliar a atuação pessoal em dimensões que operam com lógicas de argumentação, critérios de validação, códigos de comportamento e linguagens diferenciados. Não é fácil transitar entre essas duas dimensões, combinando e/ou conciliando a preocupação acadêmica com o levantamento rigoroso e fundamentado de complexa realidade social com a necessidade política do diagnóstico conciso, para viabilizar uma ampla mobilização em torno da problemática enfocada. O trabalho apresentado pelo deputado federal Aldo Arantes neste livro – fruto da sua dissertação de mestrado no Departamento de Ciência Política da UnB – consegue reunir o que há de melhor nesses dois mundos. Na verdade, foi precisamente a sua capacidade de transitar entre o mundo acadêmico e político que tornou possível este trabalho singular.

Presidente de uma das gestões mais marcantes da UNE nos anos de 1961-1962; combatente e dirigente da resistência política ao regime militar instalado pouco tempo depois; prisioneiro político deste mesmo regime por sua atividade oposicionista; parlamentar de Goiás com larga tradição de atuação na Câmara dos Deputados após a redemocratização; Aldo Arantes se valeu de toda esta vivência política para iluminar o estudo acadêmico de um tema absolutamente crucial para a vida nacional: o dos novos grilhões da dependência materializados nos sucessivos acordos firmados pelo Brasil com FMI após a crise da dívida externa no início da década de 80. A partir do estudo detalhado dos acordos firmados nas duas últimas décadas – incluindo as cartas de intenção, os memorandos, as notas e os adendos – Aldo nos revela como as condicionalidades, impostas pelo Fundo nestes acordos, assumiram um



perfil cada vez mais amplo e profundo, evoluindo de condicionalidades “restritas” para condicionalidades “ampliadas” até assumir o caráter de condicionalidades estruturantes da própria política macroeconômica brasileira nos marcos da agenda do chamado Consenso de Washington, implicando no desmonte das estruturas e instituições do estado desenvolvimentista nacional.

A vivência política de Aldo Arantes foi determinante para o sucesso de sua empreitada acadêmica. Foi a sua condição de Deputado Federal que viabilizou o acesso documental ao texto de acordos classificados

como “secretos”, que seriam de difícil

acesso para um pesquisador de vivência exclusivamente acadêmica. No levantamento destas fontes, Aldo se deparou com uma prova material espantosa da subalternidade que caracteriza as relações do Brasil com o FMI: o próprio Estado brasileiro não possuía cópias de acordos internacionais secretos que havia firmado, e os mesmos tiveram de ser solicitados ao Fundo para atender o requerimento feito pelo Deputado. O amplo relacionamento político do Aldo Arantes também lhe permitiu entrevistar as personalidades mais decisivas da gestão macro-econômica do Brasil no período estudado (entre os quais, Delfim Netto, Marcílio Marques Moreira e Luiz Carlos Bresser Pereira) e os seus principais críticos (como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares). Quem tem um mínimo de experiência de pesquisa e orientação sabe que seria praticamente impossível para um mestrando com perfil estritamente acadêmico reunir leque tão representativo de depoimentos em tão pouco tempo.

Enfim, a política, e a ciência, marcaram um feliz encontro no trabalho de Aldo Arantes. O resultado foi um trabalho original que ajuda a iluminar dimensões e desafios cruciais para o desenvolvimento soberano do nosso país. Trata-se de contribuição fundamental para o debate político e acadêmico sobre a história recente e os rumos futuros do Brasil.

**Luis Fernandes**

## Momentos de resistência

*Uma história para Érica: fragmentos da vida sob a ditadura militar*, Jô Moraes, Belo Horizonte, 2002, 68 pág.

Ela já foi Josydeméia, Maria do Socorro, Ana, Luiza e Socorro Frago. Teve experiência como bóia-fria, fez-se passar por mulher da noite e possui em seus vários “currículos” profissões que nunca exerceu. Nesses fragmentos de vida sob a ditadura militar, um passado ainda muito presente. Permanecem pendências sociais e políticas, mantém-se o sono intranquilo das mães de desaparecidos nos becos da ditadura, e fica a inveja, nos jovens de hoje, da luta de outrora. Todos eles, em todos os tempos, sempre ansiosos por marcar a história e transformar o presente.

Nos relatos, intimidades de uma estudante de serviço social, que não planejou grandes seqüestros nem pegou em armas para integrar uma guerrilha. Mas que militou contra a ditadura, que passou anos sem notícias da mãe, que teve de largar os estudos vez ou outra e que viu seu marido recente sumir numa missão secreta. Enfim, um ícone de tantos outros jovens que, naqueles tempos, tiveram de improvisar na clandestinidade, mesmo que isso significasse abandonar grandes prioridades e grandes amores. Até porque a política não deixava muita alternativa; reinava o instinto de sobrevivência e o espírito de liberdade.

Enxergar de forma mais íntima um dos tantos personagens da ditadura militar brasileira é conhecer melhor essa história. É também, para os jovens de hoje, uma forma de desmistificar as tantas lutas e heróis daqueles tempos. Falo isso porque eu mesma, filha de outro perseguido político, criei mitos sobre os opositores da ditadura (orgulho-me de ter nascido no ano em que os presos políticos foram anistiados). E já me perguntei, infinitas vezes, como era o dia-a-dia daqueles jovens caçados como terroristas. Quando se tromba com uma exímia contadora de casos, seja na mesa do bar, seja num livro-diário, percebe-se reais meandros das décadas de 60 e 70.

Pode-se pesquisar na internet, procurar nas enciclopédias ou nos mais renomados livros de história. O que faziam,



como eram as paqueras e o relacionamento com as drogas só se sabe a partir do relato dos que foram condenados por suas posturas ideológicas. Por isso *Uma história para Érica* urge por ser lido. Mostra as mais marcantes experiências de uma figura importante do meio político mineiro – e melhor – que ainda carrega consigo toda a rebeldia, convertida em desejo por novos tempos.

O livro é um relato vivo de que a luta e a busca por mudanças não dependem de contextos, mas de garra. O fim da ditadura não foi, para Jô Moraes, o término de seus tempos de luta. Foi apenas um descanso para aquela vida de perseguida política. Hoje, mais de duas décadas

após o fim da ditadura militar, nossa estudante de serviço social continua na batalha contra o que não consegue engolir: a dura vida das mães solteiras, os compromissos não-cumpridos pelo governo e o leite que deixou de ser entregue às mães carentes. O fim da ditadura representou para nossa personagem de múltiplos nomes, que se unem nas letras JO, apenas uma nova forma de lutar. Agora, não mais na clandestinidade e contra um sistema que usava e abusava, institucionalmente, da violência, da repressão e da censura. Mas num sistema ainda cheio de imperfeições.

Nossa ex-estudante de serviço social relata fragmentos do passado, sem peso nem saudosismo. Simplesmente com o curtir suave de quem lê um diário antigo. Ou de quem se sente gente por ter história, passado e muitos causos para contar.

Confesso que já quis inúmeras vezes, ter nascido na década de cinquenta, para, nos meus vinte anos, viver aqueles tempos difíceis e, cá pra nós, cheios de adrenalina. São relatos como os de Jô que nos fazem sentir semelhantes aos nossos heróis do período da ditadura e perceber que as injustiças sempre estão à espera de serem combatidas. Que esse livro – *Uma história para Érica: fragmentos da vida sob a ditadura militar* – seja um incentivo para nunca baixarmos a cabeça diante delas.

Ana Magalhães

## Cultura made in USA

“Gradativamente o Brasil vem sofrendo um processo de invasão cultural norte-americana, que se acentua escandalosamente e contribui para a manipulação coletiva da consciência das pessoas – com a padronização de gostos, hábitos e etiquetas, através do consumo. (...) importação de filmes, músicas, coca-cola, Mc'Donalds, entre outras. Trata-se aqui, da ausência física do invasor e a imposição de sua cultura pelo consumo, e não da escravidão, dando-nos a sensação de liberdade e autodeterminação, quando na realidade estamos nos tornando brasileiros americanizados. (...)”

André de Campos  
Caxias do Sul/RS

## O legado de Stephen Jay Gould

“Com a recente morte de Stephen Jay Gould a ciência perde um dos seus filhos mais brilhantes e a teoria de Charles Darwin seu melhor advogado. Ele foi um dos mais entusiasmados racionalistas do nosso tempo. Professor da Universidade de Harvard, onde lecionava Geologia, além de Biologia e História das Ciências, detinha uma lista impressionante de publicações, tanto de cunho acadêmico como de divulgação científica (...). Gould era mais conhecido entre os estudiosos das ciências naturais, porém seu trabalho teve alcances políticos, sociais e ideológicos. (...) Junto com o astrônomo Carl Sagan, entre outros cientistas de cunho progressista, dedicou-se a enfrentar os grupos obscurantistas e religiosos que querem proibir o ensino da biologia evolutiva nas escolas norte-americanas. (...) Gould lutou para defender a razão, atacando o analfabetismo científico que se consolidou, cada vez mais, nas mais altas esferas do poder dos EUA. (...)”

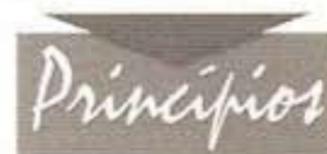
Diego Miguel Perez  
Florianópolis/SC

## China na OMC: uma nova frente de luta

“A admissão da República Popular da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) suscitou polêmicas, discussões e algumas (in)conclusões, tanto pela direita quanto pela esquerda. (...)”

A realidade que nos toca é de que a China entrou em uma nova frente de luta, movida no campo do inimigo, onde a divisão internacional do trabalho é levada às últimas conseqüências, entre outras à do embargo econômico, à da fome e do isolamento; exemplos não nos faltam. Uma frente de luta interna e externa, em que ganha quem tiver mais tecnologia e habilidade de negociar num ambiente difícil e complexo. (...) Assim como outras barreiras históricas enfrentadas durante a construção socialista na China, a entrada na OMC é mais uma barreira necessária a ser superada.”

Elias Marco Khalil Jabbour  
São Paulo/SP



Revista Teórica, Política e de Informação

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy, Olival Freire Jr. e Pedro de Oliveira

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Adalberto Monteiro, Edvar Luiz Bonotto, Augusto César Buonicore, Sara Romera, Luciano Marlorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luis Fernandes, Luis Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Oliva Rangel

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico: princip@vento.com.br

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira

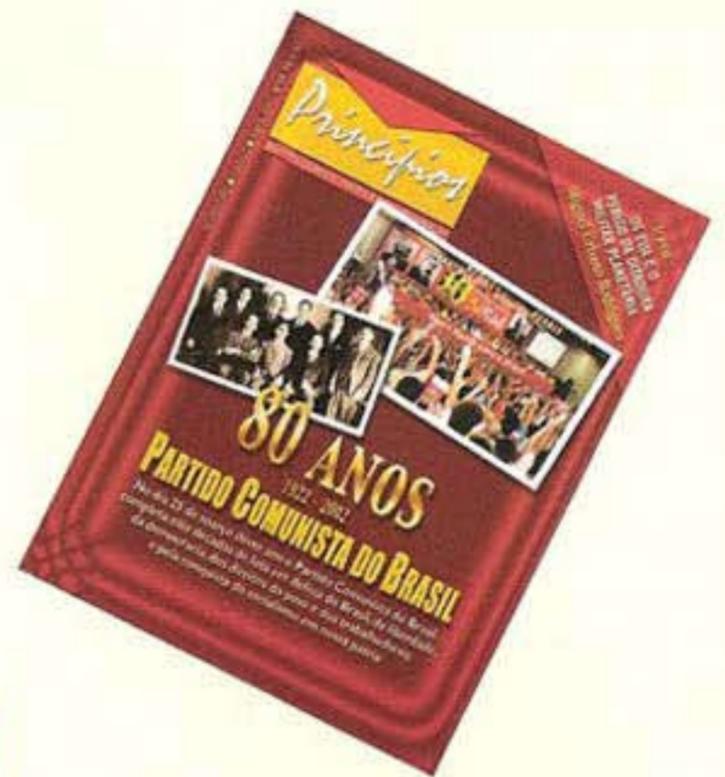
PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 – anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCIPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; FNAC: Praça dos Omagás, 34 - fone 3815-1099; Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; Banca do Estadão: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; EDUSP: fone 3818-4008; Emporium Cultural Vergueiro: Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; Banca Ana Rosa: Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; Banca Paulista: Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; Banca Paraíso: Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; Banca Central: Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; Banca Silvio Romero: Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; Banca Liberdade: Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; CPV: Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; ACRE: Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406; MACEIÓ: Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441; MANAUS: Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682; MACAPÁ: Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450; BAHIA: Rua do Salete, 330 - fone 328-6828; FORTALEZA: Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217; BRASÍLIA: SDS Conj. Baracá, bl. F, salas 501/503 - fone: 224-0491; VITÓRIA: Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162; GOIÂNIA: Rua 232, 50 - fone 224-8372; Banca do SESC: Av. Universitária, esq. c/rua 260; Banca Universitária I: Av. Universitária, 1140; Banca Universitária II: Pça. Universitária, Od 62 - fone 261-4335; Banca do Dy: Rua 09, 574 - fone 225-7920; L e R Revistaria Hoje: Golânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno; SÃO LUIS/MA: Rua da Viração, 118 - fone 221-4556; MINAS GERAIS: Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766; CAMPO GRANDE: Rua Artur Jorge, 1256, bl. D/Ap. 02 - fone 721-1390; CUIABÁ: Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833; BELÉM: Av. Gentil Bittencourt, 2484 - fone 269-3430; JOÃO PESSOA: Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325; RECIFE: Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; Livromagazine: Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; Livraria Modelo (Shopping Center Recife): fonofax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonofax 468-4426; Livraria Imperatriz: Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; Livraria Síntese: R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; Livraria Potylivros: Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; Livraria Sodiler: Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0683; Bazar 494: R. da Hora, 456 - fone 241-9842; Livraria 1001 Livros: R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; Banca Globo I: Av. Guararapes - fonofax 224-0317; Banca Destaque: Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; Box Viva Ler: Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins: Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1368; TERESINA: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635; CURITIBA: Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785; RIO DE JANEIRO: Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303; NATAL: Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; Cigarreira o Revistão: Rodoviária - fone 231-2765; Cigarreira Calçada: Centro; Cooperativa Cultural da UFRN: Centro de Convivência - Campus Universitário; PORTO VELHO: Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545; BOA VISTA: Av. Mario Hornem de Melo, 1081 - fone 224-2107; PORTO ALEGRE: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154; FLORIANÓPOLIS: Pça. Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227; ARACAJU: Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; Banca São Francisco: Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador: Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escaniz: Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária: Didática I (UFS); Livraria Minuano: Didática II (UFS); GURUPI/TO: Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.



**Assine a revista  
que há mais de duas décadas  
defende o Brasil e o socialismo**

**Promoção válida até 31/10/2002**

- 1) assinatura anual ou especial – brinde: livro**  
*Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos*
- 2) assinatura bianual – brinde: uma camiseta bordada + livro**  
*Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos*

- |                          |   |           |
|--------------------------|---|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº _____                           | R\$ 55,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____                             | R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ | R\$ 45,00 |

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

**Forma de pagamento:**

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º \_\_\_\_\_ código de segurança \_\_\_\_\_

validade \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ \_\_\_\_\_ assinatura do cliente

# Patativa DO ASSARÉ

(1909-2002)

Ao cair da noite do dia 8 de julho de 2002 a avezinha do Assaré, no sertão do Ceará, fez seu vôo derradeiro. Seu canto, entretanto, se já era canto imemorial, ouvido de séculos passados, passa a ser agora canto imortal, herança para eras futuras. Da cacimba cavada pelo poeta na sua Serra de Santana, da sua "fonte patativana", continuaremos bebendo todos nós, olhos postos no futuro quando o sofrimento, a dor e a opressão cantados por Patativa, possam ser apenas uma vaga lembrança na nesga aberta de nossas memórias

## A Triste Partida

(trechos)

(...)

*E vende o seu burro, o jumento e o cavalo,  
Inté mêrmo o galo  
Vendêro também,  
Pois logo aparece feliz fazendêro,  
Por pôco dinbêro  
Lhe compra o que tem.*

*Em riba do carro se junta a famia;  
Chegou o triste dia,  
Já vai viajá.  
A seca terrive, que tudo devora,  
Lhe bota pra fora  
Da terra natá.*

(...)

*E assim vão dexando, com choro e gemido,  
Do berço querido  
O céu lindo e azu.  
Os pai, pesaroso, nos fio pensando,  
E o carro rodando  
Na estrada do Su.*

*Chegaro em São Palo – sem cobre, quebrado.  
O pobre, acanhado,  
Percura um patrão.  
Só vê cara estranha, da mais feia gente,  
Tudo é diferente  
Do caro torrão.*

*Trabaia dois ano, três ano e mais ano,  
E sempre no prano  
De um dia inda vim.  
Mas nunca ele pode, só veve devendo,  
E assim vai sofrendo  
Tormento sem fim.*

*Se arguma notícia das banda do Norte  
Tem ele por sorte  
O gosto de uvi,  
Lhe bate no peito sodade de móio,  
E as água dos óio  
Começa a caí.*

*Do mundo afastado, sofrendo desprezo,  
Ali veve preso,  
Devendo ao patrão.  
O tempo rolando, vai dia, vem dia,  
E aquela famia  
Não vorta mais não!  
Distante da terra tão seca mas boa,  
Exposto à garoa,  
À lama e ao paú,  
Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo,  
Vivê como escravo  
Nas terra do su.*

